

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE DIREITO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

GABRIELLA SABATINI OLIVEIRA DUTRA

**CAPACITISMO E A EXPERIÊNCIA DA MULHER COM DEFICIÊNCIA**

**uma reflexão sobre o Direito e a produção de saber**

Belo Horizonte  
2020

GABRIELLA SABATINI OLIVEIRA DUTRA

**CAPACITISMO E A EXPERIÊNCIA DA MULHER COM DEFICIÊNCIA**

**uma reflexão sobre o Direito e a produção de saber**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre.

Linha de Pesquisa: História, Poder e Liberdade.

Área de Estudo: Tempo, Espaço e Constituição:  
Perspectivas Críticas e Desdobramentos Dogmáticos.

Orientador: Professor Dr Giordano Bruno Soares  
Roberto

Coorientadora: Professora Dra. Maria Fernanda  
SalcedoRepolês

Belo Horizonte  
2020

---

D978c Dutra, Gabriella Sabatini Oliveira  
Capacitismo e a experiência da mulher com deficiência: uma  
reflexão sobre o Direito e a produção do saber / Gabriella Sabatini  
Oliveira Dutra. — 2020.

Orientador: Giordano Bruno Soares Roberto.  
Coorientadora: Maria Fernanda SalcedoRepolês.  
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais,  
Faculdade de Direito.

1. Direito – Teses 2. Mulheres com deficiência – Teses  
3. Direitos humanos – Teses 4. Epistemologia – Teses 5. Feminismo  
I. Título

CDU (1976) 342.7-056.26

---

GABRIELLA SABATINI OLIVEIRA DUTRA

**CAPACITISMO E A EXPERIÊNCIA DA MULHER COM DEFICIÊNCIA**

**uma reflexão sobre o Direito e a produção de saber**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

**Banca:**

---

Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Prof. Dra. Maria Fernanda SalcedoRepolês  
Universidade Federal de Minas Gerais

---

Dra. Adriana Dias  
Universidade Estadual de Campinas

---

Prof. Dr. Gustavo Pereira Leite Ribeiro  
Universidade Federal de Lavras

Belo Horizonte, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2020



FACULDADE DE DIREITO UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG

DEFESA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO  
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: DIREITO E JUSTIÇA  
BEL<sup>a</sup>. GABRIELLA SABATINI OLIVEIRA DUTRA

Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro de 2020, às 15h30, na sala 405 da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, reuniu-se, em sessão pública, a Banca Examinadora constituída de acordo com o art. 73 do Regulamento do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, e das Normas Gerais de Pós-Graduação da Universidade Federal de Minas Gerais, integrada pelos seguintes professores: Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto (orientador da candidata/UFMG); Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês (UFMG); Prof. Dr. Gustavo Pereira Leite Ribeiro (UFLA) e Profa. Dra. Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP), designados pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, para a defesa de Dissertação de Mestrado da Bel<sup>a</sup>. **GABRIELLA SABATINI OLIVEIRA DUTRA**, matrícula nº **2018653134**, intitulada: "**CAPACITISMO E A EXPERIÊNCIA DA MULHER COM DEFICIÊNCIA: UMA REFLEXÃO SOBRE O DIREITO E A PRODUÇÃO DE SABER**". Os trabalhos foram iniciados pelo Presidente da mesa e orientador da candidata, Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto, que, após breve saudação, concedeu a candidata o prazo máximo de 30 (trinta) minutos para fins de exposição sobre o trabalho apresentado. Em seguida, passou a palavra à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Fernanda Salcedo Repolês, para o início da arguição, nos termos do Regulamento. A arguição foi iniciada, desta forma, pela Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Maria Fernanda Salcedo Repolês, seguindo-se-lhe, pela ordem, os Professores Doutores: Gustavo Pereira Leite Ribeiro, Adriana Abreu Magalhães Dias e Giordano Bruno Soares Roberto. Cada examinador arguiu a candidata pelo prazo máximo de 30 (trinta) minutos, assegurando a mesma, igual prazo para responder às objeções cabíveis. Cada examinador atribuiu conceito a candidata, em cartão individual, depositando-o em envelope próprio. Recolhidos os envelopes, procedeu-se a apuração, tendo se verificado o seguinte resultado:

**Prof. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto (orientador da candidata/UFMG)**

Conceito: *aprovado*.....

**Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês (UFMG)**

Conceito: *aprovada*.....

**Prof. Dr. Gustavo Pereira Leite Ribeiro (UFLA)**



FACULDADE DE DIREITO UFMG

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DA UFMG

Conceito:.....*aprovado*.....

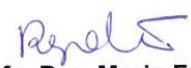
Profa. Dra. Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

Conceito:.....

A Banca Examinadora considerou a candidata.....*aprovada*....., com nota...*100*... Nada mais havendo a tratar, o Professor Doutor Giordano Bruno Soares Roberto, Presidente da Mesa e Orientador da candidata, agradecendo a presença de todos, declarou encerrada a sessão. De tudo, para constar, eu, Fernanda Bueno de Oliveira, Servidora Pública Federal lotada no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFMG, mandei lavrar a presente ata, que vai assinada pela Banca Examinadora e com o visto da candidata.

**BANCA EXAMINADORA:**

  
Prof. Dr. *Giordano* Bruno Soares Roberto (orientador da candidata/UFMG)

  
Profa. Dra. Maria Fernanda Salcedo Repolês (UFMG)

  
Prof. Dr. Gustavo Pereira Leite Ribeiro (UFLA)

Profa. Dra. Adriana Abreu Magalhães Dias (UNICAMP)

  
- **CIENTE:** Gabriella Sabatini Oliveira Dutra (Mestranda)

## AGRADECIMENTOS

Agora já não sou a mesma de antes. Sou uma criatura com urgências diferentes e para mim, me tornei menos assombrada, mais cruel (no sentido visceral da palavra) e inteiramente apaixonada. Agora sou uma criatura com uma imprudência apressada em deixar meu si mesmo passear pelo frescor do fim de tarde. Esta dissertação, o que me parece óbvio, não foi uma simples pesquisa acadêmica, mas um encontro com um *eu* até então desconhecido. Por aqui entrei em choque com meu *eu* covarde, que anseia pela normatização e pela perfeição, que me revirou ao avesso e me fez, ao compreendê-lo, ter mais vontade de abandoná-lo. Foi de supetão que me deparei com um *eu* destemido, audacioso, visceral e brutalizado pelo desejo. E entendi no fim de tudo isso, que terão a oportunidade de contemplar, que eu tenho um lugar no mundo.

Não sei exatamente se foi esta dissertação que me proporcionou esta definição, mas se não, foi ela que concretizou tal convicção, que está para além dela. Pois ainda que fale da minha carne e das outras, ainda resta muita pele, ossos, nervos, músculos, células, moléculas que vagam pelo indizível da realidade. E sobrou! Depois de tantas páginas sobraram muito *eu* e muitos *tus* não relatados.

Sim, doeu! Foi difícil, angustianteàs vezes, até massacrante. E sobrevivi devido aos laços de amor que foram estabelecidos e mantidos. Meus amigos e família que entendem a expansão do meu amor como algo que faz sentido no mundo, ainda que muitas vezes seja incompreensível! E não desisti de amar, na mesma intensidade vulgar que dou conta.

A academia? Cheguei a pensar neste período que não fosse coisa pra mim. Ainda não sei se é, confesso. Mas o amor insistiu em permanecer por aqui, aonde lhes falo. O amor pelas mulheres com deficiência, pelo meu desejo de construir uma nova forma de pensar gênero e deficiência a partir da arte e do conhecimento. O amor pelos encontros ocorridos neste lugar:a academia. Encontros em discussões, bares após discussões e mais discussões nestes mesmos bares, porque acadêmico é bicho insistente. Aqui tive a linda oportunidade de conhecer pensamentos, ideias, argumentos, linguagens próprias, digressões sobre a vida, a morte, o amor, a luta, política, maternidade, força, desejo, mulher, teorias sexuais. Em lugares diversos: Praça do Papa, salas com quadro branco, quase branco na verdade. Nobar da Cácia, Fornada, ônibus e pontos de ônibus, Maletta, casa de amigos e professores, almoços, cafés, Sapucaí, festas, viagens, eventos, entre outros.

Agradeço aos toques, salivas, vozes, cheiros, cores que encontrei nos últimos dois anos através da Universidade.

Agradeço ao desejo primal que torna esta escrita e este período uma construção existencial e social.

Agradeço às mulheres com deficiência que estão na luta, e principalmente à Miranda, Diana e Lia, três mulheres que marcaram minha vida neste tempo, e mudaram para sempre minha visão sobre mim e o outro.

Agradeço à minha mãe e meu pai. À minha mãe, Joana Darc, por seus padrões altos que me tornaram uma mulher forte. Agradeço a ela pelo seu amor e sua dedicação sem fim, apesar de minha existência ter atravessado com muitas dificuldades. Agradeço ao meu pai, José Magno, que sempre acreditou em mim, como ser humano. O homem que me ensinou sobre a sensibilidade e o toque e por ter me ajudado a acreditar que o conhecimento é potência de desestabilização da ORDEM.

Agradeço às minhas irmãs, Fabiola e Ana Carolina. A elas pelo carinho, o respeito e a confiança numa irmã ora instável e volúvel, ora madura e certa. Agradeço à Fabiola pelo amor dedicado a mim, a paciência, a compreensão e aceitação em relação ao que sou. Agradeço à Ana Carolina por insistir em voltar comigo pra dureza da realidade, ainda que eu recuse de pronto e caia na romantização da vida. Agradeço aos meus irmãos, Augusto e Gustavo, pelo carinho de ambos para comigo e minha família.

Agradeço às minhas amadas sobrinhas, Laryssa e Maria Eduarda, e agora, ao Pedro. Agradeço à Laryssa por me ensinar a ser uma pessoa melhor, ou pelo menos tentar ser mais paciente e amorosa. Agradeço à Maria Eduardo por descrever o mundo pra mim. Por ter a paciência em me ensinar como o mundo é, visualmente falando. Agradeço ao Pedro pelo novo encontro, por seu carinho comigo e minha família.

Agradeço a minha família: aos meus tios e primos pelo amor e confiança.

Agradeço à minha avó Gracinha por me ensinar que o entendimento das coisas vem menos da cabeça e mais de uma alma pulsante.

Agradeço ao meu orientador, Giordano Bruno, por me encorajar e abraçar minhas ideias esquisitas, corajosas, desejantes, digna de paixão e violência. Agradeço a ele por me mostrar que academia pode sim ser lugar pra mim.

Agradeço a minha coorientadora, Maria Fernanda Repolês, pelo conhecimento compartilhado.

Agradeço imensamente à Adriana Dias, pesquisadora e doutora em Antropologia pela Unicamp, pelo acolhimento e ensinamentos grandiosos. Agradeço por sua orientação generosa.

Agradeço ao Grupo de Estudos: Tempo, espaço e sentidos de constituição da Faculdade de Direito da UFMG, que me ensinou a importância de uma pesquisa aberta às experiências. E assim sou grata a todos os integrantes: Gustavo Pessali, Igor Viana, Wanessa, Isabela, Daniel, Thais Lopes, Roberta, a Maria Fernanda Repolês, entre outros.

Agradeço aos professores e pesquisadores que me inspiraram neste período: Marcelo Maciel (FDCE/UFMG), Andytis Matos (FDCE/UFMG), Dayse Turrer (EBA/UFMG), Fábio Queiroz (FDCE/UFMG), Anahi Guedes de Mello (UFSC), Ângela Marques e Sônia Pessoa (FCOM/UFMG), Marco Aurélio(FPS/UFMG), entre outros.

Agradeço ao pessoal do Direito do Trabalho, que me mostrou que na academia também poderia encontrar carinho, paixão, amizade, álcool, diversão. Neste lugar agradeço aos meus amigos: Flávio Fleury, Bárbara, Aysla, Rodrigo, Wanessa, Cris, e Gabi de Moraes, que da Filosofia Radical, esteve conosco, já que este pessoal do Direito do Trabalho não exclui área alguma.

Agradeço a minha amiga Júlia Vidal, pelo amor, carinho, respeito, e pelos desejos compartilhados neste ambiente tão duro, que é a academia. Agradeço também ao meu amigo, Brahwlio, pelo carinho e todas as digressões compartilhadas. E ao meu amigo e professor Marcos pelo carinho, assim como agrago ao Saul pelo acolhimento nos momentos em que eu nunca entendo a burocracia desse lugar.

Agradeço aos meus irmãos de alma: Érica Soares, Willie Patrício, Marcola, Mateus Cantele pelo amor.

Agradeço à Giovanna Abreu pelos desejos pulsantes em nossa juventude que compartilhamos num tempo-espaço que ficará suspenso para sempre

Agradeço ao Hermes por ser suporte no processo de abertura do meu desejo em direção ao mundo.

Por fim, agradeço à minha cidade Santa Rita de Minas por representar minha origem simples, pacata e fraternal. E a esta cidade, Belo Horizonte, pelo acolhimento. Aqui cheguei com 380 anos de idade, velha, acabada, desinteressante, angustiada, e hoje, menos velha, passei a desbravar minha existência com crueldade e paixão.

## RESUMO

Esta dissertação traz a experiência da mulher com deficiência através do meu relato, o relato de Lia, Diana e de Mirada frente ao DIREITO como mecanismo de poder que não fala por nós, ao revés, tem muito do capacitismo. Para tanto é realizada uma abordagem que conecta escrita, pensamento e vida como modo de retorcer o DIREITO e a produção hegemônica de conhecimento que fazem parte do organismo. Ao buscar a concretização do pensamento-experiência por meio da arte-conhecimento, promovendo uma escrita de ruptura, que em certos pontos, é inteiramente prosaica e performativa. O recorte dado ao DIREITO como "regulador de conduta" está nas disposições jurídicas relativas à capacidade jurídica, no Código de Civil de 2002 e no Estatuto da Pessoa com Deficiência. Aqui, a postura do DIREITO é complexificada através do posicionamento capacitista do Direito Civil no Código Civil/2002 (versão original), e da disposição inclusiva do Estatuto da Pessoa com Deficiência. Tornando, assim, fundamental um direito pela experiência e pelo devir, que abandona o rigor e a tradição capacitista.

**Palavras-chave:** Escrita de ruptura. Epistemologia feminista. Capacitismo. Experiência da mulher com deficiência. DIREITO. direito.

## ABSTRACT

This work brings the experience of women with disabilities through my own report as well as the ones of Lia, Diana and Mirada. The aim is to provide a regarding of LAW as a mechanism of power that does not speak for us but reproduce a certain capacitism. To this end, an approach is carried out that connects writing, thinking and life as a way of twisting the LAW and the hegemonic production of knowledge that are part of the organism considered. Through a rupture writing, the point is the realization of thought-experience based on art-knowledge, which in certain points is entirely prosaic and performative. The focus given to LAW as a "conduct regulator" is in the legal provisions relating to legal capacity, the Civil Code of 2002 and the Statute of Persons with Disabilities. Here, the LAW is complexified by the capacitant positioning of Civil Law in the Civil Code / 2002 (original version), and by the inclusive provision of the Statute for Persons with Disabilities. With that critical approach in mind, it is possible to present the experience and the devir as a fundamental right that abandons the rigor and the capacitist tradition.

**Keywords:** Rupture writing. Feminist Epistemology. Capacitism. Experience of Woman with Disability. LAW. Law.

## **LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS**

CC	Código Civil Brasileiro de 2002
EPD	Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)
CDPD	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência
CIDID	Classificação Internacional das Deficiência, Incapacidades e Desvantagens
CIF	Classificação Internacional de Funcionalidade e Saúde
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
TODA	Tomada de Decisão Apoiada
NCPC	Novo Código de Processo Civil

## LISTA DE FIGURAS

**Figura 1:** Modelo Linear da CIDID

**Figura 2:** Modelo de Deficiência da CIF

## SUMÁRIO

<b>1.INTRODUÇÃO</b> .....	14
<b>2.ABERTURA: Lentes metodológicas</b> .....	19
2.1. O Método e seu Duplo .....	22
2.2. Epistemologia feminista: saberes contra hegemônico .....	26
2.3. O campo .....	29
2.4. Fundo Teórico: tentando teorizar o não teorizável .....	32
<b>3.PRIMEIRO ATO: O DIREITO como regulador de condutas</b> .....	36
3.1. O regime da capacidade jurídica da pessoa com deficiência no Código Civil/2002: considerações de fundo.....	37
3.2. Normas e Tratados Internacionais de impacto no sentido de deficiência e incapacidade legal.....	39
3.3.A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a menção à mulher com deficiência.....	43
3.4. As alterações realizadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e os principais apontamentos críticos .....	46
<i>a. Entre autonomia e proteção das pessoas com deficiência mental e/ou intelectual</i> .....	47
<i>b. Os novos institutos da curatela e da tomada de decisão apoiada</i> .....	49
<b>4.SEGUNDO ATO: Olhar, ouvir e sentir a experiência da mulher com deficiência</b> .....	53
<i>Aos leitores que me restam</i> .....	53
<i>O inomeçável: um sentimento...</i> .....	55
4.1. O corpo como esfera de normalização na interseccionalidade entre gênero e deficiência.....	57
4.2. A exposição ao capacitismo da mulher com deficiência .....	64
4.3. Vulnerabilidade e interdependência na vida da mulher com deficiência .....	71

<b>5.TERCEIRO ATO: O DIREITO sobre vidas que escapam e o direito entre vidas possíveis</b> .....	75
5.1. O DIREITO e o binarismo capacidade/deficiência: uma crítica ao regime de incapacidade do CC/2002 (versão original).....	77
5.2. Ter uma deficiência é aprender a ser cobrada.....	83
5.3. O direito frente a experiência da mulher com deficiência: quero poesia, não fingimento .....	87
<b>6.CONCLUSÃO</b> .....	95
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	95
<b>APÊNDICE A - ESQUEMA DA ENTREVISTA</b> .....	105
<b>APÊNDICE B - TERMO DE CONSENTIMENTO</b> .....	107
<b>APÊNDICE C - ENTREVISTAS</b> .....	109

## 1. INTRODUÇÃO

Hoje mais cedo coloquei algumas blusas amarelas para quorar. Blusa amarela no varal é afronta à vizinhança. As blusas amarelas representam o sabor bucólico desta dissertação. Tudo relativo à metodologia, à escolha da escrita de ruptura, está claro na *ABERTURA*. Então deixem que eu fale em blusas amarelas:

Que lhes ofereço versos alegres como um carnaval  
 Agudos e necessários como um estilete pros dentes  
 Mulheres que amais minha carcaça gigante  
 E tu que fraternalmente me olhas, donzela  
 Atirei vossos sorrisos ao poeta  
 Que como flores eu o coserei  
 À minha blusa amarela! (MAIAKOVSKI, 1913, n.p)

Não! Vocês irão entender que não! Não é bucólico o sabor desta pesquisa, é agudo e ácido. Ainda bem! O sabor desta dissertação é: kaftromo eicmvdK qoeu keifrd poiv. Sim, talvez não seja possível traduzi-la em linguagem escrita, pois está na carne e na vida de cada uma de nós, mulheres com deficiência. Está na brutalidade da vida. E dá medo! É medo, também, de introduzir coisa inacabada. Introdução é coisa que treme a caveira da poesia, e nem me falem em conclusão. Introdução e conclusão têm a ver com o corpo caloso. E sim, queridos leitores, esta pesquisa mistura o lado direito e esquerdo do cérebro. Misturo gritos, gemidos, sorrisos, dores, blusas amarelas. Mistura poesia e argumentação jurídico-filosófica.

Então se você é movido pelo corpo caloso, continue a leitura, e caso contrário, pulem até a *ABERTURA*.

É uma dissertação que luta pra não lutar mais. Luta contra a opressão sobre a carne das mulheres com deficiência, que aqui aparecem através da minha voz, a voz de Miranda, Diana e Lia. E a voz de todas nós está presente em relatos concretos, que demonstram nossa exposição ao capacitismo. No caso de Lia, Miranda e Diana esses relatos foram coletados por meio de pesquisa de campo, através do método da história de vida.

Nós quatro lutamos contra juízos ascetistas que demarcam nossos corpos em direção à verdade, à pureza e à perfeição. Com este intuito, utilizo uma linguagem performativa e uma epistemologia feminista, confrontando nossas vidas com o DIREITO, como parte do poder que apresenta posturas capacitistas. Aqui, o recorte relativo ao DIREITO está no regime de capacidade jurídica, trazido pela análise do

Código Civil/2002 (versão original) e do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) que trabalham com a capacidade jurídica da pessoa com deficiência. Contudo, ainda que a codificação civil realize uma abordagem apenas sobre a pessoa com deficiência mental e intelectual, este trabalho, assim como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, gira em torno da deficiência em geral, isto é, não somente da deficiência mental e/ou intelectual. Mais, gira em torno da mulher com deficiência em geral, considerando que as vozes trazidas no trabalho representam a deficiência visual (através de mim e Lia), a deficiência física (Miranda) e a deficiência mental (Diana).

Outro ponto que lhes importa fundamentalmente, amados leitores, é que esta pesquisa fala em dois tipos de Direito<sup>1</sup>: o DIREITO e o direito. O DIREITO é parte da estrutura de poder não fala por nós mulheres com deficiência. Este DIREITO com vestes de racionalidade e neutralidade, por um poder representado pelo sexo, raça, não deficiência e o conhecimento erudito, não fala por nós, mulheres com deficiência, e muitas vezes nem reconhece nossa humanidade. Enquanto o direito é uma proposta humanizada pelo gesto, pelos afetos, pelo devir e principalmente pelo vivido. Um direito intensivo e performativo que é palco de sensações e multiplicidades.

Para tanto, a proposta é de uma escrita de ruptura que desestabilize por completo o DIREITO e a produção hegemônica de conhecimento, que fazem parte do organismo. Neste ponto, se tem como duplo do método a vida e o corpo sem órgãos, ao buscar, por meio da obra de Antonin Artaud e outras, a realização de um pensamento-experiência através da arte-conhecimento. Alcançando você leitor, que é provocado, impactado e incomodado durante toda leitura.

O trabalho apresenta prosas poéticas, argumentação jurídico-filosófica e relatos concretos referentes à nossa experiência enquanto mulher com deficiência. Com efeito, esses elementos se misturam durante todo texto. Quanto à poesia e a prosa poética ficará evidente que se encontra diluída durante todo o trabalho. Todavia há momentos específicos em que as prosas poéticas serão protagonizadas por personagens fictícias que me representam. Que falam pela minha subjetividade em sentido amplo enquanto um "eu", e são elas: Senhora X, Senhorita Carolina e Dona Cândida. Talvez esta tenha sido a escolha mais difícil! O dilema inicial estava no fato de que esses trechos estritamente literários por estarem na primeira pessoa poderiam provocar uma

---

<sup>1</sup> Sempre que durante o trabalho se falar em Direito como no título, por exemplo, não me refiro ao DIREITO nem ao direito que estão marcados o maiúsculo (DIREITO) ou não (direito), representando uma postura crítica específica. O termo Direito é trazido como marcador geral que não envolve qualquer pressuposto crítico como em DIREITO e direito.

dificuldade do leitor em identificar o que era apenas literário ou o que era biográfico, na medida em que os relatos da minha experiência enquanto pesquisadora e mulher com deficiência também estarão na primeira pessoa.

Pensei então em chamar esses trechos prosaicos de intervenções anônimas, entretanto seria uma ofensa a mim e a vocês, haja vista que todas essas prosas foram sentidas. Sinto que vivi e vivo o que Senhorita Carolina vive. Isto é, sou uma moça com flor no cabelo que roda saia em frescor. Sinto também como Senhora X a angústia em contrariar a norma e o DIREITO que me ensinou até então que existem para que não sejam contrariados. Sim, sinto como Dona Cândida a necessidade de perfeição, busco a pureza dolorosamente, e propor uma dissertação contra tal pureza, dói. E com audácia da minha parte, digo que foram sentidas por muitos "tus".

E acabei fazendo esta escolha: Senhorita Carolina, Senhora X, Dona Cândida farão parte da minha intimidade absurda que apresento como uma espécie de correspondência ao não relatado por mim, Diana, Miranda e Lia, enquanto mulheres com deficiência. Tornando Senhora X, Senhorita Carolina e Dona Cândida parte de um "eu/tus" oculto, incômodo e contingente.

O importante é enunciar que essas personagens, que fazem parte de um sentimento, não possuem protagonismo nesta pesquisa. O protagonismo está na experiência da mulher com deficiência, apresentado nos relatos de Lia, Miranda, Diana, e o meu, enquanto mulheres reais. E sentimos dor, amor, frescor, paixão e violência. Senhora X, Dona Cândida e Senhorita Carolina são parte de um recurso lúdico que traz em poesia esta mesma dor, amor, frescor, paixão e violência que não é traduzido em palavras na experiência de nós mulheres com deficiência. Sendo utilizada a suspensão da realidade, por meio da poesia, como modo de alcançar o inatingível do vivido. E sim, acredito ser esta uma narrativa feminista e performativa que permite escapar "[...] às estratégias moleculares do poder, às sofisticadas tecnologias biopolíticas de produção da individualidade na 'sociedade de controle' (Deleuze, 1992, p. 220) [...]" (RAGO, 2013, p. 29).

A divisão desta dissertação foi feita da seguinte forma: *ABERTURA - Lentas metodológicas; PRIMEIRO ATO - O DIREITO como regulador de condutas; SEGUNDO ATO - Olhar, ouvir e sentir a experiência da mulher com deficiência; TERCEIRO ATO - O DIREITO sobre vidas que escapam e o direito entre vidas possíveis*. Todas as partes que compõem a dissertação iniciam com as Advertências Iniciais que tem como intuito preparar o leitor para o que lhes segue. Muitas vezes esta

advertência será marcada por ironia e digressões prosaicas e filosóficas, antecipando as questões que estão no pano de fundo da reflexão seguinte.

A *ABERTURA* realizará uma abordagem metodológica argumentando que a vida e o corpo sem órgão têm correspondência, na medida do possível, com o método, não bastando para este a teoria, ao se tornar imprescindível a experiência da mulher com deficiência. Aqui se realizará uma alusão ao texto de Antonin Artaud, o *Teatro e seu Duplo* (2006), que trabalha com uma linguagem pelo gesto intensivo. Em seguida busco fundamentar a importância de uma epistemologia feminista como modo de contrariar a produção hegemônica de saber, sendo necessário considerar meu lugar de fala enquanto mulher com deficiência, se tratando de uma pesquisa que abraça sensualmente a experiência.

Continuando, no terceiro ponto será articulada uma análise do campo, problematizando a escolha da história de vida que implica em relatos retrospectivos dado por alguém que nos apresenta sua experiência pessoal, o que foi trazido por Diana, Miranda e Lia. Este método cola o pessoal no social (CHIZZOTTI, 2011; LAVILLE; DIONE, 1999). Finalizando a *ABERTURA*, será apresentado a base teórica relativa à pesquisa, que envolve os estudos feministas sobre a deficiência. Dessa forma, importa a análise do corpo e da interseccionalidade na experiência da mulher com deficiência. Aqui, a realidade da mulher com deficiência está inteiramente sujeita ao capacitismo devido a uma dupla desvantagem que é problematizada a fundo no *SEGUNDO ATO*.

O *PRIMEIRO ATO* apresentará o lado mais forte como sendo a legislação e os posicionamentos dogmáticos relativos à capacidade jurídica da pessoa com deficiência. Este ato tentará performar a produção de conhecimento hegemônica, muito comum no DIREITO. Começa tratando do regime de capacidade jurídica da pessoa com deficiência no Código Civil/2002. E realiza um retrospecto sobre o sentido de capacidade de direito e capacidade de fato, apresentando a relação entre deficiência e ausência (ou diminuição) de discernimento nos art. 3º e 4º do CC/2002 (versão original).

Em seguida serão apresentadas normas internacionais que trazem a capacidade da pessoa com deficiência, em especial a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), que dispõe de maneira revolucionária ao presumir a capacidade legal das pessoas com deficiência. Daí em diante este ato irá trabalhar com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que vem acentuar a disposição da Convenção de Nova Iorque (ONU, 2006). Neste ponto, importará as mudanças na

legislação civil provocadas pela nova Lei, tendo em vista a curatela como medida excepcional e a Tomada de Decisão Apoiada como novo instituto de proteção. Durante todo ato ficará evidente a dificuldade e a necessidade de conciliar autonomia e proteção, que são princípios basilares da capacidade jurídica.

No *SEGUNDO ATO* o foco estará na normalização dos corpos de nós mulheres com deficiência, trabalhando com a interseccionalidade entre gênero e deficiência que duplica nossa exposição ao capacitismo. A opressão contra a mulher com deficiência é maior por estar relacionada à mulher e à pessoa com deficiência, estando tal opressão vinculada ao valor de dominação masculina. Neste ponto, aparecerá o fato da pauta das mulheres com deficiência serem excluídas do movimento feminista, o que reforça a necessidade de problematizar o capacitismo contra a mulher com deficiência (vinculado ao machismo) na esfera pública. Terminarei o ato com o debate sobre a vulnerabilidade e interdependência como alternativa ética, numa oposição à violação e a favor do reconhecimento de nossa existência enquanto humana. Ficaré evidente que neste ato existe uma exposição enorme dos relatos de nossas experiências como mulheres com deficiência.

O *TERCEIRO ATO* irá articular o DIREITO (marcado no *PRIMEIRO ATO*) e a experiência da mulher com deficiência (*SEGUNDO ATO*), realizando uma crítica ao primeiro a partir do segundo. Na primeira parte realizarei uma crítica direta às disposições do Código Civil/2002 (versão original) que apresentava uma presunção de incapacidade da pessoa com deficiência intelectual e/ou mental. Problematizando a postura desta legislação como capacitista e médica em relação à deficiência. No ponto seguinte complexifico o capacitismo como problema estrutural, sendo necessária uma lei, como o Estatuto da Pessoa com Deficiência, para nos incluir. Ou seja, o argumento envolve o fato de o Estatuto ser uma concessão cheia de nove horas, não propondo uma análise aprofundada do projeto moral capacitista.

Apresento ainda uma ponderação entre autonomia e proteção através da autonomia pela interdependência, que considera nossa precariedade e nossa necessidade do outro. Por fim, proponho um direito pelo devir que retoma a proposta da *ABERTURA*. Assim, a forma e conteúdo se movem juntamente em direção a um direito articulado pelo corpo sem órgãos e pela vitalidade que constitui o devir.

Findando o corpo caloso, demos abertura à brutalização da fome e do desejo!

## 2. ABERTURA: Lentes metodológicas

Advertências Iniciais:

Tô bem de baixo pra poder subir. Tô bem de cima pra poder cair. Tô dividindo pra poder sobrar. Desperdiçando pra poder faltar. Devagarinho pra poder caber. Bem de leve pra não perdoar. Tô estudando pra saber ignorar. Eu tô aqui comendo para vomitar. Eu tô te explicando pra te confundir. Eu tô te confundindo pra te esclarecer. Tô iluminado pra poder cegar. Tô ficando cego pra poder guiar.  
(TOM ZÉ, 1976)

Dona Cândida acordava às 6, esse era o seu horário. Acordava sem despertador. Ainda bem! Despertador é objeto cruel que ganha utilidade cutucando a dor alheia. Olhando em direção a porta via uma coisa caída no chão com odor inquisitório: o que você está fazendo? De onde você veio? Perguntava a coisa! Dona Cândida levantou com os olhos sem saber se fechados ou abertos. Agachou e enfiou a cara naquele objeto alimentado pela vergonha dos outros, remendado por delfins e constatou ser um objeto ascetista. Pegou com as mãos firmes e jogou na privada. Três descargas, feito carga elétrica que abre a boca da gente em riso e excitação. E como seu intestino andava vetando autopunição: pegou no sono.

Este trabalho já começa com uma cena que assombra e nos alerta quanto à rejeição aos vetos em relação ao nosso desejo. Dona Cândida foi marcada como toda moça, por isso o pronome de tratamento carregado, *Dona*, levado apesar da idade. Tem manias, não como crivo, é transtorno obsessivo-compulsivo. Borrifando álcool em gel se perdeu na frustração da perfeição, e se tornou incrêdo, sem fé em Emanuel.

As subjetividades concretas que serão apresentadas ao decorrer do texto, por meio de relatos biográficos, colocam, eu, Miranda, Diana e Lia, mulheres com deficiência, em papéis diversos: somos narradoras, feministas, mulheres e pessoas com deficiência. Miranda, uma servidora pública obstinada que tem sempre uma resposta na ponta da língua. Com deficiência física ela, apesar da falta de acessibilidade, atravessa as ruas de Belo Horizonte, todos os dias, até a Cidade Administrativa aonde trabalha. Diana, uma mulher neurodiversa com diagnóstico incompleto, que descobre sua deficiência junto à maternidade de um filho com autismo. E Lia (com deficiência física e visual) é jornalista e mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da FAFICH/UFMG.

Conheci Lia no Grupo de Pesquisa em Comunicação, Acessibilidade e Vulnerabilidade da UFMG. Certa tarde, tomando um café na cantina da

FAFICH/UFMG compartilhávamos a dor de expor nossos corpos femininos com deficiência na academia. E divaguei sobre qual seria o papel exercido por nós como pesquisadoras com deficiência, e Lia disse que sua existência na academia é política:

**Lia**—[...] As pessoas que chegam já são vistas como pessoas que talvez não vão dar conta de completar o programa, ou que talvez não consigam ficar aqui, porque aqui não é um ambiente totalmente adaptado para pessoas com deficiência, dependendo da sua deficiência. E também às vezes a gente é visto como um ratinho de laboratório mesmo, tipo. [...] E a nossa existência aqui dentro é política no sentido de resistir ao capacitismo. Isso é pesado. Eu não queria isso para mim. Mas eu acho que estar onde eu estou, com os privilégios que eu tenho... Eu não tenho como me furtar a me posicionar aqui o tempo todo. A minha existência, meu estar aqui, já é uma forma de se posicionar também. Eu posso ocupar o espaço que eu quiser! Não é uma sociedade que vai me dizer até onde eu posso ir ou não. Isso já é uma grande luta. Já estou meio que lutando contra a sociedade, contra o sistema que você está inserido, né? Isso é cansativo (Relato 1)

Esta fala, entre tantas, me lembra minha própria experiência na academia, e tudo começou antes mesmo de entrar, antes mesmo de ser uma pesquisadora:

Conheci aquele rapaz por acaso. Ele seria meu "colega" no Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da UFMG caso fosse aprovada. Sabendo de sua vaidade elogiei falsamente a estampa de sua blusa. Nem entendia sua geometria, se é que importava! Meu interesse era outro, que revisasse meu trabalho que seria futuramente apresentado no processo seletivo deste programa. Olhava de um jeito aflito! Após alguns elogios e advertência, sorriu, com os dentes enferrujados. Não! Foi mais uma gargalhada, um riso ferino, sem piedade. Isso, sem respeito, como se cuspiasse minha existência patética. E disse: "acho que para a prova oral você deve ir de óculos escuros e uma bengala, para que, você sabe né?!" Foram mais gargalhadas! Eu contei os segundos, enquanto meus dedos batiam em ritmo de terror. Não, era um soneto de clamor, símbolo de uma velha repetição. Naquele momento o que quer que eu tenha entendido contemplava apenas a minha imbecilidade, não a mim. E ali afogada numa imbecilidade, não sem mágoa, me sentia mais morta que viva. Eu, com olhos indecisos, era asfíxiada pelo ideal. (Relato 2)

A fala deste rapaz demonstra claramente a discriminação. Isto é, me trata como monstro que foge dos requisitos hegemônicos de capacidade e perfeição, incorporando em sua fala os estigmas correlacionados a um corpo com deficiência visual. Seria então, inadmissível a este ponto, uma mulher com deficiência ocupar a academia por competência e dedicação? Acredito que a fala dele diz respeito não apenas a mim, mas à Miranda, Diana e em especial à Lia que também busca o pertencimento na esfera acadêmica. E experiências como esta, portanto, me fizeram compreender que para tratar sobre gênero e deficiência, teria que colocar nossos corpos e narrativas no palco. E naquele dia, Lia disse de maneira categórica que qualquer lugar, acadêmico ou não, profissional, amoroso que nós porventura ocupássemos não pertenceremos. Segundo ela, eu poderia sair da UFMG, mudar curso e continuaria não pertencendo. Neste ponto,

ela questionou sua própria pesquisa como parte de uma exposição desnecessária da sua pessoa. E mais, enunciou que falar de si não faz com que se sinta pertencente, sentindo uma necessidade apenas de ser anônima, ou como disse: "pagar boleto e aguardar as plantas".

Pegamos o mesmo circular naquela tarde, e fomos até o centro da cidade falando sobre os amores não realizados e as paixões violentas. Ao me despedir de Lia vim até este quarto de onde escrevo pensando:

no significado daquela necessidade que espreme meus ossos: "pagar boleto e aguardar as plantas". Ser gente? Um alguém qualquer? O que isso significa meu Deus? Seria a falta de pertencimento atroz a tal ponto? A ponto de restar a nós apenas pagar boleto e aguardar as plantas. É o juízo final? Todas nós compareceremos ao tribunal do sentimento! Trata-se de uma humanidade expressa por outrem além Lia? Optar por não ser visto ao invés de não pertencer? Por mim, talvez? Seria sua necessidade uma vontade comum de pôr fim ao sentimento? Ou simplesmente de ocultá-lo até se tornar inexistente? (Diário de Campo, 03 de Julho de 2019)

Por meio dessas inquietações nunca findas, nós quatro e vocês amadas leitoras, tornamos o feminismo um modo de ser mais suportável, porque é esplêndido e ao mesmo doloroso falar de todas nós, e de um lugar tão duro feito o DIREITO, sem resistir, imaginar e afetar. Sou um vira-lata, e não ter dono é meu deleite.

O número e a ordem de suposições possíveis neste campo é precisamente o infinito! E o que é o infinito? Não o sabemos com certeza. É uma palavra que usamos para designar **a abertura** da nossa consciência diante da possibilidade desmedida, inesgotável e desmedida. E o que é a consciência? Não o sabemos com certeza. **É o nada. Um nada que usamos para designar quando não sabemos alguma coisa e de que forma não o sabemos e então dizemos consciência, do lado da consciência quando há cem mil outros lados** (ARTAUD, 1983, p. 154-155, grifo meu).

Vocês querem saber? Muitas vezes, sim, eu<sup>2</sup>, como Dona Cândida, acordei olhando pra um objeto sem saber o que era. Vou passar a vida olhando pras coisas sem ter uma noção completa de sua forma e cor. E com o tempo isso se tornou minha distração: olhar e imaginar! Mas isso não decifra o incompreensível dos objetos sólidos<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> "Quando o 'eu' busca fazer um relato de si mesmo, pode começar consigo, mas descobrirá que esses 'si mesmo' já está implicado numa temporalidade social que excede suas próprias capacidades de narração [...]. A razão disso é que o 'eu' não tem história própria que não seja também a história de uma relação - ou conjunto de relações - para com um conjunto de normas" (BUTLER, 2017, p. 18)

<sup>3</sup> O termo *objetos sólidos* não aparece sem motivo. Em certo momento de minhas revisões da cena de Dona Cândida frente ao objeto inquisitório, lembrei-me do conto de Virginia Woolf chamado *Objetos Sólidos*.

Método? É uma alegria truculenta. "E na hora ninguém escapa, debaixo da cama ninguém se esconde" (TOM ZÉ, 1976). Porque ainda me resta precaução que vem de observar as tarefas muito bem cumpridas pelo meu pai.

De que estávamos falando? Aah sim, sobre o método. Eu invento, com desenvoltura de Dona Doida<sup>4</sup>. E fracasso nesta invenção descabida, pois seja voz minha ou das outras, "o 'eu' é o momento de fracasso em qualquer esforço narrativo de fazer um relato de si mesmo. Permanece sendo aquilo que não pode ser relatado e, nesse sentido, constitui o fracasso exigido pelo próprio projeto da narração de si" (BUTLER, 2017a, p. 104). E quanto a isso:

**Gabriella** - Qual lugar você acredita estar ocupando na academia? Como é escrever de si?

**Lia** - A minha opinião é minha, não é de ninguém. Não estou envolvendo ninguém. Eu, até onde se sabe, sou a primeira pessoa com deficiência no programa de comunicação da UFMG. Isso é uma benção e uma maldição. Porque todo mundo de alguma forma sabe da minha existência. Depois de mim... Eu entrei na ampla concorrência, mas depois de mim teve o edital suplementar e outras pessoas com deficiência entraram. Isso é um avanço. Mas eu tenho a sensação de que, primeiro; eu quis entrar no mestrado. Mas meio que entrei pra mostrar que funciona. "Olha, tem uma pessoa com deficiência aqui: funciona!". Essa é a minha sensação. Com relação à pesquisa, eu sempre fui uma mulher com deficiência que sempre teve muito problema com o próprio corpo. Eu não queria me ver. Fui comprar minha primeira lingerie sozinha, tinha quase 25 anos. Porque eu me via como um amontoado de diagnóstico, não como uma pessoa que tem potências. Era assim que eu me via (Relato 3, Parte 1)

Talvez, a dificuldade em falar de si denota um abscesso nervoso. Um abscesso que dá calafrio, porque "vários como eu sem dúvida, escrevem para não ter mais um rosto. Não me pergunte quem sou, nem diga para permanecer o mesmo: é uma moral de estado civil; ela rege nossos papéis. Que ela nos deixe livres quando se trata de escrever" (FOUCAULT, 2008, p. 20).

### 2.1.O Método e seu Duplo

Eu nunca tive um grande apreço por dicionário. Como eu, vocês provavelmente utilizam dicionário. Andamos por ele com um fim sabido. Por favor, não tentem isso por aqui, pois estou isenta de conclusão. E logo já vamos para outro canto, outro prefixo, com outra raiz, deixando martelar nossa agonia por significado.

Não se tratando de um dicionário, procuro um método de delírio, tremedeiras, que transforme tabu em totem. Uma denúncia da pureza e do absoluto. Danço no

---

<sup>4</sup> Esta é uma referência à personagem do conto Dona Doida de Adélia Prado.

infinito desta escrita sem querer verdades limitadas, no deserto do meu quarto de onde sopra essas sílabas sem fim. Esta escrita protagoniza a realidade e a experiência de nós mulheres com deficiência, em um infinito. É esse fundo sem fundo da escrita e da realidade que está na raspa do tacho do desejo de compreender. Então baby, não se perca nesse desejo infundado. Tornem o não entender glorioso. Esqueçam-se da realidade x irrealidade, corpo x mente, natureza x cultura...

A escrita literária que tentarei realizar, na medida do possível, não é uma linha contínua de significados: deixa lacunas. Isso não quer dizer que nada acontece de verdade, ou seja, acontece tudo. E costuro, pouco a pouco, o terror da escrita, enquanto esta *ABERTURA* mais parece um pedido de desculpas pelos devaneios, digressões, sonhações que estão presentes ao falar de uma realidade que envolve o inacabado e sempre inédito das corporeidades e da linguagem que tenta em vão mediá-las.

A escolha do título *O Método e seu Duplo* tem como inspiração o trabalho do poeta, dramaturgo, ator, Antonin Artaud (2006), chamado *O Teatro e seu Duplo* (2006). "'Maldito', marginalizado e incompreendido enquanto viveu, encarnação máxima do gênio romântico, da imagem do artista iluminado e louco" (MILLER, 1983, p. 02), Artaud (2006) passa a ser reconhecido como um dos maiores criadores de sua época. Para ele o mais complexo é nos livrarmos das rédeas sobre nosso pensamento, desejo, corpo e experiência. E, segundo Foucault (2007), lutar contra o poder é lutar contra nós enquanto sujeito constituído e constituinte do poder.

O teatro da crueldade proposto por Artaud (2006) é um enfrentamento do corpo organizado e impresso em série. É uma forma de resistir ao poder, protagonizando formas de vidas ignoradas até então. Neste ponto, a arte escapa da estrutura de poder. Seu teatro preenche as lacunas com o irrepetível, o imaginário, o não pensado (VIRMAUX, 1978). Isto é, não preenche... É um teatro de resistência, pelo intuitivo que contraria o teatro da representação (ARTAUD, 2006; VIRMAUX, 1978).

Nesta medida, o autor traz a peste como duplo<sup>5</sup> do teatro (ARTAUD, 2006; VIRMAUX, 1978). E como a peste, o teatro da crueldade gera desordem no espírito e no corpo do espectador/leitor a ponto de romper com os limites da consciência

---

<sup>5</sup> "Para além da crueldade há o Duplo, escreveu V. Novarina; além dos choques e das dissonâncias, há todo um mundo de analogias de correspondências [...]. Se, através da Crueldade, Artaud quer juntar a divisão, a contradição, o Perigo, a fim de livrar o homem de sua letargia, pelo Duplo - que se tornou o princípio da linguagem por correspondência e por signos - ele quer tornar sensível a unidade múltipla da vida" (V. NOVARINA, p. 114-117 *apud* VIRMAUX, A, 1978, p. 45-46).

(ARTAUD, 2006; VIRMAUX, 1978). Pela peste, portanto, a ordem social e moral se dissolve (ARTAUD, 2006, p. 29).

Artaud (2006) insiste na "cultura em ação", criticando a ideia de "civilizado ocidental" como sendo "um monstro no qual se desenvolveu até o absurdo a faculdade que temos de extrair pensamentos de nossos atos em vez de identificar nossos atos com nossos pensamentos" (ARTAUD, 2006, p.03). Neste sentido, se torna também fundamental sua linguagem que se dá com todos os sentidos, o que significa:

(...) usá-la de um modo novo, excepcional e incomum, é devolver-lhe suas possibilidades de comoção física, é dividi-la e distribuí-la ativamente no espaço é tornar as entonações de uma maneira concreta absoluta e devolver-lhes o poder que teria de dilacerar e manifestar realmente alguma coisa, é voltar-se contra a linguagem e suas fontes rasteiramente utilitárias, poder-se-ia dizer alimentares, contra suas origens de animal acuado, é, enfim, considerar a linguagem sob a forma do *Encantamento* (ARTAUD, 2006, p. 46-47).

Portanto, a partir de uma linguagem e um pensamento de exceção, trazido Antonin Artaud entre outros, neste trabalho o imaginário é um dos modos de demonstrar, na experiência dessas mulheres, o que ainda escapa da norma, isto é, o desejo de liberdade. Talvez para o autor, a escrita de uma dissertação seja, sim, atitude de "civilizado ocidental", pois o trabalho acadêmico pode ser visto como abandono do gesto para analisar as formas de realização de nossos atos. No entanto, aqui é repudiado qualquer domesticação quanto ao modo de sentir ou viver (ARTAUD, 2006). Não proponho uma pesquisa que cria um pensamento sobre a forma correta da vida, mas que tateia a vida e brutaliza o pensamento a partir do ato e da experiência como indomável e absurda. Em outras palavras, a presente pesquisa é uma atitude (arte-conhecimento) epistemológica de exceção.

Essas experiências permitirão talvez um dia analisar mais precisamente o funcionamento da memória das mulheres. Sim, provavelmente, na medida em que as práticas sócio-culturais presentes na tripla operação que constitui a memória - acumulação primitiva, rememoração, ordenamento da narrativa - está imbricada nas relações masculinas/femininas reais e, como elas, é produto de uma história (PERROT, 1989, p. 17).

Assim, importa a ideia de corpo sem órgãos, que "não é uma noção, um conceito, mas, antes de tudo, uma prática, um conjunto de práticas. Ao corpo sem órgão não se chega, não se pode chegar, nunca se acaba de chegar a ele" (DELEUZE; GUATTARI, 2002, p. 28).

A partir destes elementos, a pesquisa traz o vínculo entre escrita, pensamento e vida como modo de retorcer o DIREITO e a produção hegemônica de conhecimento

que são parte do corpo organizado. Materializando como duplo do método, o corpo sem órgão e a vida, sendo esta uma "espécie de centro frágil e turbulento que as formas não alcançam" (ARTAUD, 2006, p. 08), se é que nos restam algum ato ou experiência não formatada (ARTAUD, 2006, DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3).

Mais, nesta pesquisa busquei, na medida do que fosse legítimo para a esfera acadêmica, trazer como a única ordem possível, a crueldade. Neste ponto o corpo sem órgãos evoca o esvaziamento do essencializado e do codificado. O método, portanto, tem como duplo ou correspondência, não um conceito, mas a prática, que possui variadas formas de ver, sentir, pensar e viver. Jogarei fora a forma ideal, a fôrma de nossos corpos. Evitando qualquer pressuposto do certo e errado, desejável e repugnante (ARTAUD, 2006; DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3).

Dessa forma, tentarei provocar, alcançar e perturbar o leitor, com inspiração na obra de Antonin Artaud, entre outras, por meio da realização do pensamento-experiência através da arte-conhecimento. É óbvio, e aceito isso, que esta escrita, que considero prosaica e política, é contrária por si só aos argumentos do autor, que analisa a linguagem articulada pela palavra uma forma menor frente à linguagem física e concreta do teatro (ARTAUD, 2006). E assim tento demonstrar que nem toda produção de saber é guiada pelo organismo, podendo ser intensiva, cruel e delirante.

E, tudo começou assim:

Disseram que minha pretensão, nesta pesquisa, era descabida. Foi quando compreendi: não sei fazer uma dissertação "normal". Aaah como é difícil ser civilizado! E fazendo uma alusão às palavras de Artaud, digo que esta pesquisa não salva ninguém da fome, mas extrai dela a "força viva [que] é idêntica à da fome" (ARTAUD, 2006, p. 01).

E cheia de incertezas (com jeito de avó cantando na cozinha) tentarei redesenhar a relação entre corpo e linguagem em direção à liberdade. Não, não saberei fazer com destreza! Contento em denunciar os juízos sociais e morais relativos ao capacitismo sofrido por nós mulheres com deficiência. Para tanto é preciso uma lente borrada, híbrida, intensa, de devir, engolida pela realidade, porque como Belchior: estou muito cansada do peso da minha cabeça e resolvi deixar transbordar meu coração selvagem.

A partir deste ponto, falar em direito e DIREITO implica na articulação que confronta o DIREITO como parte do poder, que prega para os purificados, e condena outros como "malditos". E, por outro lado, fortalece o direito: o direito pelo gesto, pela experiência e pelos devires, O direito performativo que não se propõe como coerente,

unívoco, criado e aplicado de maneira estritamente racional e neutra; mas que é palco de corpos, emoções, interesses, sensações e memórias múltiplas. É um direito que se manifesta em meio aos putificados<sup>6</sup> sem esperar verdades automatizadas. E está no planalto, no lavrador, no baiano sem esperança, em nós duas (ARTAUD, 2006, DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3, MORICEAU; MENDONÇA, 2016).

Por isso uma escrita de ruptura, que conecta a realidade e o fora, o real e o imaginado, o analisado detidamente e o compulsivo; é para deixar manifestar a vitalidade e potência criativa (ARTAUD, 2006, DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3). Criando um abscesso por onde goza o corpo sem órgão: entre o inomeçável e o eterno, o terror e o bucólico. Não é "[...] corpo morto, mas um corpo vivo, e tão vivo e tão fervilhante que ele expulsou o organismo e sua organização. Piolhos saltam na praia do mar. As colônias da pele. O corpo pleno sem órgãos é um corpo povoado de multiplicidades" (DELEUZE; GUATTARI; 1995, p. 43-44).

## **2.2. Epistemologia feminista: saberes contra hegemônico**

Senhorita Carolina sentia cócegas. Era a melhor cócegas do mundo. Seu amor aquecia o coração e seus pés. Quando teve que deixar o lado quente da cama, bem no canto contrário ao da porta. E se sentou na máquina de costura para trabalhar. Distraída olhando para suas meias amarelas que a cobrem até a canela: ficava entediada. E sentia muita falta dos abraços que a pouco lhe esquentavam. Mas seu amor, com seus pés aquecidos e seu coração em brasa estava ali, de algum jeito. Debochando dessas meias e problematizando sua romantização das coisas.

Aqui o indizível toma lugar, sendo os sons, gemidos anteriores a toda significação. Ah, o amor! Senhorita Carolina comprou aquelas meias numa liquidação! Liquidação de gente! E, com defeito de fabricação, vai levando suas meias e seu si mesmo. E vocês?

Tentando começar o inomeçável, por puro capricho, imagino que vocês já conhecem o ato final. Todo mundo que sente conhece... Este é uma encenação seguida de urro. Com *closet* de morte e vida. Com um rosto que ampliado na tela da existência

---

<sup>6</sup> Esta palavra surge como modo de contrariar a adjetivação, *purificado*. *Putificado* é um termo com carga negativa que uso durante o texto como derivação do termo chulo que é coloquialmente utilizado em direção as mulheres que têm comportamentos fora do juízo moral. A palavra *putificado* não possui este sentido na nossa língua.

estampa todo o não dito por esta língua mediadora. Assim, esta encenação se pretende através da suspensão do discurso hegemônico.

Não! É uma encenação limitada como minha cabeça. E, afirmo que não se trata de narrativa: é pura vida nua e porosa. Ouvi dizer, que para alguns, dar sentido é prioridade. Mas a realidade é o "o quê?" sem resposta; "a realidade não tem sinônimos" (LISPECTOR, 1973, 99-100). E numa tentativa de entregar o conforto da mediação do significado a vocês, amados leitores, me esforçarei em vão.

Com o tempo se tornou uma das minhas principais inquietações: como contrariar as formas hegemônicas de produção de conhecimento por meio da experiência? E mais, em que implicaria falar em mulheres com deficiência? Falar em mulher com deficiência envolve protagonizar uma epistemologia feminista relativa à:

saberes autossujeitados porque as perspectivas e experiências feministas até recorrentemente foram excluídas da história e da literatura. As narrativas autobiográficas geralmente constroem identidades multifacetadas e complexas, dinâmicas e não estáticas. [...] No entanto a autobiografia também pode ser confessional. A autobiografia confessional reitera discursos normalizadores e ata o indivíduo à sua própria identidade. A autobiografia pode tanto ser um exercício de sujeição, se produzir a verdade requerida sobre si mesmo, como pode ser um processo de subjetivação, se se examina criticamente como a pessoa chegou a ser o que é, em relação aos discursos normalizadores (MCLARE, 2002, p. 152 *apud* RAGO, 2013, p. 54-55).

Neste ponto, falar em um eu e em muitos nós é uma escolha que envolve processos afetivos, políticos e sociais coletivos. E, contar essas histórias durante a pesquisa é contrariar:

la epistemologia tradicional, donde el sujeto es una abstracción com facultades universales y incontaminadas de razonamiento y sensación, desde el feminismo se defiende que el sujeto del conocimiento es un individuo histórico particular cuyo cuerpo, intereses, emociones y razón están constituidos por su contexto histórico concreto, y son especialmente relevantes para la epistemologia (GARCÍA; SEDEÑO, 2002, n.p.)<sup>7</sup>.

Rago, ao parafrasear George Gusdorf (1991), enuncia que a escrita de si denota uma necessidade de desafiar sua existência, sendo uma atitude de afrontamento de sua vida (GUSDORF, 1991 *apud* RAGO, 2013, p. 55), que aqui envolve a experiência da mulher com deficiência. Conversando com Lia sobre a sensação de realizar uma

---

<sup>7</sup> "epistemologia tradicional, onde o sujeito é uma abstração com poderes universais e não contaminados de raciocínio e sensação, do feminismo argumenta-se que o sujeito do conhecimento é um indivíduo histórico particular cujo corpo, interesses, emoções e razão são constituídos por seu contexto histórico concreto e são especialmente relevantes para a epistemologia" (GARCÍA; SEDEÑO, 2002, n.p, tradução minha).

pesquisa sobre deficiência, questionei como é falar deste corpo, isto é, do seu próprio corpo como mulher com deficiência:

**Lia** - É difícil, né? Eu falo que é um rasgar-se e remendar-se o tempo todo. Como eu trabalho com experiências que eu vivi por meio do meu corpo. Eu vou no meu inferno particular e volto toda vez. Toda vez! Então não é fácil. As pessoas falam de pesquisas sobre afetos, com afetos, tem até um brilho no olho, mas é muito difícil colocar na prática. Porque eu tô vivendo o tempo todo. Não estou olhando para um tubo de ensaio e vendo aquele tanto de celulazinhas lá. Eu to dentro de mim, pesquisando o social. Poxa vida, é difícil demais. Demais da conta. Porque assim, você viver com deficiência, em muitos momentos, é uma vida cruel. E aí a gente fica tentando levar na esportiva, levar numa boa, porque agente, né? Dói quando os outros olham agente com pena. Ou quando perguntam agente no metrô se nosso namorado é nosso irmão. Ou, nossa própria mãe diz que agente não pode viajar sozinho porque não vai dá conta. Ou quando não dão emprego pra gente porque também não vai dá conta. Mas agente continua viva, então as experiências continuam chegando. Dá uma dor aplacada e controlada; uma ferida que esteja cicatrizando, agente vai lá abre de novo e depois tem que fechar de novo. E a pesquisa? É como se a pesquisa deixasse as feridas abertas porque eu to olhando pra elas. Não fecha completamente. Quando acabar o mestrado preciso descansar e fazer outras coisas. Fico achando que sou igual o cerrado né? O cerrado em condições normais fica seco e pega fogo, e depois verdeja de novo. Estou assim: terra arrasada. Preciso olhar pra mim e ver o que sobrou. Para o bem ou para o mal eu mudei muito com o mestrado. Agente não sai igual (Relato 3, Parte 2)

Busca-se, portanto, apreender e reconhecer corpos até então excluídos, complexificando as construções sociais, políticas e os movimentos de poder que giram em torno da interface entre gênero e deficiência, marcada em nossa experiência. Aqui, experiência está relacionada aos afetos, ao perceber o método como não se tratando "de produzir representações mais ricas, mas de encontrar formas para efetuar um mergulho no concreto, no vivido, no parcial, no local, no específico, no experimentado no relacional" (MORICEAU; MENDONÇA, 2016, p. 81). E "problematizar a relação estabelecida com o mundo, com o outro e consigo mesmo parece, assim, condição fundamental para que se possam abrir novas saídas mais positivas e mais saudáveis para o exercício da liberdade e a invenção da vida" (RAGO, 2001, p. 56-57).

Com efeito, é evidente uma epistemologia feminista vinculada a uma análise parcial, local e corporificada da produção de saber, a qual demonstra que não "há nenhuma fotografia não mediada, ou câmera escura passiva, nas explicações científicas de corpos e máquinas: há apenas possibilidades visuais altamente específicas" (HARAWAY, 1995, p. 22).

Neste sentido, procuro uma postura feminista que complexifica concepções naturalizadas referente ao capacitismo sofrido por nós mulher com deficiência, pois "nossa experiência vivida de teorização é fundamentalmente ligada a processos de

autorrecuperação, ou liberação coletiva, não há intervalo entre teoria e prática" (HOOKS, 2011, p. 70). Assim, esta pesquisa se opõe a um saber e fazer hegemônico, que reduzem todas nós a tratamentos médicos e CIDs.

Dessa forma, este trabalho, dá voz às mulheres que não puderam falar até então, apresentando outra ciência que não é protagonizada por homens privilegiados e sem deficiência. Não é neutra, nem imparcial. Sequer saberei utilizar uma linguagem formal. Sim! É um lugar local e relacional, falada por uma língua irracional. Aqui, as vozes que lhes falam não vêm de "um lugar conquistador que vem de lugar nenhum" (HARAWAY, 1995, p. 18), vem de mim e das outras. Nós somos vistas de maneira quase obscena, e esta com certeza é a parte mais perturbadora desta dissertação, tanto pra mim quanto pra vocês.

Por fim, este trabalho protagoniza vozes que evidenciam uma postura feminista oposta à normalização sobre a experiência das mulheres com deficiência. Construindo gestos de expressão subjetiva que contraria a fôrma do desejo (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3). Aqui, tal epistemologia envolve relatos que demonstram o capacitismo sofrido por nós, que juntas estamos em busca de novas articulações políticas e sociais, que não envolva ser apreendidas de maneira violável (BUTLER, 2015). "Escrever-se é, portanto, um modo de transformar o vivido em experiência, marcando sua própria temporalidade e afirmando sua diferença na atualidade" (RAGO, 2013, p. 56).

### **2.3. O campo**

Era uma vez uma margarida. Toda ferida, aborrecida! Percebida entre gérbera ela era aparecida, merecida, a minha preferida. Já me despedi! Ihh! Perdi para sempre o amor! Que dor! Que sabor? Furta cor! Por favor, me espera! Lá na janela vestida toda de amarela, feito flor de maracujá. Já! Não vá! E agora? O que farei sozinha sem minha rainha. Agonia, que fria! Já virou mania!

Não! Não! Não!

Era uma vez...

Hmm...

Era uma vez...

Era uma vez uma menina depenada! Depenada de maneira vil. Seria pela vizinha? Pelas tartarugas marinhas? Não! Acho que não! Quase em extinção! Já sei!

Pelo Planalto Central! Isso! Pela malvadeza da infância! Entre parquinhos do condomínio, apresentações de balé e tristeza de feriado: ela morreu! Quando viva passava o recreio mascando chiclets enquanto olhava para a merenda ressentida: bolo de maçã. Canelas russas, dever para colorir: morreu de nome composto! Cristina Elena! No dia 19 de março ela mascou outra coisa: as sílabas afundadas na sua existência composta! Passou um dia inteiro tendo seu desgosto mastigado, indo de um lado para o outro da boca. Sentada na carteira, seu corpo descia e subia em ritmo de agonia! Só durante o dia, perdeu 2 dentes de tanta força que fazia! Acho que morreu e nasceu assim: banguela!

Não! Não!

Era uma vez uma moça feliz! Meu Deus...! Dava medo!

No texto *Life-Histories* (1984), Vincent Crapanzano enuncia ao citar Langness e Frank, que a história é um modo de explorar a cultura ou parte dela. Para o autor, ao se pensar em um indivíduo típico corre sempre o risco de homogeneização da cultura, o que seria um engano.

A experiência pessoal colabora e muito para a produção de saber, pois revela elementos fundamentais. Neste ponto, encontrar o campo, olhar, ouvir e escrever me permite dizer sem meias palavras que não iniciei esta pesquisa com uma hipótese. Não saberia fazer antes de ouvir, pegar na mão, olhar nos olhos de Miranda, Diana e Lia.

Ao iniciar a escrita do projeto de mestrado em 2017, a escolha do método a ser utilizado no campo foi difícil. O que era sabido é que como mulher com deficiência estava implicada. Assim, escolher o método nunca gastou tanto de mim. Exigiu que me olhasse ao espelho e me descobrisse. Até entender que a interface entre gênero e deficiência está em construção. E se me tornava, às vezes, mais rala, é também porque gastava outras. Gastava cada uma de nós, que tem uma autopercepção de si inacabada, pois no dia em que uma de nós for uma espécie de gente esgotada seremos cadáveres dissecados no balcão da loja. E não recuando frente à dificuldade do método escolhido:

Eu narro e me comprometo enquanto narro, relato a mim mesmo, ofereço um relato de mim mesma a outra pessoa na forma de história que poderia muito bem resumir como e por que sou. Mas meu esforço de resumir a mim mesma fracassa, e fracasse necessariamente, quando o "eu" apresentado na primeira frase como voz narrativa, não pode fazer um relato de como se tornou um "eu" que pode narrar a si mesmo ou narrar esta história em particular. E à medida que crio uma sequência e ligo um evento a outro, [...] até mesmo assinalando certos padrões recorrentes como fundamentais, não comunico meramente algo sobre meu passado, embora não haja dúvidas de que parte do que faço consiste nisso. Eu também enceno o si-mesmo que tento descrever: o "eu" narrativo reconstitui-se a cada momento que é evocado na própria narrativa. Paradoxalmente, essa evocação é um ato performativo e não

narrativo, mesmo quando funciona como ponto de apoio para a narrativa. Em outras palavras, estou fazendo alguma coisa com esse "eu" - elaborando-o e posicionando-o em relação a uma audiência real e imaginária - que não é contar uma história sobre ele, mesmo que "contar" continue sendo parte do que faço. Qual parte desse "contar" corresponde a uma ação sobre o outro, uma nova produção do "eu"? Assim como existe uma ação performativa e alocutária executada por esse "eu", há um limite em que o "eu" pode realmente recontar. Esse "eu" se fala e se articula, e ainda que pareça fundamentar a narrativa que conto, ele é o momento mais infundado da narrativa. A única história que o "eu" não pode contar é a história do seu próprio surgimento como "eu" que além de falar, relata a si mesmo. (BUTLER, 2017a, p. 88-89)

A escolha da história de vida como método de pesquisa implica em "um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrita, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida" (CHIZZOTTI, 2011, p. 101). E muito da escolha deste método me veio como um recurso que possibilitasse articulações prosaicas sem maiores dificuldade. Neste ponto, envolve uma "maneira de recolar o indivíduo no social e na história: inscrita entre a análise psicológica individual e a dos sistemas socioculturais" (LAVILLE; DIONE, 1999, p. 159).

A história oral relatada por cada uma dessas três mulheres me impactou de diversas maneiras:

Eram vidas balbuciadas que mais pareciam ter saído da minha boca. Mal sabia se eram elas ou eu quem tinha vivido (Diário de Campo, 02 de agosto, 2019)

A escolha da história de vida está relacionada à descoberta do universo que essas três mulheres fazem parte, em que a narrativa de cada uma pôde (re)significar o sentido de deficiência e gênero, a partir de uma experiência que é apenas de Miranda, de Diana e de Lia. Ainda que suas lembranças, e as minhas, seja a lembrança e o presente de muitas outras mulheres. E neste lugar, cada história não possui um único sentido, pois "eu sou minha relação contigo, ambigualmente interpelada e interpelante, entregue a um 'tu' sem o qual não posso existir e do qual dependo para sobreviver" (BUTLER, 2017a, p. 106).

Neste sentido, tal método pretende uma escuta, em que eu estou implicada para além da pesquisa. Enquanto a hipótese se desenvolveu a partir e na relação entre mim e cada uma dessas mulheres. E foi o vínculo e a confiança estabelecida com as meninas (Lia, Miranda e Diana) que permitiram o desenvolvimento deste método e

fundamentalmente deste trabalho (BUTLER; 2017a; SILVA; BARROS; NOGUEIRA; BARROS, 2007; THOMPSON, 1992).

#### **2.4.Fundo Teórico: tentando teorizar o não teorizável**

Os estudos sobre deficiência tornaram-se mais evidente a partir da proposta da abordagem social da deficiência que foi denominado de modelo social da deficiência por Mike Oliver, e que se contrapõe ao modelo médico ou biomédico de deficiência (SHAKESPEARE, 2002, 2010). Anahí Guedes de Mello (2014) ressalta que existem diferentes modelos de deficiência, contudo, o modelo médico e o modelo social comumente apresentados, abrangem em linhas gerais a proposta dos diversos modelos médicos e sociais. De maneira concisa, os modelos médicos têm caráter curativo, tratando a experiência da deficiência como tragédia pessoal, enquanto os modelos sociais se afastam dessa análise orgânica da deficiência e percebe a deficiência como parte da construção social, política e histórica (DINIZ, 2007, MELLO, 2014, SHAKESPEARE, 2002, 2010). Dessa forma, o modelo social se distingue do modelo médico porque no primeiro existe a relação entre deficiência e sociedade incapacitante e o segundo está relacionado às lesões individuais (DINIZ, 2007, SHAKESPEARE, 2010),

O modelo social de deficiência clássico surgiu a partir das inspirações da União dos Deficientes Físicos contra a Segregação (UPIAS) criada após Paul Hunt escrever uma carta para um jornal inglês denunciando o isolamento das pessoas com deficiência (DINIZ, 2007, SHAKESPEARE, 2002, 2010). Segundo Shakespeare (2002, 2010) a UPIAS era um grupo inspirado no materialismo histórico e formado por homens brancos, heterossexuais com deficiência física, o que marca uma das principais fraquezas do movimento que deu início ao projeto (SHAKESPEARE, 2002, 2010). O movimento inicial era extremamente rígido e tratava a pessoa com deficiência como oprimida e acentuava as barreiras como principal questão (SHAKESPEARE, 2002, 2010).

Outro ponto frágil do modelo social é a negligência da lesão como um aspecto da vida das pessoas com deficiência (DINIZ, 2007, SHAKESPEARE, 2002, 2010). A partir de então as feministas passaram a realizar uma crítica, criada através do contraponto entre natureza e cultura, através da alusão relativa ao debate entre

sexo/gênero (DINIZ, 2007, MELLO, 2014, SHAKESPEARE, 2002, 2010). Neste sentido Judith Butler analisa a relação entre natureza e cultura:

Não se pode, de forma alguma, conceber o gênero como constructo cultural que é simplesmente imposto sobre a superfície da matéria - quer se entenda este como "corpo", quer como um suposto sexo. Ao invés disso, uma vez que o próprio "sexo" seja compreendido em sua normatividade, a materialidade do corpo não pode ser pensada separadamente da materialização daquela norma regulatória. O "sexo" é, pois, não simplesmente aquilo que alguém tem ou uma descrição estática daquilo que alguém é: ele é uma das normas pelas quais o "alguém" simplesmente se torna viável, é aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural (BUTLER, 2001, p. 152)

Com efeito, neste caminho, o modelo social clássico deixou passar uma questão importante na experiência, a lesão, em nome de sua forte oposição ao modelo médico. A experiência corporal da lesão torna-se imprescindível nos processos sociais da deficiência (DINIZ, 2007, SHAKESPEARE, 2002, 2010). A partir de tal perspectiva, mais tarde, surge o termo "modelo biopsicossocial de deficiência" que se apresenta com as características do modelo social incorporado pelas críticas relativas à experiência da lesão (OMS, 2004). Isto é, o modelo biopsicossocial é uma análise social da deficiência que considera as diversidades físicas, sensoriais, intelectuais e mentais como inerentes à experiência da deficiência. Este modelo se apresentou de maneira mais clara por meio da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde - CIF (OMS, 2004), que acentua a junção entre impedimentos corporais e barreiras sociais na vida dessas pessoas (OMS, 2004).

Sim, é fato que a sociedade nos desabilita através de suas barreiras atitudinais, arquitetônicas e comunicacionais, mas desconsiderar a experiência pessoal da lesão, na visão de Morris (1991), em certa medida, alimentar a opressão contra a pessoa com deficiência, além de que certas dificuldades são intrínsecas à lesão, não dependendo da retirada de barreiras (MORRIS 1991 I SHAKESPEARE, 2010 n. p). Outra questão, que aqui importa fundamentalmente, é que o modelo social clássico não abarcou uma realidade específica, isto é, das mulheres com deficiência que, envolve uma dupla discriminação (MELLO, 2014, SHAKESPEARE, 2002, 2010).

O status de mulheres com deficiência ressalta o seu duplo silêncio e opressão. O duplo silêncio de mulheres com deficiência se evidencia através da fala de uma perspectiva da deficiência na teoria e prática feminista, e na carência dos movimentos de direitos da deficiência em analisar como gênero apresenta impacto sobre a deficiência (FERRI; GREGG, 1998, p.429, tradução minha)

O conceito de deficiência não é fixo, varia de acordo com a experiência, ela é relacional, situada e fluida. Não pode ser percebido como singular, mas como uma multiplicidade (SHAKESPEARE, 2002). Portanto, "ninguém hoje é puramente uma coisa. Rótulos como indiano, mulher, muçulmano ou americano não passam de ponto de partida, que, se seguidos na experiência real por apenas um momento, são rapidamente deixados para trás" (SAID, 1994, p. 407 *apud* SHAKESPEARE, 2002, p. 20).

Neste sentido, deficiência está entrelaçada com outras variáveis: classe, raça, sexualidade e gênero, e:

**[...] consiste no produto da relação entre um corpo com determinados impedimentos de natureza física, intelectual, mental ou sensorial e um ambiente incapaz de acolher as demandas arquitetônicas, informacionais, programáticas, comunicacionais e atitudinais que garantem condições igualitárias de inserção e participação social.** Essa definição contempla a perspectiva social da deficiência e está de acordo com a letra "e" do preâmbulo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, quando afirma que "a deficiência resulta da interação entre pessoas com deficiência e as barreiras devidas às atitudes e ao ambiente que impedem a plena e efetiva participação dessas pessoas na sociedade (MELLO; NUERNBERG, 2012, p.636, grifo meu).

E porque trazer a mulher com deficiência como personagem central desta pesquisa?

A mulher com deficiência, como dito, vive uma dupla discriminação, em virtude de gênero e deficiência (MELLO, 2014). E como mulher com deficiência, Miranda foi tão discriminada pelo seu pai a ponto dele rejeitar a ideia do seu casamento de início e em seguida passou a tratar seu casamento com um homem sem deficiência como legitimação daquela mulher tida por ele como incapaz e anormal:

**Miranda** - Aí ele mudou, é como se tivesse mudado o comportamento, sabe por quê? Porque ainda aquela visão machista... Aí você imagina, uma mulher, e mulher com deficiência? Ele mudou o comportamento até com nível de respeito um pouco maior, porquê? É como se a mulher tiver que se projetar na imagem do homem, porque quando você tem um homem você tem mais respeito, não tem essa imagem da mulher: ela conseguiu. É um evento, mulher com deficiência casada é um evento, virou um assunto de pesquisa científica e tecnológica (risos). Então a gente vira um evento, um evento de curiosidade. Um outro evento é as pessoas imaginarem... Estão você é uma pessoa com deficiência? Seu marido tem alguma deficiência? Uai, mas porquê? Uma pessoa negra tem que casar com negro, um branco com um branco e tudo mais? Porque eu necessariamente precise ter um companheiro com deficiência? Não necessariamente. Não, meu marido não é uma pessoa com deficiência. Ah e não sei o que... (Relato 4)

Este trecho da fala de Miranda demonstra como a opressão relativa ao gênero é ainda mais evidente e cruel ao se tratar da mulher com deficiência:

Penso que gênero e deficiência se convergem em muitas maneiras diferentes. Mas algo que ambos os movimentos fazem é nos levar a repensar no que o corpo pode fazer. A questão é supostamente desafiar as formas tradicionais de se pensar o corpo perguntado; "o que é um corpo?", "qual a forma ideal de um corpo?", "qual a diferença entre o corpo e alma?". Mas a questão "o que um corpo pode fazer?" é diferente, pois lida com capacidades, instrumentalidades, ações as quais estamos inseridos. Gosto dessa ideia do tipo: "como o corpo deveria ser" ou "como o corpo deveria se mover [...]" (BUTLER, 2009, n.p).

Assim, apresento uma linha teórica feminista sobre a deficiência, cujos pontos centrais são: a antinormalização dos corpos em virtude do binarismo capacidade/deficiência, a vulnerabilidade desses "seres corporais" e a autonomia pela interdependência<sup>8</sup>. Pautas essas, que está na carne, no CID, no Belvedere, e lá pertinho, no Morro do Papagaio, no bar das gay, no meio-fio da Praça Sete, no povo do Viaduto Santa Tereza, na minha mãe.

---

<sup>8</sup>Esses pontos são análogos nos trazidos por Mello e Nuernberg (2012), quais sejam, "1) o pressuposto da desnaturalização do corpo; 2) a dimensão indenitário do corpo; e 3) a ética feminista da deficiência e do cuidado" (2012, 640).

### 3. PRIMEIRO ATO: O DIREITO como regulador de condutas

Advertências Iniciais:

Oh, senhor cidadão  
 Eu quero saber, eu quero saber  
 Com quantos quilos de medo  
 Com quantos quilos de medo  
 Se faz uma tradição?  
 Oh, senhor cidadão  
 Eu quero saber, eu quero saber  
 Com quantas mortes no peito  
 Com quantas mortes no peito  
 Se faz a seriedade?  
 (TOM ZÉ, 1971)

Este ato para mim é o mais difícil. Aqui, exponho o lado mais forte: as legislações relativas à capacidade jurídica da pessoa com deficiência. As leis que ditam até onde podemos ir, com qual suporte e o que não é recomendado. Tudo em nome de um bem maior. Deste modo, apresento como recorte o art. 3º e 4º do Código Civil de 2002 (CC/2002), em sua versão original, e o posicionamento do Estatuto da Pessoa com Deficiência (EPD - Lei 13.146/2015) frente a tais disposições, além de tratados e normas internacionais que dizem respeito à capacidade jurídica e à deficiência, em especial, a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - CDPD (ONU, 2006).

Importante pontuar que apesar do Código Civil/2002 fazer menção tão somente à deficiência intelectual e mental, o argumento principal desta pesquisa gira em torno da deficiência em termos gerais, isto é, a deficiência intelectual, mental, sensorial e física. Considerando, ainda, que as mulheres-personagens marcam a presença da deficiência mental (Diana), sensorial (eu e Lia) e física (Lia e Miranda).

Talvez a angústia presente neste ato, esteja na questão de como uma mulher com deficiência pode falar do DIREITO? Se é que se pode, se fala também de uma norma antecedente, ora incorporada ora não, ao DIREITO. Quanto a esta norma me dedico no próximo ato. Mas por enquanto manteremos a formalidade.

Minha advertência inicial será apenas uma simplória ressalva: este ato não trará manifestações prosaicas, mas uma apresentação quase imparcial, e *quase* está na impossibilidade da neutralidade, apresentando um conteúdo dogmático. Tentarei, portanto, performar a produção hegemônica de conhecimento, muito comum ao se falar em DIREITO.

### **3.1.O regime da capacidade jurídica da pessoa com deficiência no Código Civil/2002: considerações de fundo**

A teoria das incapacidades surgiu no Brasil através de Augusto Teixeira de Freitas, no *Esboço do Código Civil (1860-1865)*, que mais tarde sofreu alterações significativas pela obra de Clóvis Beviláqua. Freitas, ainda no século XIX, se preocupava com a dificuldade relativa ao conceito de capacidade, apresentado em países europeus, como por exemplo, o Projeto do Código Civil Português de Visconde de Seabra (CARVALHO, 2013).

Em 1859 Freitas foi contratado pelo Governo Imperial para escrita do Projeto de Código Civil, e provocado pelos debates com Seabra, apresentou uma complexa teoria das incapacidades, sem precedentes em obras europeias, por meio do *Esboço do Código Civil (1860-1865)*. O *Esboço* constituiu uma louvável sistematização técnica. Contudo, tal dispositivo não foi finalizado como Projeto de Código Civil brasileiro, em razão de divergências políticas (CARVALHO, 2013).

Deste modo, passando por elaborações fracassadas dos projetos de Nabuco Araújo, Joaquim Felício dos Santos, Antônio Coelho Rodrigues, em 1899 foi contratado outro projeto, o de Clóvis Beviláqua, que se tornou o primeiro Código Civil Brasileiro em 1º de janeiro de 1916. Beviláqua alterou a distinção de Freitas entre incapacidade de fato absoluta e incapacidade de fato relativa referida à abrangência, passando, o novo Código a estabelecê-la sobre a intensidade (CARVALHO, 2013, 2016). Ou seja, em Freitas os absolutamente incapazes não podiam praticar nenhum ato da vida civil, e os relativamente incapazes, não podiam praticar pessoalmente certos atos da vida civil. Em Beviláqua, por outro lado, os absolutamente incapazes, de modo presumido, não possuíam discernimento para prática dos atos civis, enquanto os relativamente incapazes possuíam discernimento reduzido (CARVALHO, 2016, p. 24-25). Quanto à capacidade de direito, o Código Civil de 1916 adotou um conceito que se equipara ao de personalidade jurídica (CARVALHO, 2016).

Segundo Ivan Gustavo Trindade (2016), o Código Civil de 1916 "prelecionava que todos os ramos do Direito Civil fossem analisados sob o espeque das relações patrimoniais. Até mesmo o Direito de Família, que em tese seria desvinculado dessa perspectiva materialista, não estava desvincilhado do espírito patrimonialista" (TRINDADE, 2016, p. 17). No entanto, as relações sociais, passaram a exigir uma abordagem das capacidades para além das questões patrimoniais e individualista, isto é,

se tornou fundamental certas referências relativas à personalidade das pessoas, o que ganha maior enfoque com a Constituição Federal de 1988:

A Constituição da República seria promulgada em 5 de outubro de 1988, representando um divisor de águas também na história do direito privado brasileiro. Nela, os direitos de personalidade ganharam verdadeira cláusula geral, a de proteção e promoção da dignidade da pessoa humana. Nela, consagrou-se o princípio da pluralidade de formas de família, o da igualdade jurídica dos cônjuges, o da igualdade jurídica de todos os filhos. Nela, a função social da propriedade e, como consequência, dos contratos, ganhou contornos precisos e ousados. Foram criadas novas categorias de usucapião, com requisitos mais flexíveis e prazos menores. A proteção do consumidor passou a ser tratada como um dos fundamentos da ordem econômica (ROBERTO, 2003, p. 84).

No Código Civil de 2002, todavia, não se abandonou as premissas materialistas, nem priorizou uma abordagem humanizada no tratamento dos incapazes (DINIZ, 2014, p. 160; TRINDADE, 2016). Portanto, a codificação manteve o esquema de capacidades com as características configuradas por Beviláqua, trazendo entre as hipóteses de incapacidade de fato, na versão original do novo Código (CC/2002): os absolutamente incapazes para os atos da vida civil (art. 3º, "II - os que, por enfermidade ou deficiência mental, não tiverem o necessário discernimento para a prática desses atos" e "III - os que, mesmo por causa transitória, não puderem exprimir sua vontade"); e os relativamente incapazes para os atos (art. 4º "II - os excepcionais, sem desenvolvimento mental completo") (BRASIL, 2002).

Neste ponto, importa compreender a diferença entre capacidade de direito e capacidade de fato ou exercício, que circundam a capacidade jurídica, sendo assim definidas por Simone Eberle:

Enquanto a capacidade de direito representa um corolário lógico da personalidade, apresentando-se, por isso, em todos os entes a que a lei reconheça ou atribua personificação, a capacidade de fato, por sua vez justamente por ser noção afeta ao plano da efetivação dos direitos, pode ser negada àquelas pessoas em quem o legislador não vislumbra a maturidade ou o discernimento necessário à realização das escolhas autônomas (EBERLE, 2006, p. 108).

A capacidade de direito está disposta no art. 1º do Código Civil de 2002 ("Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil") e está vinculada à ideia de pessoa, sendo um conceito sem possibilidade de gradações. Este é o posicionamento da doutrina majoritária, que entende a capacidade de direito como derivação da personalidade jurídica, não sendo possível a limitação ou cerceamento da capacidade de direito (LARA; PEREIRA, 2016). Aqui, para José Fernando Simão, "retirar da pessoa humana a capacidade de direito significaria conduzi-la ao estado de objeto da relação jurídica e,

portanto, cometer-se-ia grave afronta à dignidade da pessoa humana, que constitui fundamento da República" (2008, p. 20).

Por outro lado, para Brunello Stancioli "a capacidade de fato pode ser vista como a autonomia da vontade com vestes dogmáticas, do amparo legal. Ela, então, retira-se do campo meramente ético, vinculando-se ao Direito" (1999, p. 38). Assim, segundo a versão original do CC/2002, uma pessoa sem compreensão não pode exercer os atos de sua vontade de maneira autônoma, gerando uma incapacidade absoluta que necessita de uma representação. Caso o incapaz praticasse algum ato, este seria nulo, não podendo ser convalidado (art. 166 CC/2002). Em contra partida, uma pessoa com parcial consciência sobre os atos possuía uma incapacidade relativa, que seria suprida pela assistência. E em situação de praticar ato que deve ser assistido, aplicava-se anulabilidade, podendo o ato ser convalidado pelo assistente (art. 171 CC/2002) (MENEZES, 2016, p. 574).

Entretanto, a distinção entre capacidade de direito e de fato perde o sentido frente a questões existenciais, como relativas ao direito de personalidade que assegura a dignidade humana. Neste sentido, a partir da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), e outros tratados internacionais, surge uma necessidade ainda maior em colocar no mesmo lugar a capacidade de direito e de fato das pessoas com deficiência, o que será apresentado nos próximos pontos.

### **3.2. Normas e Tratados Internacionais de impacto no sentido de deficiência e incapacidade legal**

Como dito, ainda que este trabalho trate sobre as mulheres com deficiência em geral, sem propor enfoque a um tipo de deficiência específica, é preciso trazer a diferença entre deficiência intelectual e deficiência mental, considerando que essas são as deficiências evidenciadas no Código Civil de 2002, e alvo das principais discussões relativas à capacidade após a Lei 13.146/2015 (EPD). Em termos amplos, a deficiência intelectual está relacionada a questões cognitivas (Síndrome de Down e retardo, por exemplo) e a deficiência mental aquela vinculada aos processos psicossociais (autismo e esquizofrenia, por exemplo) (DIAS, 2019, informações verbais).

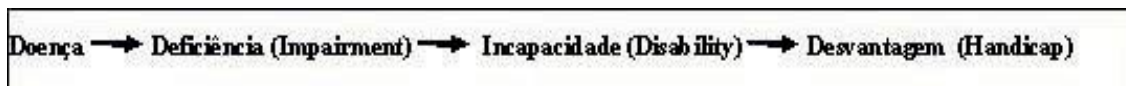
Neste sentido, importa negritar tratados e normas internacionais que dizem respeito à deficiência mental e intelectual, como a Declaração de Direitos do Deficiente Mental que foi aprovada em 1971 pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Tal Declaração proclama que "1. o deficiente mental deve gozar, na

medida do possível, dos mesmos direitos que todos os outros seres humanos" (ONU, 1971).

Em 1980 a Organização Mundial da Saúde (OMS) publicou a Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID). A CIDID, criou uma sequência linear de graus de experiências quanto à saúde. Este modelo linear é composto por três elementos: **deficiência**, **incapacidade** e **desvantagem**. Na visão de Mângia, Muramoto e Lancman (2008), a classificação, traz a **deficiência** (*impairment*) é considerada como uma lesão, permanente ou não, nas funções corporais, sensoriais, intelectuais e mentais, se desviando da norma biológica. Isto é, deficiência é trazida pela Classificação como "anormalidades nos órgãos e sistemas e nas estruturas do corpo" (CIDID, 1980). Já a **incapacidade** (*disability*) se dá no momento em que esta lesão provoca limitações no exercício de atividades, ou seja, **incapacidade** é a consequência dos impedimentos funcionais no exercício de atos. Aqui, **incapacidade** está relacionada a seis áreas relevantes na relação social. E a **desvantagem** (*handicap*), citada pela CIDID, está presente em casos em que a **incapacidade** provoca prejuízos nessas áreas (OMS, 1985; MÂNGIA; MURAMOTO; LANCMAN, 2008, p. 122-123).

Portanto, "para a CIDID, impairment representava uma situação exteriorizada, a ser prevenida, disability expressava uma condição objetivada, a ser reabilitada e handicap socializada a ser integrada e ter participação plena garantida" (DIAS, 2019, p. 10, no prelo), havendo um modelo em que a **deficiência** (*impairment*) é condição para a **incapacidade** (*disability*), enquanto a **desvantagem** (*handicap*) é resultado social da **incapacidade** (MÂNGIA; MURAMOTO; LANCMAN, 2008):

**Figura 1:** Modelo Linear da CIDID



Fonte: OMS (1985 *apud* MÂNGIA; MURAMOTO; LANCMAN, 2008, p. 12)

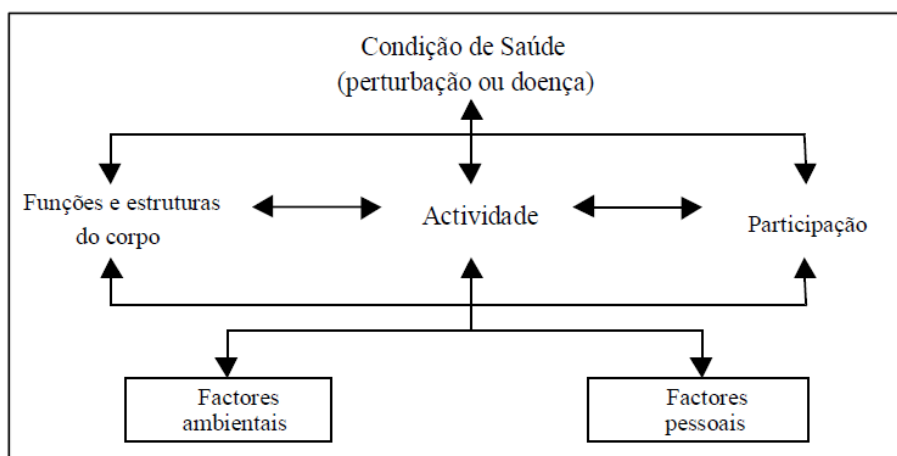
Dessa forma, a Classificação não conseguiu compreender a complexidade da estrutura existente entre deficiência e incapacidade, se apoiando no modelo médico (DIAS, 2019; MÂNGIA; MURAMOTO; LANCMAN, 2008, p. 124-125).

Neste sentido, após diversas críticas à CIDID por ter criado vínculo entre lesões individuais com incapacidade, foi criada uma nova classificação, na tentativa de afastar pressupostos médicos inteiramente nocivos para a apreensão de deficiência e incapacidade. A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde

aprovada em 2001 pela OMS propõe que incapacidade envolva uma interação entre funções corporais com estruturas sociais e institucionais. Isto é, considera que incapacidade está na relação entre corpo lesado e barreiras sociais (OMS, 2004).

A CIF também se afasta da CIDID por diferenciar deficiência de doença, ao considerar que a deficiência não implica necessariamente em doença, assumindo a primeira como uma questão política e de direitos humanos (OMS, 2004, p. 25).

**Figura 2:** Modelo de Deficiência da CIF



Fonte: OMS (2004, p. 20)

Assim, a CIF rompe com o modelo linear da CIDID e apresenta uma abordagem biopsicossocial da deficiência. Neste ponto, a deficiência é vista de maneira ampla, incluindo perspectivas biológicas, fatores sociais e ambientais. E ainda que esta classificação não evidencie a origem teórica do modelo biopsicossocial, a partir do exposto na abertura deste trabalho, a partir da leitura dos estudos sobre deficiência, infere-se que o modelo biopsicossocial da deficiência tenha surgido após diversas críticas ao modelo social clássico, que negava de início o corpo como parte da experiência da deficiência (OMS, 2004; SHAKESPEARE, 2002, 2010).

Em seguida, a Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual (OMS, 2004), se manifestou preocupada "por que a liberdade das pessoas com deficiências intelectuais, para tomada de suas próprias decisões é frequentemente ignorada, negada e sujeita a abusos" (OPS/OMS, 2004, p. 01) declarando que:

**6. A.** As pessoas com deficiências intelectuais têm os mesmos direitos que outras pessoas de tomar decisões sobre suas próprias vidas. Mesmo que algumas pessoas possam ter dificuldades de fazer escolhas, formular decisões e comunicar suas preferências, elas podem tomar decisões acertadas para melhorar seu desenvolvimento pessoal, seus relacionamentos e sua participação nas suas comunidades. Em acordo consistente com o dever de adequar o que está estabelecido no parágrafo

5B, as pessoas com deficiências intelectuais devem ser apoiadas para que tomem suas decisões, as comuniquem e estas sejam respeitadas. Conseqüentemente, quando os indivíduos têm dificuldades para tomar decisões independentes, as políticas públicas e as leis devem promover e reconhecer as decisões tomadas pelas pessoas com deficiências intelectuais. Os Estados devem providenciar os serviços e os apoios necessários para facilitar que as pessoas com deficiências intelectuais tomem decisões significativas sobre as suas próprias vidas. **B.** Sob nenhuma condição ou circunstância as pessoas com deficiências intelectuais devem ser consideradas totalmente incompetentes para tomar decisões baseadas apenas em sua deficiência. Somente em circunstâncias mais extraordinárias o direito legal das pessoas com deficiência intelectual para tomada de suas próprias decisões poderá ser legalmente interdito. Qualquer interdição deverá ser por um período de tempo limitado, sujeito as revisões periódicas e, com respeito apenas a estas decisões, pelas quais será determinada uma autoridade independente, para determinar a capacidade legal. **C.** A autoridade independente, acimamencionada, deve encontrar evidências claras e consistentes de que apesar dos apoios necessários, todas as alternativas restritivas de indicar e nomear um representante pessoal substituto foram, previamente, esgotadas. Esta autoridade independente deverá respeitar o direito a um processo jurídico, incluindo o direito individual de ser notificado, ser ouvido, apresentar provas ou testemunhos a seu favor, ser representado por um ou mais pessoas de sua confiança e escolha, para sustentar qualquer evidência em uma audiência, assim como apelar de qualquer decisão perante um tribunal superior. Qualquer representante pessoal substituto da pessoa com deficiência ou seu tutor deverá tomar em conta as preferências da pessoa com deficiência intelectual e fazer todo o possível para tornar efetiva a decisão que essa pessoa teria tomado caso não o possa fazê-lo. (...) (OPS;OMS, 2004, p. 02-03).

Esta Declaração surge como apoio "à formulação de uma Convenção Internacional Compreensiva e Integral para Promover e Proteger os Direitos e a Dignidade das Pessoas com Deficiência" (OPS/OMS, 2004, p. 01). Sendo, dois anos depois aprovada a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006) que teve uma das maiores participações da sociedade civil na elaboração de norma da ONU. Tal participação foi de grande importância para aprovação do texto em seus moldes atuais. Entre as pautas negociadas pela sociedade com deficiência, foi colocada a adoção de um conceito social de deficiência que assegurasse direitos humanos para a realização da liberdade, saúde e igualdade, e a aplicação da CIF (OMS, 2004; WOODBURN, 2013). Quanto a aConvenção da ONU será realizada uma exposição mais profunda no ponto seguinte.

### **3.3.A Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e a menção à mulher com deficiência**

A Convenção de Nova York adota o modelo social de deficiência com novas vestes, o também chamado de modelo biopsicossocial, buscando contrariar a abordagem médica e a opressão socioeconômica sofrida pelas pessoas com deficiência. Aqui, a Convenção adota uma avaliação multiprofissional da deficiência, que considere os impedimentos corporais e o ambiente social, assim como previsto pela CIF.

As disposições presentes na Convenção de Nova York têm como premissas básicas: "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente" (ONU, 2006). Tratando a deficiência da seguinte maneira:

**Artigo 1º**[...]Pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade com as demais pessoas (ONU, 2006).

No Brasil, a CDPD foi aprovada pelo Decreto nº 186/2008, tornando-se norma constitucional ao ser consagrada nas casas legislativas do Congresso Nacional, por três quintos dos seus componentes, em dois turnos, como descreve o art. 5º, § 3º da Constituição Federal. Dessa forma, ao dispor sobre as questões afetas à capacidade, a Convenção destinou ao art. 12.2, a garantia às pessoas com deficiência do gozo da "capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas em todos os aspectos da vida" (ONU, 2006).

Assim, a CDPD, por meio do art. 34, estabeleceu a criação de um Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, formado por especialistas para regular e orientar os Estado Partes sobre a aplicação desta norma. Trazendo, o presente Comitê a definição para o novo termo, "capacidade legal" na Orientação nº 1:

A capacidade legal inclui a capacidade de ser titular de direitos e de atuar no direito. A capacidade legal para ser titular de direitos concede à pessoa a integral proteção de seus direitos pelo ordenamento jurídico. A capacidade legal de atuar no direito reconhece essa pessoa como um agente com poder de realizar transações e criar, modificar ou extinguir relações jurídicas (ONU, 2014).

Nesses termos, nos parece que capacidade legal pode ser compreendida como capacidade jurídica, que abarca tanto capacidade de direito quanto capacidade de fato. Portanto, a preocupação da Convenção foi que a diminuição ou ausência de aptidão

mental, intelectual, física e sensorial não fosse critério para retirada da capacidade legal (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018).

Assim, a Convenção exerce uma importante atuação em nossas vidas, considerando a disposição da Observação Geral, nº 1 do Comitê da ONU, que dispõe que "as pessoas com deficiência seguem sendo o grupo cuja capacidade legal é mais comumente negada em nossos sistemas legais (...) as pessoas com deficiência cognitivas ou psicossociais, eram e são desproporcionalmente por regimes de tomada de decisões e a negação da capacidade jurídica" (ONU, 2014).

Com efeito, a CDPD reconhece a experiência da deficiência como apenas mais um modo de vivenciar o próprio corpo, afastando o paradigma assistencialista e reabilitacional, ao perfilhar o exercício da vontade através de instrumentos de proteção (DHANDA, 2008, p. 45). Aqui, os princípios adotados pela Convenção são o da intervenção mínima e do *in dubio pro capacitas*, que estabelece que no caso de dúvida a capacidade legal prevalece. O que denota grande alteração no regime de incapacidade brasileira relacionado à pessoa com deficiência, buscando, assim, difundir o caráter existencialista do direito de personalidade (ONU, 2006; PÁDUA, 2016).

Após tais questões é importante tratar da mulher com deficiência e sua abordagem pela Convenção. As Observações Finais do Comitê da ONU, em sua sessão 14, fazendo referência ao art. 16 da CDPD, trata da seguinte questão:

O comitê insta o Estado parte a adotar uma estratégia específica voltada para mulheres e crianças com deficiência que garanta total proteção e gozo de seus direitos, com sua participação efetiva no processo de tomada de decisões. O Comitê também recomenda que o Estado inclua perspectivas de deficiência em todas as políticas e programas de igualdade de gênero, garantindo a plena participação efetiva das mulheres com deficiência em igualdade de condição com outras mulheres (ONU, 2014).

Em 2003 aconteceu uma reunião paralela à segunda sessão do Comitê, que ocorreu em 20 de junho do mesmo ano e que reuniu pessoas para falar de questões sensíveis relacionadas ao gênero, o que interessaria a uma Convenção de Direitos das Pessoas com Deficiência (SERRA, 2016). Este grupo considerou como primordial que as crianças e mulheres com deficiência fossem citados na próxima Convenção, já que essas foram invisibilizadas pelos Tratados Internacionais até então. Tal grupo pontuou, por exemplo, igualdade entre mulheres com deficiência, mulheres sem deficiência e homens com e sem deficiência; direito à educação, trabalho, direito a não violência, direito à proteção contra práticas eugênicas, direito à saúde e à família (SERRA, 2016).

Quanto à defesa dos direitos das mulheres com deficiência, Arnade e Häfner citados por Serra (2016), argumentam que:

prestar atenção nas desvantagens que as mulheres com deficiência enfrentam é necessário e justificável em ordem de assegurar que elas não estejam sendo deixadas para trás - mas isso não quer dizer que as questões da discriminação que enfrentam todas as pessoas com deficiência não necessitam ser abordadas - . Sim isso é necessário, mas em ordem de aumentar o nível de gozo dos direitos humanos por todas as pessoas com deficiência, se faz necessário reconhecer e responder as desvantagens particulares que as mulheres com deficiência enfrentam. (ARNADE; HÄFNER, 2005 *apud* SERRA, 2016, p. 242)(tradução minha)

É importante trazer neste ponto, o artigo 6 da CDPD sobre a mulher com deficiência, que a coloca como uma categoria marginalizada até então:

**Artigo 6** Mulheres com deficiência

1. Os Estados Partes reconhecem que as mulheres e meninas com deficiência estão sujeitas a múltiplas formas de discriminação e, portanto, tomarão medidas para assegurar às mulheres e meninas com deficiência o pleno e igual exercício de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais.
2. Os Estados Partes tomarão todas as medidas apropriadas para assegurar o pleno desenvolvimento, o avanço e o empoderamento das mulheres, a fim de garantir-lhes o exercício e o gozo dos direitos humanos e liberdades fundamentais estabelecidos na presente Convenção. (ONU, 2006)

O Art. 6 enuncia não apenas que nós mulheres com deficiência sofremos discriminações múltiplas, mas também promove o desenvolvimento de nossos direitos (ONU, 2006). Segundo Serra (2016) o Comitê em sua Observação Geral do artigo 6 da Convenção, enuncia que tal artigo é uma resposta ao cerceamento histórico de direitos das mulheres com deficiência, sendo essas mulheres, que trabalharam para inclusão de nossos direitos na Convenção. Portanto, apontam medidas de desenvolvimento dessas pessoas, aumentando sua possibilidade de tomar decisões relativas à sua própria vida (SERRA, 2016).

Com efeito, o Comitê expressa que a garantia dos direitos dessas mulheres exige a compreensão das estruturas de poder sob as quais estamos sujeitas, que envolve as articulações econômicas e sociais. Aqui, o próprio Comitê evidencia que os estereótipos de gênero marcam a limitação da capacidade das mulheres com deficiência (ONU, 2014; SERRA, 2014; 2016).

### 3.4. As alterações realizadas pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência e os principais apontamentos críticos

O Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015) alterou de maneira significativa o regime de incapacidades do Código Civil de 2002. Esta lei, seguindo a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, passa a minimizar o caráter patrimonialista da capacidade civil (MENEZES, 2014).

Joyceane Bezerra de Menezes, assim evidencia:

O principal efeito da Convenção sobre a sistemática tradicional da capacidade civil está em denunciar seu viés discriminatório e patrimonialista. A disciplina da capacidade civil na legislação civil é, atualmente, incompatível com a sistemática dos direitos humanos, na medida em que pode prejudicar o exercício escorreito dos direitos da personalidade por aqueles que sofrem uma limitação da ordem psíquica ou intelectual (2014, p. 60).

Aqui, a grande inovação é o reconhecimento de que a deficiência torna presumidamente a pessoa capaz. Neste ponto, as pessoas com deficiência mental e/ou intelectual não são consideradas incapazes absoluta e relativamente. Tais alterações ocorrem nos arts. 3º e 4º do CC/2002 da seguinte maneira:

**Art. 3º** São absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil os menores de 16 anos.

**Art. 4º** São incapazes, relativamente a certos atos, ou à maneira de os exercer:

I - os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos;

II - os ébrios habituais;

III - aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade;

IV - os pródigos

(BRASIL, 2002)

Nesta esteia, não existe mais no sistema brasileiro pessoa incapaz maior de idade, não sendo possível se falar em interdição absoluta (TARTUCE, 2015, p. 01).

Assim, a capacidade de fato plena deve ser a regra:

**Art. 6º** A deficiência não afeta a plena capacidade civil da pessoa, inclusive para:

I - casar-se e constituir união estável;

II - exercer direitos sexuais e reprodutivos;

III - exercer o direito de decidir sobre o número de filhos e informações adequadas sobre reprodução e planejamento familiar;

IV - conservar sua fertilidade, sendo vedada a esterilização compulsória;

V - exercer o direito à família e à convivência familiar e comunitária;

VI - exercer o direito à guarda à tutela, à curatela e à adoção, como adotante ou adotando, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas.

[...]

**Art. 84** A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas [...](BRASIL, Lei 13.146/2015).

Mariana Lara (2019a, 2019b) evidencia o quão problemático é a classificação como relativamente incapaz daqueles que não podem exprimir sua vontade. Argumentando que alguém em estado comatoso, por exemplo, por não conseguir expressar sua vontade tem uma incapacidade absoluta para o exercício dos atos, não incapacidade relativa.

Importante esclarecer que o Estatuto considera como pessoa com deficiência "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas" (art. 2º). Assim, a lei não criou uma distinção presumida entre os tipos de deficiência, oferecendo um tratamento amplo, como este trabalho também propõe (BRASIL, 2015).

Dessa forma, o Estatuto da Pessoa com Deficiência traz a capacidade no sentido lato e jurídico como direito fundamental. "O modo como a sociedade reconhece ou nega [a] condição de protagonizar a vida à pessoa, em geral, está refletido na forma como a lei trata o termo da autonomia e da tomada de decisões" (MENEZES, 2015, p. 11). Portanto, a Lei. 13.146/2015, de acordo com a Convenção de Nova York, busca afastar a presunção de incapacidade em virtude de diagnóstico de deficiência (MENEZES, 2015, ONU, 2014).

Para Daniel de Pádua, o Estatuto trata da "erradicação das sedimentadas equações 'deficiência=incapacidade' e 'proteção=proibição/limitação'" (TESÓN, 2012, p. 39 *apud* PÁDUA, 2016, 170). É preciso, então avaliar a situação fática da pessoa com deficiência, percebendo as dificuldades corporais e sociais para tomar decisões. Realizando uma análise posterior fluida que se altera de acordo com as interrelações espaço-temporais (PÁDUA, 2016).

*a. Entre autonomia e proteção das pessoas com deficiência mental e/ou intelectual*

É importante de início evidenciar que a autonomia e proteção são princípios norteadores da teoria das incapacidades. A autonomia invoca a liberdade do exercício da vontade, tornando a pessoa responsável pelas práticas. Uma das principais defesas da Convenção de Nova York é a autonomia das pessoas com deficiência (MENEZES, 2014, PÁDUA, 2016). O preâmbulo da Convenção acentua a necessidade de

reconhecimento pelas Nações da "importância, para as pessoas com deficiência, de sua autonomia e independência individuais, inclusive da liberdade de fazer as próprias escolhas" (ONU, 2006). No artigo 3 prima-se pelo "respeito pela dignidade inerente, a autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas" (ONU, 2006).

Deste modo, as alterações realizadas pelo Estatuto ocorrem como tentativa de garantir a autonomia dessas pessoas. Aqui, a autonomia é compreendida como necessidade humana básica, sendo um dos eixos principais do direito privado (STANCIOLI, 2010, GUSTIN, 2009). Segundo Mariana Lara (2019a), existe um consenso sobre o conceito de autonomia privada como sendo "um poder conferido pelo direito aos sujeitos, para que esses conformem suas vidas de acordo com seus interesses e preferências, estabelecendo livremente relações jurídicas (LARA, 2019a, p. 51).

Necessário ainda evidenciar que a autonomia privada não se resume à autonomia negocial, na medida em que abrange questões existenciais. Assim, ao tornar as pessoas com deficiência plenamente capazes para o exercício dos atos, incluindo as pessoas com deficiência mental e/ou intelectual, o Estatuto deixou de lado o critério do discernimento, passando a utilizar o critério da expressão de vontade, o que é negrito na nova redação do inciso III do art. 4º do CC/2002 (LARA, 2019a, 52-53).

Para Mariana Lara (2019b), ainda que haja no Estatuto uma presunção de capacidade legal das pessoas com deficiência, a autonomia, por sua vez, é um elemento situacional. A lei não tem força de alterar o fato de que certas vivências corporais são inteiramente limitadoras do poder de decisão sobre si (LARA, 2019b, 81).

Outro princípio que importa à teoria das incapacidades é a proteção. Assim, a valorização da autonomia nunca deve desproteger a pessoa (LARA; PEREIRA, 2016, LARA, 2019a). Neste sentido, Caio Mário da Silva Pereira, se referindo à pessoa com deficiência, enuncia:

A lei não institui o regime das incapacidades com o propósito de prejudicar aquelas pessoas que delas padecem, **mas ao contrário, com o intuito de lhes oferecer proteção, atendendo a uma falta de discernimento, de que sejam portadores, aconselha tratamento especial, por cujo intermédio o ordenamento jurídico procura restabelecer um equilíbrio psíquico rompido em consequência das condições peculiares dos mentalmente deficitários** (PEREIRA, 2004, p. 272).

Deste modo, a autonomia e a proteção estão em disputa, mas não podem ser excludentes. Aqui, em casos excepcionais em que não é possível o exercício da autonomia devido a um conjunto de variáveis (corporais, sociais e ambientais) parece

necessário conceder lugar à proteção. Assim, encontrar um equilíbrio entre esses dois princípios envolve um esforço grande. Se a proteção se excede se transforma em proibição e cerceamento de direitos. Por outro lado, se ela é deixada de lado gera um aumento da vulnerabilidade dessas pessoas em virtude de abusos. A escolha do Estatuto parece, neste ponto, ter buscado por tal equilíbrio, ao promover uma presunção de capacidade legal, trazendo institutos de proteção como a tomada de decisão apoiada e reformulando a curatela para situações extraordinárias (LARA; PEREIRA, 2016, LARA, 2019a).

Portanto, não se pode restringir a capacidade legal pela justificativa do discernimento, utilizada pela codificação civil anterior, ou qualquer outra que desconsidere o contexto social e ambiental (PÁDUA, 2016), além da *autonomia pela interdependência*, que será desenvolvido nos atos seguintes.

*b. Os novos institutos da curatela e da tomada de decisão apoiada*

O Estatuto da Pessoa com Deficiência, ao considerar a capacidade um direito humano-fundamental, substitui a pergunta "a pessoa possui capacidade mental ou intelectual para exercer sua capacidade jurídica?" pelo questionamento sobre qual apoio a pessoa precisa para o exercício de sua capacidade jurídica? (BACH; KERZNER, 2010, p. 58).

Com efeito, quanto aos institutos da curatela e da tomada de decisão apoiada, dispõe Joyceane Bezerra de Menezes:

Toma da de decisão apoiada e curatela são alcançadas por meio de ações distintas. A primeira tem sede no direito material (C. Civ., art. 1783-A); a segunda, tem previsão no direito material (C. Civ., art. 1767 e segs.) e no direito processual, quando se estabelece o rito da interdição (NCPC, 747 e segs.). Enquanto a primeira visa a formalização de um acordo de apoio, sem mitigação da capacidade civil; a segunda se expressa como uma medida mais agressiva à capacidade civil do beneficiário, dando-lhe um curador com poderes de assistência ou, excepcionalmente, de representação (MENEZES, 2016, 52).

No Brasil, o instituto da curatela sempre esteve voltado à proteção integral da pessoa maior e incapaz, designando ao curador o dever de representá-lo ou assisti-lo em caso de impossibilidade absoluta ou relativa, respectivamente (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018). O art. 85 delimitou a curatela ao âmbito patrimonial e negocial, impedindo sua imposição sobre os direitos ao próprio corpo, à sexualidade, ao

matrimônio, à educação, entre outros. E caso o instituto da curatela extrapole a esfera patrimonial seria cerceador da dignidade da pessoa (BRASIL, 2015, LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018, PÁDUA, 2016).

Neste sentido, prevê o Estatuto da Pessoa com Deficiência:

**Art. 84.** A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade em igualdade de condições com as demais pessoas.

§1º. Quando necessário, a pessoa com deficiência será submetida à curatela, conforme a lei.

§2º. É facultado à pessoa com deficiência a adoção de processo de tomada de decisão apoiada.

§3º. A definição de curatela de pessoa com deficiência constitui medida protetiva extraordinária, proporcional às necessidades e às circunstâncias de cada caso, e durará o menor tempo possível.

§4º. Os curadores são obrigados a prestar, anualmente, contas de sua administração ao juiz, apresentando o balanço do respectivo ano.

**Art. 85.** A curatela afetarã tão somente os atos relacionados aos direitos de natureza patrimonial e negocial.

§1º. A definição da curatela não alcança o direito ao próprio corpo, à sexualidade, ao matrimônio, à privacidade, à educação, à saúde, ao trabalho e ao voto.

§2º. A curatela constitui medida extraordinária, devendo constar da sentença as razões e motivações de sua definição, preservados os interesses da curatela.

§3º. No caso de pessoa em situação de institucionalização, ao nomear curador, o juiz deve dar preferência a pessoa que tenha vínculo de natureza familiar, efetiva ou comunitário com o curatelado.

(BRASIL, 2015)

A curatela com o EPD passou a ser entendida como uma forma de apoio mais rígido. Neste ponto, a pessoa excepcionalmente pode ser representada (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018). O Novo Código de Processo Civil (NCPC), por sua vez, estabelece que o Ministério Público poderá promover a interdição em certas circunstâncias relativas à deficiência mental grave (art. 748 NCPC), o que contraria o Estatuto da Pessoa com Deficiência (MENEZES, 2018).

Em contra partida, o direito material, seguindo o EPD, por meio do art. 1767 do CC/2002, elenca como sujeitos à curatela apenas aqueles que por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade, presente no inciso III do art. 4º do CC/2002, indicando incapacidade relativa. Aqui surge a seguinte questão: as pessoas com deficiência que não puderem exprimir sua vontade estarão sujeitas à representação ou à assistência? Não fica claro, deste modo, devido às divergências apresentadas entre o CC/2002 e o NCPC, as diretrizes de aplicação da curatela a partir do Estatuto. Contudo, o estabelecido pelo Estatuto é que a curatela apenas vigora sobre relações patrimoniais (art. 85 do EPD), se tratando de recurso extraordinário (LARA, 2019a, LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018).

Dessa forma, o Estatuto além de remodelar a curatela, introduziu o instituto da tomada de decisão apoiada (TDA), para realizar o apoio no exercício da capacidade. Este passou a integrar o Código Civil de 2002, com a seguinte disposição:

**Art. 1783-A** A tomada de decisão apoiada é o processo pelo qual a pessoa com deficiência elege pelo menos 2 (duas) pessoas idôneas, com as quais mantenha vínculos e que gozem de sua confiança, para prestar-lhe apoio na tomada de decisão sobre atos da vida civil, fornecendo-lhes os elementos e informações necessários para que possa exercer sua capacidade (BRASIL, 2002).

A TDA não é um instrumento que pode ser imposto à pessoa judicialmente. É uma espécie de negócio jurídico estabelecido entre a pessoa com deficiência e outras duas pessoas, no mínimo, escolhidas por ela para apoiá-la (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018). Assim, é traçada uma obrigação de fazer, isto é, a de realizar auxílio e proteção à pessoa. Os limites do acordo serão estabelecidos e acompanhados judicialmente (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018). A vontade é exercida aqui pela própria pessoa apoiada, "por não se tratar de uma substituição de vontade (como na representação) e nem mesmo da ocorrência de vontade simultânea (como na assistência), mas apenas de um auxílio na tomada de decisão" (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018, p. 11).

A TDA exige um requerimento judicial pelo apoiado, exercendo o judiciário o papel administrativo de verificar e validar o acordo (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018, p. 12-13). A pessoa interessada propõe uma ação com os detalhes referentes ao apoio, escolhendo duas ou mais pessoas que seja de sua para ser seus apoiadores (LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018).

Com efeito, a TDA trata-se de um ato personalíssimo, de legitimidade exclusiva do interessado, não podendo o juiz indicar apoiadores não apresentados. Neste sentido, as diretrizes da TDA serão realizadas na situação fática, adequando-se a circunstâncias e interesses de cada apoiado (art. 1783-A § 3º, CC/2002, LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018).

Todavia, este instituto gera preocupações sobre a possibilidade de aumento da vulnerabilidade da pessoa com deficiência apoiada, por meio de abusos. Aqui surgem os mecanismos de garantias acolhidos pela própria Convenção:

**Art. 12.4** Os Estados Partes assegurarão que todas as medidas relativas ao exercício da capacidade legal incluam salvaguardas apropriadas e efetivas para prevenir abusos, em conformidade com o direito internacional dos direitos humanos. Essas salvaguardas assegurarão que as medidas relativas ao exercício da capacidade legal respeitem os direitos, a vontade e as preferências das pessoas, seja isentas de conflito de interesses e de influência

indevida, sejam proporcionais e apropriadas às circunstâncias da pessoa, se apliquem pelo período mais curto possível e sejam submetidas à revisão regular por uma autoridade ou órgão judiciário competente, independente e imparcial. As salvaguardas serão proporcionais ao grau em que tais medidas afetarem os direitos e interesses da pessoa. (ONU, 2006)

Por fim, importa acentuar que a Convenção e o Estatuto vieram como forma de garantia dos direitos das pessoas com deficiência, e também das mulheres com deficiência. Entre tais direitos encontra-se o direito à capacidade jurídica, numa tentativa de superar a imagem liberal da pessoa autossuficiente, trazendo a autonomia como princípio relacional. Assim, o novo instituto da tomada de decisão apoiada e a recente roupagem da curatela, aparecem como instrumentos de fortalecimento do lugar e da voz da pessoa com deficiência. Contudo, o regime proposto pelo Estatuto, assim como a antiga disposição do CC/2002 possuem problemas, que serão melhores analisados nos atos seguintes (PÁDUA, 2016, SERRA, 2016).

#### 4. SEGUNDO ATO: Olhar, Ouvir e sentir a experiência da mulher com deficiência<sup>9</sup>

Advertências Iniciais<sup>10</sup>:

*Aos leitores que me restam*

*Eu te espero  
KARTOUM ANTEKFTA  
KARATOUM KSANDARTKA  
ANDY TYANA  
com muita impaciência e depois de tanto tempo  
(ARTAUD apud FLORENTINO, 2005,p. 163)*

Disseram à Senhorita Carolina que nem tudo na vida começa com um basta. Acho que é certo! A maioria das coisas não dá pé, não terminam para que outras possam começar! O *Homo Sapiens* não deu um basta no *Homo Neanderthalensis*. E antes da espécie já existia uma sincronia invertida. E antes da coexistência primeira, havia um *ev*<sup>11</sup>. Um *ev* redondo, que funda o sem fundo da história, da realidade, e do balbuciar pronunciado pelo primeiro último Homo.

Pensando na possibilidade de começar este ato, o que não é possível, Senhorita Carolina me socorre e morde a maçã apressada em busca da suspensão da consciência mediada e cai no sono da morte. Tolice Senhorita! Ela grita! Chamosa, ela roda as saias e quase me irrita. E como me parece impossível evitar a mediação da escrita, vou começar outra coisa: a preparar um chá de angústia.

Isto, chá da angústia! Angústia é palavra que ao nascer já se rende as aspas. Pelo menos a minha. Senhorita Carolina gira sua angústia entre aspas, numa tentativa de se livrar da morte. Então também deixarei certa "angústia" aérea na pré-história da espécie humana.

Ouvi dizer, shiii, que "a palavra entre aspas só espera pela primeira oportunidade de se vingar. E nenhuma vingança é mais sutil e mais irônica que a sua" (AGAMBEN,

---

<sup>9</sup> Este título foi inspirado no trabalho de Roberto Cardoso de Oliveira, *O Trabalho do Antropólogo: olhar, ouvir e escrever* (1996). Buscando apresentar neste ato a pesquisa de campo que me envolveu como pesquisadora, ao **ouvir** e **olhar** Lia, Diana e Miranda; e me envolve como mulher com deficiência, ao **sentir** a vivência que é comum a nós quatro.

<sup>10</sup> Esta advertência se inicia com todo um caráter prosaico. Ao trazer a personagem literária Senhorita Carolina e dialogar com ela em torno de certas questões. Do meio ao final desta advertência apresento certa digressão sobre a ideia de deficiência, trazendo um relato biográfico que diz respeito a esta vivência e que tem inteira relação com os tópicos deste ato.

<sup>11</sup> *Ev* é uma palavra inventada sem sentido em qualquer língua. Isto é simbólico numa pesquisa que trata da indizibilidade da experiência da mulher com deficiência.

1999, p.102). Senhorita Carolina soube que uma moça ruiva, sua vizinha, colocou sua perfeição entre aspas e nunca mais se livrou dela. Carolina (como agora a chamo devido à intimidade) assim como eu desconhece essa coisa estranha nomeada perfeição e pensa que viver acompanhado de tal agonia assusta até cachorro de rua. Sua vizinha, então, perdeu para sempre a necessidade do outro, até o fundo mais fundo como de um pulmão que captura o segredo da espécie. Tudo pelo medo da morte. Então sua vizinha morreu sozinha.

As aspas vão apertando o pescoço da minha angústia até sufocá-la para sempre. Uma gota de chá caiu sobre a mesa e desenhou um *ev*, ou uma angústia, não sei. Ops! Esbarrei no *ev*! O tribunal do sentimento me acusou de displicência! E respondi, com displicência maior: não existe uma única palavra que possa dizer o significado de *ev*. Minha necessidade do outro é puro *ev*.

O que o nome angústia invoca? Seria Deus? O não sabido sobre a existência? Não sei! Angústia? Palavra estranha como a palavra deficiência, inventada por sonambulos que andam por aí. Acho que a palavra angústia, para a maioria, é um trocadilho, como a palavra deficiência. Se eu disser mais de uma vez, soa mal. Como quando pronunciamos nosso próprio nome, repetidas vezes, e já não sabemos de quem se trata. Deficiência, deficiência, deficiência, deficiência,... E agora? Se não conseguem não pressupõe!

Dizer a "pura deficiência" é fundamentalmente difícil, implica em especial o abandono de si como mediação. Então, ao menos, parem de tentar entender! E de alcançar pela palavra deficiência outra coisa, se não a própria realidade vivida! Este nome doido, deficiência, é... Está na história da espécie como um é que se era no mundo redondo da existência. Portanto: se é que se vive, se inventa.

A palavra deficiência<sup>12</sup>, como a palavra angústia, não diz nada a não ser ela mesma. Elas vivem de mim, ou sou eu quem vive delas, para elas e nelas. Não importa! Mas nesta contação, não é apenas eu quem vive. É um ser esfuziante que vive, o nada latente feito de mim, Miranda, Diana e Lia, com sabor de angústia. Aqui, cerro os lábios!

---

<sup>12</sup> Para Adriana Dias (2019), a deficiência é "uma categoria analítica que abarca aspectos heterogêneos da diversidade humana, expressos por experiências, corporais, sensoriais, cognitivas ou psico-sociais, particulares na vida cotidiana de cada ator social. A categoria deficiência é constantemente redefinida, seja porque cada grupo social, em cada época, construiu sua própria resposta à deficiência e às pessoas com deficiência, seja porque as pessoas com deficiência também enfrentam e desafiam a ideia de personalidade do grupo social na qual se inserem" (DIAS, 2019, p. 14-15, no prelo).

Ser, o verbo supremo, de vacuidade acabada que vive a força fraca do não dito. Mas no final a relação entre deficiência e nós, ou entre angústia e todo o resto, desaparece entre o que se quis ser e o que se é. Então:

Fui à procura de emprego, infelizmente ainda não posso viver do não tematizável<sup>13</sup>. Ao chegar me disseram: "Senhora PCD!" Fiquei mastigando o interior daquelas letras tentando formar significado. Pensei ser senha de chegada. E, como soa mal, concluí: tenho muito a esperar. E logo me dediquei a gastar boas intenções alheias. E novamente a funcionaria mencionou, agora com interrogação: "A Senhora é PCD?" Em fôlego ausente, perguntei o significado. Boca maldita! Disse ela, desviando o olhar: "É pessoa com deficiência!" Seu rosto representava o elemento moral que não existia na cara de Pitiu, minha cadela da infância. No breve instante de seu olhar vi o nada, fantasiado de angústia. E respondi com um invariável: isto...! (Relato 5, Parte 1)<sup>14</sup>.

Mas, deixarei tais questões suspensas, até que rememoremos o nome deficiência suficiente<sup>15</sup>.

#### *O inomeçável: um sentimento...*

Eles dizem: deficiência invoca incapacidade. Tolice! Isso é coisa de gente afligido tentando capturar o ser que sempre escapa. Todos estão perante seu si mesmo acontecendo. É assustador! Tateiam a morte, e sua existência entre os dedos, em agudos e graves, que é o mesmo. É uma morte pequena e inocente, como de um pássaro esmagado entre as mãos miúdas de uma criança que sentiu amor demais. As mortes pequenas não dão pé! Uma morte tão sublime e silenciosa como compaixão de estrangeiro. Uma morte, que já era morte anunciada antes da espécie humana. Desde antes do primeiro *ev*.

Não era morte? Era realidade? Não! Era morte! Uma realidade incompreensível? Talvez um *ser* incompreensível! Não! Era morte! Aqui, surge o último "*O quê?*" Para além deste, não há resposta. Para além da realidade, esgota o assunto! E ninguém sobrevive! A morte é inevitável! Morrem mais um pouco, na metade de um todo impenetrável, feito mosteiro. Ábdito e oculto, que te repele e por isso te fascina. O

<sup>13</sup> O termo tematizante, assim como pressuponente e objetivante, são categorias trazidas por Giorgio Agamben (2015) no livro *A Potência do Pensamento: ensaios e conferências*. Tais termos são utilizados pelo autor como característica da significação linguística, ou seja, de uma linguagem como mediação de significado.

<sup>14</sup> Acho que naquela época não me percebia como pessoa com deficiência enquanto categoria política. Eu me via como uma jovem com limitações visuais e dificuldade de adaptação em certos ambiente: faculdade, trabalho, relações sociais. E nestes ambientes era meu dever criar mecanismos para que pertencesse de alguma forma.

<sup>15</sup> Aqui rememorar o nome deficiência significa expor a vida e a realidade de nós quatro: Lia, Diana, Miranda e a minha.

desconhecido inatingível, que sempre será conhecido na parte que se experimenta. A pergunta que interroga a coisa! A coisa? Não ousem querer saber! A experiência que dilui o si mesmo num vazio saturno. A potência do não sentir, que é potência em seu estágio maior. É nada? É um inomeçável!

Lá o conhecimento não importa. Lá se vive uma simplicidade difícil, que estão sentadas em salas de espera com medo de ser. Lá, com tolice de perguntar quem se é, o mundo desaba:

Ao entrar para a entrevista senti cheiro de café fresco e antes que pudesse pedir um gole, o senhor me lembrou de quem eu era: "A gente sente muito, mas infelizmente não podemos receber você aqui. Não estamos preparados para *pessoas assim*! Você entende né?!". Pensei que deixar me chamarem de PCD era suficiente! (Relato 5,Parte 2).

Mas não compreender era sublime, pura imanência do entender. O não compreender era parte de um entender pisado, enquanto *ser* era indeciso. Ali sentada numa angústia, gangorrava, pra cima pra baixo, pra cima pra baixo, o meu si mesmo em desapontamento. Ao ouvir aquele homem, perdi o antebraço direito. Estou tentando recuperá-lo. Agora, achá-lo, me daria uma ideia de *pessoa assim*, e poderia, enfim, mordê-la. Mas acho que a ideia que faço de *pessoa assim* perdi junto ao meu antebraço, que também é impenetrável. Ontem, limpando o sofá perdi em suas dobras, por alguns instantes, o meu si mesmo. Tive medo de não recuperá-lo. Morro de medo de *ser*, de ir me fazendo, feito onda que vai e vem. E no fundo, nem me tolero mais!

Não conta pra ninguém, mas meu medo maior é de não chegar ao último ato, viva. Mas o que me resta é a pobreza da escrita. É pura necessidade, não vontade! É uma necessidade cruel que cura! Sua crueldade está em rememorar a dor vivida por mim, Miranda, Lia e Diana. A cura está aí também: em resignificar o vivido. Pois da abertura até aqui, de lá pra cá, eu descobri o segredo oculto: eu posso sim, pertencer. Resta a mim, esperança, o que não parece sobrar à Lia (ver relato trazido p. 20). Eu também tenho medo. E por medo não inédito criei um terceiro antebraço. E tudo bem, até os elfos sabem que isso é permitido. Então deixarei a cargo deles, a angústia terrestre.

#### **4.1. O corpo como esfera de normalização na interseccionalidade entre gênero e deficiência**

As mulheres com deficiência ocupam um lugar diferente tanto em relação aos homens como em relação às pessoas com deficiência (GONZÁLEZ RAMS, 2010). E, para Ganzález Rams (2010), a desigualdade reflete nas mulheres com deficiência através de um maior nível de analfabetismo, níveis educacionais menores, dificuldade em trabalho, cargos inferiores. Maior possibilidade de sofrer violência de gênero, menor autoestima, grande desconhecimento sobre sua própria sexualidade (2010, p. 2743).

A causa de exclusão da mulher com deficiência está relacionada aos valores masculinos de dominação da sociedade capitalista (DIAS, 2019 no prelo; MELLO, 2014). González Ramos (2010), por exemplo, considera que o número de assédio sobre as mulheres com deficiência é 3 vezes maior. Os homens até tentam convencer essas mulheres que estão lhes fazendo um favor (GONZÁLES RAMS, 2010).

A interseccionalidade entre gênero e deficiência permite analisar essas múltiplas exclusões. Aqui, instaura-se a problemática de que "os feminismos tiveram que homogeneizar a imagem da mulher e tem centrado sua reflexão em um certo modelo de mulher preferentemente ocidental" (BARRANCO *apud* SERRA, 2014, p. 257, tradução minha). Deste modo, o movimento feminista possui um padrão hierárquico de mulher, que exclui a mulher com deficiência (SERRA, 2014).

A mulher com deficiência é reduzida a ponto de praticamente não alcançar o status de sujeito de direito (SERRA, 2014, 2016). Neste ponto, ser mulher e ser pessoa com deficiência gera uma invisibilização brutal (MELLO, 2014; SERRA, 2014, 2016). Conversando com Lia, ela diz claramente que não existe feminismo para mulher com deficiência. Segundo ela, o feminismo surgiu e mulheres passaram a lutar por seus direitos enquanto nós, mulheres com deficiência, permaneciam isoladas e institucionalizadas. Então a mulher continuou lutando por trabalho, direitos sexuais e reprodutivos e, quanto a isso, relata ela com uma ironia ácida: "as mulheres com deficiência não transam, nem tem filhos. (...) Onde estão as feministas com deficiência, na história? Aonde é nosso lugar no feminismo? A gente não vai alcançar nunca." (Relato 6, Parte 1).

As palavras de Lia foram para mim inteiramente perturbadoras. E me parece, cada dia mais ter sentido, pois como acentua Serra (2014, 2016) e López González (2007) González Rams (2010), nós mulheres com deficiência estamos afastadas do movimento feminista muito devido aos objetivos perseguidos por ele. Havendo uma

corrente hegemônica no próprio movimento, o que é evidente a partir da existência como humano da mulher com deficiência, por exemplo, que em muito não é contemplada por este feminismo ocidental/branco/não deficiente (DIAZ, 2012; GONZÁLEZ RAMOS, 2010; SERRA, 2014, 2016). Quanto a isso Lia concorda: "o feminismo não tem lugar pra mim. (...) 'Ai muito bonito isso que você disse, mana'. 'Ai nunca tinha pensado, mana'. É sempre no tom do exótico, do diferente. E aí? Como sua pauta pode andar junto com a minha pauta? Ah não... Mas aí a gente quer... E o que eu quero?" (Relato 6, Parte 2).

A interseccionalidade entre gênero e deficiência, que aqui nos importa primeiramente, evidencia a multiplicidade da opressão. Segundo Diaz (2012), parece não ser possível falar em estruturas de poder fragmentadas, isto é, não é possível pensar na opressão sobre a pessoa com deficiência, sem falar em gênero, raça, sexualidade, entre tantas; e tão pouco presumir uma hierarquia de opressão entre tais categorias (DIAZ, 2012, p. 30). É obvio que pensar nos sujeitos de maneira individualizada potencializa a violência e desestabiliza a resistência coletiva, na medida em que a "opressão necessita permanecer oculta para ser efetiva" (DIAZ, 2012, p. 30, tradução minha). E, portanto, a interseccionalidade permite uma postura política contra hegemônica de articulação de categorias (DIAZ, 2012, SERRA, 2014).

Ao questionar Miranda sobre como ela percebia a relação entre capacitismo e machismo na sua história, ela disse que o machismo está relacionado a um homem, e não simplesmente à mulher com deficiência:

**Miranda** - É como se a deficiência isolasse aquilo e retirasse aquilo de todo seu ser, sabe? Então, quer dizer, a mulher não pode ter filho, o filho que nascer vai ter deficiência. Como você vai cuidar do seu filho, né? E essa valorização de mulher reprodutiva, também, né? De imagem de mulher reprodutiva. Por isso que quando as pessoas vêem uma mulher com deficiência que tem filhos, ela vira um estudo de caso (risos). (...) Então realmente o capacitismo, especialmente para a mulher, porque a mulher é muito cobrada (...). Homem tem essa imagem de fazer coisas mais simples. A gente tem todo um cenário de produção nossa para sermos mulheres. (...) Ainda persiste muito essa questão da mulher ter que fazer um esforço maior pra ela exercer sua feminilidade. (Relato 7)

Neste relato fica negrito como a interseccionalidade entre gênero e deficiência é importante ao se pensar em experiência, de modo a visibilizar a mulher com deficiência no contexto político (como Lia diz ter sido negado a essas mulheres no movimento feminista historicamente), considerando a dupla opressão sobre esses corpos, pois:

creio que [os] discursos, em verdade, habitam corpos. Eles se acomodam em corpos: os corpos, de fato, carregam discursos como parte de seu próprio sangue. E nada pode sobreviver sem, de alguma forma, ser cobrado pelo discurso. Então, não quero afirmar que haja uma construção discursiva por um lado e um corpo vivido pelo outro (BUTLER, 2009 *apud* DIAZ, 2012, p.28, tradução minha).

O olhar normativo sobre os corpos femininos com deficiência é um olhar eurocêntrico, sem deficiência, masculino (DIAZ, 2012). Diaz (2012) defende que o corpo toma forma no momento em que é olhado. O olhar dominante vem sendo naturalizado, um olhar que apenas vê o que quer. Quem aqui nesta sala é visto? Quais de vocês passam categoricamente despercebidos? Eles olham para Senhor X e não a vêem. Tudo bem, ela é uma personagem inventada. E vocês? Talvez, seria agradável ter uma invisibilidade inventada. Não! Estamos aqui! Hoje Dona Cândida está vestida de branco, a cor que refletem todas as outras, por medo de ser vista.

Neste sentido, importa uma análise feita por Amaral e Coelho (2003) que analisam a imagem e autoimagem das pessoas com deficiência:

"Defeitos" não aparentes como gagueira, daltonismo, hemofilia, esterelidade, mastectomia, colostomia, AIDS, enfim aqueles que permitem o que Goffman (1982, p. 16) chama de "manipulação da informação", que não incluem a princípio, de modo geral, uma pessoa na categoria dos deficientes. Os próprios deficientes, além disso, constroem uma espécie de "gradação" dos defeitos que colocam alguns com relação de superioridade/inferioridade com referência a outros. O principal critério desta classificação parece ser o quão próximo ele está (ou consegue parecer) da *normalidade*. Quem consegue passar por "normal" ou tem deficiência ocultáveis ocupa, em geral os "melhores lugares" na classificação. Essa categorização é reforçada pelos familiares e demais pessoas com quem o deficiente convive. Durante a pesquisa de campo, a mãe de Rogério, um menino surdo declarou-se resignada, pois para ela a surdez constituía um mal menor. "E se ele fosse cego? Ou paralítico? Isso não vai ser problema pra gente". O mesmo pensa a mãe de um adolescente surdo: "Foi visitar uma escola de crianças retardadas e saí aliviada". (AMARAL; COELHO, 2003, n.p).

Meu Deus, até estremeço com a tentativa de se passar por "normal". Quem me dera! Seria um sonho de Cinderela que gangorreando sobre aquela cadeira caísse sobre mim a tal "manipulação da informação", talvez assim fosse poupada do escrutínio que fez de mim uma *pessoa assim*. Agora até imagino que a ideia de *pessoa assim* tenha a ver com corredor polonês. Isso, corredor polonês. Aquela brincadeira de colégio, em que eram formadas duas fileiras, de falsos amigos, uma de frente a outra criando uma passagem estreita. A ideia, já naquela época era que alguém sem sorte, passasse por ali enquanto apanhava até o fim do corredor. Coisa de criança sem alma. Era um castigo aceitado já na pureza da infância. Sempre imaginei que pureza tinha enorme talento para

truculência. Em pura crueldade de chupar laranja fazendo barulho. Mas é inevitável! Logo contra mim, coisa breve e pequena. O sadismo é tão óbvio e gasto, quanto enredos cansativos de Tolkien. Mas, pureza é requisito da infância. Uma vez até ouvi dizer que criança quando morre vai direto pro céu. Coisa estranhíssima! Ah, mas é Deus quem decide.

Já sei! É que no fundo a ideia de *pessoa assim* tem mais a ver com a produção de poder que reduz nossa existência à perfeição, a partir de uma hierarquia que tenta tornar nossos corpos reféns da normalidade, fomentada por instituições e construções sociais. Pois o corpo é domesticado por mecanismos históricos hegemônicos (BORDO, 1997), tratando uns como normais e outros como monstros (BUTLER, 2017b, c; FOUCAULT, 2014).

Assim, surge a questão de Judith Butler (2002): “[s]e a restrição for entendida como restrição constitutiva, ainda é possível formular a seguinte pergunta crítica: como tal restrição produz, não só o terreno dos corpos inteligíveis, mas um domínio de corpos impensáveis, abjetos” (2002, p. 14, tradução minha). Para a autora (2017b) o anormal está na esfera de abjeção, sendo sempre necessário manter esta esfera povoada por aqueles menos humanos, para garantir outros numa esfera de poder (BUTLER, 2015, 2017b). No nosso caso, como mulher com deficiência, a abjeção está na ausência de perfeição de nossos corpos (DIAS, 2013, 2019 no prelo; MELLO, 2014). E muitas pessoas sofrem cotidianamente o preconceito em virtude da deficiência, envolvendo uma experiência diversa, é diferente dependendo do espaço-tempo e de cada vida (DIAS, 2019, no prelo).

Para Passada (2012), trabalhando por meio da análise de Scribano (2007), o binarismo normal e anormal serve para sustentar o imaginário social. E assim a autora traz a problematização da seguinte maneira:

Como se apresentam socialmente tanto sujeitos concretos, isto é, sujeitos de direito? Como vão construindo seus processos identitários, suas produções e reproduções da vida cotidiana quando esta é constantemente mediada pela etiqueta diferença, e geralmente, obrigação única de adaptabilidade ao dado? (PASSADA, 2012, p. 148-149, tradução)

Nós, mulheres com deficiência, entendemos o significado de ser diferente. Ao fazer a pergunta "o que significa viver com sua deficiência?" para Lia, a mesma que fiz para Diana e Miranda, ela respondeu de uma maneira inteiramente real: "viver uma vida com deficiência é uma vida em que você tá sempre, sempre, sendo lembrada que você é diferente de. [...] Diferente de, porque às vezes tem uma escada que está no meio do seu

caminho ou porque tem uma letra que você não enxerga (...)" (Relato 8, Parte 1). E para ela ser mulher com deficiência é estar numa categoria inferior em relação às mulheres, é não ouvir certas perguntas: "e os namorados? Quando você vai ter filhos? (...) já é esperado que você não tenha nenhum namorado e que você não tenha filhos, e que você não tenha uma vida independente" (Relato 8, Parte 2).

Ser "anormal", não, ser tratada como tal, como uma mulher sem o direito de escolher ter ou não um namorado, ter ou não filhos, provoca uma dor que não é apenas da Lia, ou minha, da Miranda ou Diana. É uma dor coletiva. Neste ponto, a vivência de Diana me marca profundamente.

Diana é uma mulher que passou a vida sem saber que tinha qualquer neurodiversidade. Ainda assim era tratada e vista como diferente. Ela conta que a partir do diagnóstico de Leon, seu filho, começou a ter um hiper-foco em autismo, e a estudar muito o tema: "e claro, cada livro que eu estudava eu ficava: nossa, mas eu sou assim, nossa eu sou assim. Mas não chegava a conclusão que era autista porque eu sempre achei que eu comunicava muito bem" (Relato 9, Parte 1). Foi quando seu marido sugeriu a possibilidade dela ser neurodiversa: "eu não, eu ri. Não é possível. Mas aí a dúvida ficou e eu não sei lidar com o não saber, com a dúvida. Eu preciso saber" (Relato 9, Parte 2).

Até hoje, cerca de dois anos depois, Diana não recebeu o diagnóstico: "de qualquer forma uma coisa depois de todas essas hipóteses de diagnóstico, eu tenho certeza né? Que eu sou neurodiversa, isso aí eu não tenho dúvida. A dúvida só está em qual neurodiversidade eu me encaixo, né?" (Relato 10, Parte 1). E para ela conhecer a presença da neurodiversidade provocou alívio: "era o que eu estava realmente buscando, foi o entendimento de que eu não sou uma pessoa ruim" (Relato 10, Parte 2). E extasiada, perguntei o motivo:

**Diana** - Porque eu tinha esse entendimento de que determinadas coisas de que eu não dava conta de fazer é por minha incompetência, sabe? É... Eu chegava a me achar assim: lá dentro eu devo ser mau caráter, sabe? (...) Aquela coisa de falarem que tinha algo dentro de mim que atraía aquilo, por eu ter passado por tantos assédios e tantos problemas. Isso passou com a neurodiversidade, com o entendimento da minha neurodiversidade. Não era culpa minha eu não ter entendido, sabe? Não sou burra. É isso. (Relato 11)<sup>16</sup>

Sempre quando nos negam algo ou não alcançamos o que dizem ser normal, somos culpadas. Estamos erradas. Diana se sentiu assim e, como muitas de nós, foi

---

<sup>16</sup> Quando ela diz que não era culpa dela não ter entendido, se refere em especial aos assédios sofridos. Devido à neurodiversidade ela não entendeu os atos de assédio sofridos como assédios, no momento em que estavam ocorrendo.

entorpecida pela obediência de não ser boa. No fundo isso é apenas uma busca pela "subordinação como a promessa da existência. Esta busca não é escolha, tão pouco, necessidade. A sujeição explora o desejo da existência. Sendo a existência sempre outorgada de outro lugar; para existir, ela assinala uma vulnerabilidade primária para com o Outro" (BUTLER 2017b, p. 29-30).

Ouvindo Diana e lembrando de Butler passei alguns minutos pensando porque seria tão fundamental o diagnóstico. Pensei na minha vida. Como seria enxergar de uma maneira tão peculiar como eu enxergo (devido à baixa visão), e perceber cotidianamente que a maioria das pessoas não esbarra em tudo, não tem nas portas de vidro um terror supremo. Foi quando senti uma sensação até então sem nome, acho que relatado por Diana. Era uma sensação incompreensível para mim. Mas me questiono se aquele sentimento antigo não seria atroz: o sentimento de estar em paz como parte da categoria deficiência. Sou refém de um poder que me torna cada dia mais explorável (BUTLER, 2017b, p. 29). Mas para mim, é uma malvadeza organizada, que sigo à risca: estar sujeitada à categoria deficiência é satisfatório. Faz parte da minha "vulnerabilidade primária" (BUTLER, 2017b, p. 29). E ficaria inteiramente angustiada sem tal reconhecimento, sem este lugar (BUTLER, 2017b, p. 29-30).

Como é possível que o sujeito seja um tipo de ser ao qual se pode explorar, um ser que em virtude de sua própria formação, é vulnerável à subjugação. Fadado a buscar o reconhecimento de sua própria existência em categorias, termos e nomes que não criou, o sujeito busca o sinal da sua própria existência fora de si, num discurso que é ao mesmo tempo dominante e indiferente. As categorias sociais significam, ao mesmo tempo, subordinação e existência. Em outras palavras, o preço de existir dentro da sujeição é a subordinação (BUTLER, 2017b, p. 29).

E antes que pudesse divagar mais um pouco, pulou da minha boca a pergunta fatídica: "qual a importância do diagnóstico?", e, formidavelmente, Diana disse que odeia que lhe façam essa pergunta:

**Diana** - É um perdão terapêutico. É você olhar pra você e... Você sabe que você tentou. Você sabe que fez tudo, mas não é comportamental é neuronal. Não é uma escolha, sabe? (Relato 12)

E ainda assim, eu, um pouco ousado, muitas vezes, frente ao poder, fico satisfeita. Sou afeiçoada a esta condição. E me propor a escrever uma dissertação que se atreve a contrariar o poder que gerou tal afeição, é extremamente doloroso, não, aterrorizante (BUTLER, 2017b). É que... Não sei! Lá no fundo é um terror que me pune por ter uma satisfação imprudente! Isto...:

(...) eu diria que o apego à sujeição é gerado pelo poder, e parte da operação do poder se esclarece nesse efeito psíquico, uma de suas produções mais insidiosas. Se, num sentido nietzschiano, o sujeito é formado por uma vontade que se volta sobre si e assume uma forma reflexiva, então o sujeito é a modalidade do poder que se volta contra si; o sujeito é o efeito do poder em recuo. (...) Além disso, essa situação de dependência primária condiciona a formação política e a regulação dos sujeitos e se torna o meio de sua sujeição. Se o sujeito jamais se forma sem o apego apaixonado a quem o subordina, significa que a subordinação é fundamental para o vir a ser do sujeito (BUTLER 2017b, p. 15-16).

Tom Shakespeare (1996) enuncia que existe um impacto mútuo entre feminilidade e deficiência, o que não ocorre entre deficiência e masculinidade que se repelem. Isso devido aos estigmas relativos ao binarismo feminino/masculino ou passividade/domínio. E, quanto aos homens com deficiência, muitas vezes a própria deficiência é considerada efeito da virilidade, na medida em que uma visão hegemônica relaciona o masculino com violência e ao risco. Enquanto há uma dupla opressão sobre a mulher com deficiência, que nos parece negritada ao se tratar de direitos sexuais e reprodutivos, violência contra a mulher, entre outros (FERRI; GREGG, 1998; MORRIS, 1991; SHAKESPEARE, 1996).

Pelo que parece, contudo, não há uma verdade sobre a forma correta de existir, não existe um corpo certo e outro errado, não correspondendo a normalidade com a forma como estamos no mundo. Quanto a isso, diz Lia:

Primeiro que eu acho que normalidade não existe. Isso é uma falácia. Isso é uma coisa... Uma coisa (risos)... Uma coisa que colocaram na nossa cabeça. Não existe. Mas essas ideias falsas do social estão aí para rotular as pessoas. No livro, o Mito da Beleza da Naomi Wolf, ela fala que a beleza é algo que a mulher se ocupa para não se ocupar com outras coisas. Através dessa beleza ela procura uma perfeição. E ela não olha pra si mesmo. Ela não se empodera. Então ela se dobra a necessidade de ser normal. As mulheres com deficiência é ainda pior, eu acho, porque é como se a gente corresse uma maratona amarrada. Desde nova... Se você nasce com doença congênita, você sabe que não é igual às outras mulheres. Está na nossa carne. É como se fosse uma tatuagem. É uma cicatriz, não tem jeito. (Relato 13)

Com efeito, o desafio para o DIREITO é compreender a deficiência como uma experiência legítima (DINIZ, 2007; FOUCAULT, 2014). Aqui, é evidente como a problemática ascende através da norma jurídico e por um DIREITO tendencioso. "A norma desvaloriza o existente para corrigi-lo, ou seja, nenhuma regra é neutra, antes implica referência a um valor. Sob a ilusão dos números e das estatísticas, a normalidade esconde seu caráter eminentemente apreciativo" (MISKOLCI, 2005, p. 14), o que ficará negritado no próximo ato.

## 4.2. A exposição ao capacitismo da mulher com deficiência

Se tratando da mulher com deficiência, o poder estruturante do binarismo capacidade/deficiência e homem/mulher, marca a regulação dos nossos corpos, excluídos do ideal de perfeição criado pelo capacitismo (DINIZ, 2007; MELLO, 2014). Até 2012 não havia uma categoria que traduzisse a discriminação em virtude de deficiência, assim como o racismo, sexismo, entre outros. A antropóloga Anahi Guedes de Mello propôs a tradução de *ableism* como capacitismo, inspirando-se no modelo Português (MELLO, 2014, p. 54-56). O que levou a uma maior visibilidade política relativa a esta forma de exercício do poder, pois:

[...] há um silêncio estranho e realmente inexplicável quando a questão da deficiência é levantada: o silêncio é estranho, também, uma vez que grande parte das críticas da esquerda dedicou-se à questão do corpo, da construção social da sexualidade e gênero. Corpos alternativos, pessoas, discurso: gay, lésbica, hemafrodita, criminal, médico, e assim por diante. Mas à espreita por trás dessas imagens de transgressão e desvio há uma figura muito mais transgressora e desviante: o corpo com deficiência. (DAVIS, *apud* DIAS, 2013, p. 03).

Diana ao falar sobre o capacitismo o coloca como uma das discriminações mais naturalizada e silenciada que existe:

**Diana** - Olha, o capacitismo é uns dos preconceitos mais naturalizados que exista, mais do que o machismo, mais do que o racismo, e o que a gente menos percebe que existe, por falta de conscientização, falta de conhecimento mesmo. Porque sobre o racismo a gente já fala a muito mais tempo, sobre o machismo, né? Mas o capacitismo meio que tá encrostado em todos nós, inclusive nas pessoas com deficiência, que reproduzem também o capacitismo. (Relato 14).

Para Compbell (2001), o capacitismo significa para a pessoa com deficiência o mesmo que o machismo significa para as mulheres (2001, p. 44). E dói, gera solidão e sofrimento que é consequência de afirmarem nossa inabilidade em todas as esferas (DIAS, 2013, 2019 no prelo).

Ontem saindo de um Shopping aqui em Belo Horizonte, um senhor me parou e pediu que comprasse sua arte. Eu só tinha cartão de crédito, então ele disse apressado: "tudo bem, vamos ali ao supermercado comigo e o valor da arte que escolher, eu pego alguns produtos para o abrigo que tô ficando". Na entrada do supermercado um funcionário o abordou: "eu disse que eu não te quero aqui". Ele respondeu afobado: "eu tô com ela, eu tô com ela, mano". Naquele momento entendi que eu por ser uma mulher branca e estar bem vestida "legitimava" e tornava possível a entrada daquele homem negro, com barba por fazer e roupas velhas, no mercado de um bairro rico da cidade.

Aquele homem chamou atenção como se não estivesse no lugar certo. Como se seu próprio corpo não fosse certo. É isso também que o corpo de uma mulher com deficiência, em outra medida e de outra maneira, sofre:

**Lia** - Se você é diferente da norma, dos corpos normativos, sempre vai chamar atenção de alguma forma. Não tem como viver e ser totalmente, como eu vou dizer, misturado na multidão. Não existe essa opção para quem nasce com deficiência. A gente sempre é alvo de alguma coisa, de chacota, de piada, de olhar, de pergunta, de curiosidade, e sempre foi assim. (...) A minha existência chama atenção, porque eu não ocupo o lugar que a sociedade me deu. (Relato 15).

E qual lugar que a sociedade dá para uma mulher com deficiência? Parece ser o lugar de violência compartilhada, pois ali parada entre prateleiras daquele supermercado percebi que a dor social citada por Passada (2012), e a opressão sobre o corpo que provoca tal dor, se expande por uma rede de experiências, ora com fios que se cruzam em certos pontos, marcando um nó, ora em fios que se afastam uns dos outros (DIAS, 2019 no prelo; PASSADA, 2012).

Neste sentido, Adriana Dias (2019, no prelo) defende que:

racismo, machismo e homofobia são formas de capacitismo, de narrar social e historicamente o outro não apenas como inferior, mas como menos/não humano. No limite, o capacitista acerca da deficiência visa determinar quem pode ou não participar da espécie humana, vai além de hierarquizar humanidades, visa demarcar o pertencimento a ela (2019, p. 23, no prelo).

O argumento envolve o fato da raça e a orientação sexual já terem sido percebidas como patologia. Para Adriana Dias (2019, no prelo) ainda que cada uma dessas opressões, seja pela raça, orientação sexual e gênero, apresente uma forma própria; existe entre elas "uma questão seminal: a ideia radicalmente preconceituosa que uns são humanos e outros são menos humanos, ou seja, que há diversidade de humanidades. Essa crença é a raiz do ableism (capacitismo)" (DIAS, 2019, p. 23, no prelo).

O capacitismo está relacionado ao fato de que um corpo hábil seja a condição "natural", hierarquizando o corpo "deficiente" como anormal e inferior. Assim, o capacitismo "é o neologismo que sugere um afastamento da capacidade, da aptidão, pela deficiência" (DIAS, 2013, p. 05). Existindo uma ideia universal em relação à incapacidade da pessoa com deficiência que afeta seu aproveitamento nas relações sociais, além de diminuir suas possibilidades afetivas (MARQUES, 1998, p. 105).

O capacitismo é comum, não é habitual Segundo, o capacitismo serve a propósito terríveis, simbólicos e materiais, em termos de dominação (ou seja, é uma narrativa construída para oprimir). Terceiro, o que vemos no

capacitismo é que muitas vezes o dominado reproduz o discurso do dominante e, portanto, não é raro ver pessoas com deficiência com discurso capacitista, inclusive reduzindo-se à sua deficiência. Em terceiro lugar, o capacitismo é um construto, fruto das relações assimétricas, fundado em teorias que hierarquizaram a noção de humanidade. Como quarto ponto, à semelhança de Admirável Mundo Novo, o sistema capitalista narra, na medida de suas necessidades, e no interesse de sua produção e consumo, grupos como mais ou menos "capazes". Em quinto lugar é preciso se dar conta que o discurso acerca do qual cada tipo de deficiência tem uma origem, sofre um tipo de específico de preconceito (ouvinte/surdo, vidente/cego, neurotípico/neurodiverso, cadeirante/não-cadeirante, especial/não especial, do ponto de vista êmico, para citar exemplos do campo) pode, no limite, também hierarquizar deficiências e como conseqüências, humanidades. Como sexto ponto, afirmo que é preciso dar lugar de fala, ou de sinais, ou de imagens, para que as pessoas com deficiência possam transmitir elas mesmas suas experiências e narrativas. Em sétimo lugar, o capacitismo pode se expressar tanto por micro agressão (que visam naturalizar a violência contra as pessoas com deficiência), como por grandes agressões (que visam eliminá-las), ou exemplificando, desde o uso metafórico de termos do universo da deficiência, naturalizando o fato até a eugenia estatal. E em oitavo e último lugar, não podemos prever que uma pessoa com deficiência não seja ela mesma capacitista, racista, homofóbica ou que faça alguma outra forma de hierarquização de humanidades (DIAS, 2019, p. 19-20, no prelo)

A pesquisa de campo mostrou que minha realidade é de muitas. Um elemento compartilhado por nós é ter tido na família a primeira manifestação do capacitismo. É com os pais, os irmãos, com os quais primeiro sentimos a discriminação pela deficiência. Crescemos ouvindo que não vamos dar conta, frase tão ouvida por Lia, ou "você não pode isso" ouvida por Miranda

**Miranda** - (...) o que acontecia e acontece no geral na minha família é que meu pai falava que é tudo difícil pra Miranda, tudo difícil. Mas tudo difícil para ela é difícil de acordo com a conveniência, a aparência. Então não gostava de me levar para eventos de família, essas coisas. E tudo difícil para ela, mas eu trabalhei e fiz faculdade pegando ônibus sozinha, e todo mundo ignorando essa minha dificuldade, senão eu nem teria feito faculdade, e foi tudo na base da chantagem: se meus irmãos fizeram faculdade eu vou fazer também. "E você não vai!" foi esse nível de enfrentamento (...). Então é um reflexo do que acontece com muita gente. A gente tem que ser duplamente resistente com relação a esse embate, embate. (Relato 16)

Portanto, segundo Compbell (2001) capacitismo está relacionado a:

[...] uma rede de crenças, processos e práticas que produzem um tipo particular de eu e corpo (o padrão corporal) que é projetado como o perfeito, típico da espécie e, portanto, essencial e totalmente humano. A deficiência é considerada um estado menor de ser humano (CAMPBELL, 2001, p. 44, tradução minha).

Uma das questões em que o capacitismo se evidencia em relação à mulher com deficiência, é a sexualidade. Nós mulheres com deficiência somos infantilizadas, ou seja, é negada a nós a possibilidade afetiva e de expressão sexual. E no caso de

manifestação afetiva-sexual, essas são tratadas como inadequadas e constrangedoras (LÓPEZ GONZÁLEZ, 2007; SHAKESPEARE, 2002). Para López González (2007), o peso sobre as mulheres é intensificado ao se falar em mulher com deficiência, pois os homens e até mesmo as mulheres sem deficiência nos percebem como carente de atrativos, o que dificulta suas relações interpessoais (2007, p. 145-146). Lia, por exemplo, trouxe em seu relato o fato de que por ser mulher com deficiência nunca correspondeu às expectativas de beleza, perfeição, funcionalidade exigida pelos homens:

**Lia** - Então esses lugares que são dados para as mulheres heterossexuais, cisgênero, não eram dados para mim. Porque o meu corpo era um corpo dissonante, um corpo diferente do corpo da norma. Então é um corpo errado. É como se eu fosse um produto com defeito. Existem teorias feministas que dizem que nós mulheres com deficiência, que nós mulheres na verdade, né? Que nós somos produtos para consumo do homem. Eu não, porque eu vim com defeito. Eu nasci com defeito. Isso sempre ficou muito claro na minha cabeça, por mais que hoje eu consiga falar de uma forma mais sistematizada e organizada. [...] eu queria, não, sei lá se eu quero ter filho. Mas eu queria pelo menos ser perguntada se eu queria, porque todas as mulheres ao meu redor eram, sabe? Eu queria fazer parte daquilo. Por mais que hoje eu entenda o quanto essa construção é errada, ela é doente pra gente, eu queria fazer parte. Porque a gente vive em sociedade, a gente quer fazer parte de alguma coisa. (...) Já aconteceu de rapazes virarem pra mim e dizerem: "olha eu quero namorar com você e com a outra, por que você não dá conta de transar né? A outra dá. Mas você é muito inteligente, eu gosto de conversar com você. Mas você não dá conta de transar...". (...) Quando eu quis ter a minha primeira relação sexual, eu criei a situação para. Eu corri atrás. Normalmente, eu não vou generalizar, porque toda generalização é burra. Mas normalmente chega num ponto que a mulher tem isso na vida. Tem... É natural essa passagem, para mim não. Eu não era desejada. (...) E a curiosidade não gera sexo, assim, normalmente né? Uma mercadoria quebrada não quer ser comprada (...). (Relato 17)

Dessa forma, Maia (2006) entende que a dificuldade em se pensar na sexualidade da pessoa com deficiência pode se relacionar à genitalização do sexo, e:

Àqueles que fogem aos padrões de normalidade e, mais ainda, aos padrões de "perfeição", são atribuídos tabus, mitos, crenças e concepções relacionadas à proibição do prazer no ato sexual e à procriação, esquecendo-se da capacidade de amar e ser amado, esquecendo-se do desejo erótico, atributos inerentes ao ser humano e preservados sob quaisquer condições de limitação (MAIA, 2006, p. 33).

Com efeito, pensar na mulher com deficiência é perceber o múltiplo estigma da abjeção pela deficiência, gênero e sexualidade, estando sujeitas aos abusos de um poder marcado pela heterossexualidade compulsória e a ideia de simetria corporal. Um corpo incapacitado que não cumpri com os requisitos do corpo belo ou saudável (DINIZ, 2007; DIAS, 2013; MELLO, 2014). A mulher com deficiência foge das

expectativas da mulher como "objeto sexual" (LÓPEZ GONZÁLEZ, 2007; MELLO, 2014). Aqui, se trata também de um poder que controla nossos desejos em direção à sexualidade de reprodução, ou no máximo que satisfaça o homem heterossexual (BUTLER, 2017c).

Quanto à questão da sexualidade a mulher com deficiência por ser vista como dependente é tratada pelos familiares com super proteção que também leva à infantilização dessas mulheres, não podendo exercer livremente sua vontade em termos de decisões em relação ao seu próprio corpo, como foi muito exemplificado na história de vida da Miranda (GONZÁLEZ RAMOS, 2010, LÓPEZ GONZALEZ, 2007).

Neste sentido, Miranda relata como foi a descoberta da sua sexualidade: "a gente começa a querer se identificar, quando surge aquela vontade de namorar e de beijar e tudo mais, é... E de ter um relacionamento íntimo, de transar, que às vezes é um pouco mais tarde, porque até você começar a se identificar (...)" (Relato 18, Parte 1). Para ela essa era uma questão sobre a qual não se falava em casa. Seu pai sempre teve posicionamentos inteiramente machistas, então demorou a se perceber como mulher e entender que poderia ter relações sexuais e até filhos se quisesse. Quando ela começou a namorar a reação do seu pai foi de negação: "não pode! Porque quando você era criança... Por que o ortopedista disse que não era para deixar você se relacionar com homem, que 'papapa', você namorar, porque isso não é possível para você" (Relato 18, Parte 2):

**Miranda**–[...] é engraçado como que as pessoas, elas... É como se você fosse híbrida, como se não tivesse um lado masculino e feminino, ninguém nunca acha que você tem a sua privacidade, sua intimidade. Então as pessoas que você nunca viu, com coragem para te perguntar coisas íntimas do seu corpo [...].E assim um cara chegou pra mim de curiosidade de saber do meu potencial como mulher, chegou assim pra mim e falou assim: "você goza?" Aí falei assim: depende do homem. Aí eu falei com ele que ele não tinha o direito de me perguntar esse tipo de coisa [...]. (Relato 18, Parte 3)

Miranda relata ter passado por uma fase de "galinhagem", usando suas palavras. Uma fase como se ela sentisse a necessidade de provar para si e para todos que era capaz de ser desejada: "por que tem aqui todo aquele modelo de mulher, bonita, gostosa, só elas que podem, elas que são o cenário da perfeição da mulher boazuda que pode casar, a mulher linda maravilhosa que pode ter tudo, sendo que todo mundo imagina que a gente não pode ter nada, né?" (Relato 19, Parte 1). Eu, também passei por isso e como Miranda mesmo disse, com o tempo a gente entende que não precisa provar nada para os outros, nem para nós. Passamos a entender melhor nosso lugar no mundo e a nos

respeitar neste lugar. Para ela tudo isso foi muito difícil porque a família é que "tem coragem de falar e às vezes ser até cruel, tipo: 'quem é que vai te querer? Quem vê você como mulher? Você não é mulher pra ninguém'" (Relato 19, Parte 2).

Outro ponto, é que as meninas nascem tendo como um dos principais papéis a maternidade, o que foi contrariado historicamente pelo movimento feminista. Já em relação às mulheres com deficiência a maternidade é negada abertamente, A esterilização e a interrupção forçada da gravidez, por exemplo, são situações comuns, pois a mulher com deficiência é tida como incapaz para o exercício da maternidade (LÓPEZ GONZÁLEZ, 2007; MAIA, 2006; SERRA, 2010, 2014).

Segundo López González (2007), o que justifica tal negação é:

- O mito da assexualidade. Se a mulher com deficiência não é considerada candidata para o amor e para a vida de casal, é impossível que exerça a maternidade.
- A consideração, para parte dos profissionais de saúde, do risco da gravidez e do parto devido à suposta saúde delicada da mulher com deficiência.
- A ideia de vulnerabilidade e dependência absoluta das mulheres com deficiência. Consequentemente pensa-se que não terá autonomia e capacidade para cuidar de outra pessoa.
- A visão da deficiência como hereditário, transmissível à descendência.
- Pensar que a criação de filhos exige grande esforço físico e ótimas condições de energia, mobilidade, resistência, agilidade, bom estado de todos os sentidos, o que torna as mulheres com deficiência incompetentes e, no caso do cuidado com seus filhos, põe em risco a integridade da criança.
- A crença (propiciada em grande medida pela investigação desde a perspectiva individual patologizadora) dos filhos sofrerem as consequências psicoemocionais e psicosociais de terem pais com deficiência (e em particular sobre a mãe). (2007, p. 147-148, tradução minha)

Historicamente percebemos o medo do surgimento de corpos com deficiência, havendo políticas de impedimento forçado da gravidez e até esterilização como produção de eugenia (LÓPEZ GONZÁLEZ 2007; DIAS, 2013; DAVIS, 1995). Além de se pressupor que o filho de uma mulher com deficiência será uma pessoa com deficiência, o que às vezes se manifesta de maneira cruel: "uma vez um menino me disse que se eu tivesse um filho ele iria nascer igual um alien, porque eu era estranha segundo ele, né?" (Lia - Relato 20).

É um corpo que perturba. Perturba os padrões de normalidade. São corpos desejantes? Desejados? Desejante pela normalidade, que foi imposta para que pudesse ser desejada? Afinal, é o que parece: estamos numa sociedade normatizadora que enfia goela a baixo a homogeneização e naturalização dos corpos (DIAS, 2019; DAVIS, 1995).

Outro âmbito é o mercado de trabalho, em que as pessoas com deficiência têm

no trabalho um lugar de luta e resistência por direitos iguais. E ao se pensar na mulher com deficiência há uma dupla opressão, pela deficiência e pelo gênero (LÓPEZ GONZÁLEZ, 2007, p. 148). Diana acredita que para ela resta apenas a opção de concurso público, pois em relação "a mulher já tem um preconceito muito grande em cima dela, imagina uma mulher com deficiência. Uma mãe com deficiência de um filho com deficiência, aí... Mercado de trabalho te odeia completamente" (Relato 21).

No mercado de trabalho, a ideia de superação é evidente, pois em regra a pessoa com deficiência presente nesta esfera tem sobre si a exigência de superar sua deficiência e alcançar os padrões normativos; quando não negado de pronto sua entrada por ser uma *pessoa assim* (DIAS, 2019, no prelo). Exigindo dessas pessoas certa gratidão pela oportunidade dada no mercado de trabalho, o que provoca angústia pela necessidade imensa de provar sua capacidade, considerando que tal necessidade tem como modelo a fantasia de um corpo normal e autossuficiente (DIAS, 2007, p. 11, no prelo). Miranda, por exemplo, está no serviço público já tem um tempo, pensou em sair, mas acredita que seria muito mais difícil em uma empresa privada. Ela pensou em deixar o serviço público porque durante todo o tempo que está lá, nunca se sentiu reconhecida profissionalmente, isso vem melhorando nos últimos anos, segundo ela, mas ainda percebe muito capacitismo:

**Miranda** - As pessoas acham que você tem que ganhar menos fazendo muito mais, o tempo inteiro, provando para o ego delas e não para o seu, porque para o seu você sabe? [...] São coisas que a gente tem que ter um posicionamento muito firme, com as pessoas. E até nessa gestão perguntaram se eu era efetiva, se interessasse, porque interessa? Não devia interessar. O trabalho devia interessar, não se eu sou efetiva ou não. Então essa coisa, a gente enfrenta, porque as pessoas tentam cortar você. (Relato 22)

A partir do apresentado, entendo que ser incapaz (tanto no sentido lato e jurídico) é ter um corpo público, isto é, a incapacidade envolve uma relação entre nossos corpos, a estrutura social e institucional (o poder). Temos até um CID! Ninguém que souber existir ousa contrariar os números! Eu e as outras mulheres com deficiência tornamos dependentes de logaritmos anteriores e contínuos a nós, que nos tabelam em gráficos e laudos médicos (BUTLER, 2017b).

O poder hegemônico trata valores como capacidade e autossuficientes como primordiais para participação em sociedade, sendo nós mulheres com deficiência asfixiada pelo ideal. E tratar como pressupostos de instituições como o DIREITO, aqueles sujeitos autossuficientes e capazes, apenas reforça um jogo capacitista que não condiz com a forma como vivemos, isto é, relações sociais que estão regidas pela

interdependência (DINIZ, 2007; KITTAY, 1999; BUTLER, 2018a), o que será melhor trabalhado a seguir.

#### **4.3. relato Vulnerabilidade e interdependência na vida da mulher com deficiência**

Pretendo, por meio deste tópico, após essas duas abordagens sobre a normatividade, propor, a partir Judith Butler (2015, 2018a), um apelo a não violência. Mas como seria possível este apelo, sendo que todas nós mulheres com deficiência somos diariamente domesticadas por normas que nos violam? A partir de Butler (2015) posso inferir que tanto a violência quanto a não violência constitui a experiência política e social da mulher com deficiência (BUTLER, 2015, 2018a). E assim, cada uma de nós "luta com a não violência [e] está em processo de reconhecimento de sua própria ontologia social" (BUTLER, 2015, p. 234).

Todos os relatos trazidos até então revela a capacidade de nós mulheres com deficiência sermos violadas, sendo possível até acreditar que qualquer sujeito, que justifica como legítima sua violência, não sofra violência alguma (BUTLER, 2015). Contudo, considerar a "vulnerabilidade corporal" e a "vida precária", envolve parte de uma ética que considera a "condição violável" como comum a todos nós, não simplesmente à categoria deficiência, à mulher. Mas também àquele homem (BUTLER, 2018a, b).

Neste ponto, é preciso compreender uma condição compartilhada de violência e vulnerabilidade que borra os binarismos: deficiência e não deficiência, mulher e homem, incapaz e capaz. Todos nós somos capazes aqui e incapazes acolá, provocamos violação ontem e somos violados agora, e isso inclui até mesmo aquela violação não percebida. E assim algumas vidas são tratadas como "vivíveis e passíveis de luto" (BUTLER, 2015, p. 253), e outras não.

É necessário, portanto, se "apoiar em uma nova ontologia corporal que implique repensar a precariedade, a vulnerabilidade, a dor, a interdependência, a exposição, a subsistência corporal, o desejo, o trabalho, as reivindicações sobre a linguagem e o pertencimento social" (BUTLER, 2015, p. 15). Aqui, ontologia não está alheia às estruturas sociais e políticas estabelecidas historicamente (BUTLER, 2015, p. 15-16).

Deste modo, alguns sujeitos não são reconhecíveis como tal, pior: algumas vidas não são consideradas vidas, e assim as normas reconhecem de maneira diferenciada

cada um de nós, sem igualdade em termos de reconhecimento. Ou seja, uma vida que escapa da normatividade como a mulher com deficiência, se quer é tratada como vida (BUTLER, 2015, p. 22).

Assim, é fundamental o reconhecimento de nossas precariedades como parte da condição humana, através de uma educação inclusiva, da acessibilidade, políticas públicas de não violência contra a mulher com deficiência, a inclusão no mercado de trabalho, entre outras (BUTLER, 2015):

A precariedade implica viver socialmente, isto é, o fato de que a vida de alguém está sempre, de alguma forma nas mãos de outro. Isso implica estarmos expostos não somente àqueles que conhecemos, mas também àqueles que não conhecemos, isto é, dependemos das pessoas que conhecemos, das que conhecemos superficialmente e das que desconhecemos totalmente. Reciprocamente isso significa que nos são impingidas a exposição e a dependência dos outros, que, em sua maneira, permanecem anônimas (BUTLER, 2015, p. 31).

Lia, por exemplo, durante toda sua fala trouxe a expressão "olhar do outro", ora como algo que a reprime durante a vida, ora como algo que a constitui, isto é, que faz dela o que ela é, seja para melhor ou para pior. Esta fala vem de uma mulher que tem uma condição precária específica: "deficiência leve, é o que dizem né? Eu não enxergo de um olho, do outro enxergo, faço tudo, e tenho dificuldade de locomoção leve, também. Então, estou falando deste lugar" (Relato 24, Parte 1). E com essa condição precária, por exemplo, segundo ela, não pode dirigir e isso é incontestável, então ela pega um Uber ou um ônibus:

**Lia** - A gente existe e sabe que existe porque tem outra pessoa olhando pra gente, uma das coisas, né? É no social que a gente se constrói. Então, sim! Eu peguei o olhar do outro pra mim. As verdades do outro foram as minhas verdades, por muito tempo. O olhar do outro está sobre mim. Ele me olha e me dá lugar no ônibus porque tem pena de mim. O olhar do outro está em mim, porque eu sou o outro para alguém. Eu sou o outro pra você. (Relato 24, Parte 2).

Portanto, segundo Butler (2015, 2018a), se a relação de dependência mútua é rompida nos tornamos vulneráveis. Para ela ninguém é simplesmente vulnerável, mas todos são vulneráveis ao que está ao nosso redor (BUTLER, 2018a). E se tratando da deficiência, argumenta Anahi Guedes de Mello (2014):

a reciprocidade e o respeito às pessoas com deficiência começam pelo reconhecimento de que as deficiências necessidades e dependências que todo ser humano "normal" experimenta, coloca-o em uma relação de continuidade entre a vida "normal" e a vida de uma pessoa com deficiência. Em suma deficiências, necessidades, dependências e vulnerabilidades são inerentes à condição humana e privar as pessoas idosas e com deficiência dessas capacidades básicas se configura em uma injustiça social. É

justamente por isso que a ética do cuidado se configura em um conceito central da teoria feminista da deficiência, por estar intimamente ligado também à justiça de gênero, uma vez que o ofício do cuidado em geral recai sobre as mulheres (2014, p. 127).

As pessoas com deficiência são pessoas vulneráveis socialmente, submetidas, todos os dias, à violência simbólica e institucional. Até nessas relações de interdependências nós mulheres com deficiência passamos por violência, o que torna de maneira mais evidente a deficiência uma questão de direitos humanos (DIAS, 2019, p.12, no prelo).

Portanto, a reivindicação ética, que aqui mais importa, está correlata a uma "vida corporal" que sempre nos parece estar passível à violação. Isto é, a condição precária é incontestável, mas nossa constituição como "seres corporais vulneráveis" também depende, em grande medida, de estruturas políticas que definem o modo como precariedades serão distribuídas (BUTLER, 2018b, p.128-134). “[D]epende das normas dominantes no que diz respeito às vidas que são passíveis de luto ou que são dignas apenas de um luto marginal e episódico e, nesse sentido, já estão perdidas em parte ou completamente e, portanto, merecem menos proteção e apoio” (2018b, p.131).

Nós mulheres com deficiência estamos expostas ao outro, uma exposição que ao mesmo tempo em que nos mantém vivas, pode nos matar. Eu, Miranda, Lia e Diana, somos mulheres que apresentam uma história esquecida, pois a opressão envolve uma reivindicação imposta a todas nós contra nossa vontade (BUTLER, 2015, 2018b). E considerando um lugar comum de interdependência, Lia precisa de alguém para dirigir, como dito por ela, enquanto outro sem qualquer deficiência apresenta uma condição precária diferente (BUTLER, 2015, 2018a).

Contudo, pode parecer desatento defender a interdependência após ter apresentado relações com grande potencial violento, o que demonstra que a relação entre o eu e o outro é também abusiva e violenta. É bem verdade que muito dos laços criados pela mulher com deficiência são ao mesmo tempo de apoio e agressões. Lia ao falar da relação com seus pais deixou claro que sempre tentaram a proteger. Que outro dia, ao ir ao supermercado com eles, sua mãe ficou tentando dar a mão, pegar a sacola. E isso só despertou nela irritação e sensação de incapacidade:

**Lia** - Mas sempre tem essa questão de proteção: “Ah você não consegue isso! Você não dá conta daquilo! Não vai ali! Você vai machucar!”, etc. E é uma coisa que tá na minha vida e vai estar na minha vida para sempre, eu acho. Não tem muita escapatória não. Meus pais sempre fizeram de tudo para que eu tivesse uma vida boa, mas dentro dos limites deles, no que eles dariam

conta de me ajudar. (Relato 25)

O que parece é que são essas mesmas relações de cuidado e interdependência que manifestam um caráter capacitista e que nos afetam de maneira primal:

**Lia** - E como eu cresci dentro da sociedade capacitista... Eu acho que toda pessoa com deficiência também é um pouco capacitista com ela mesma. Foi como ela se construiu, como ela cresceu... Essa estrutura é muito difícil de ser quebrada, nossa. Se é que é quebrada. Porque se você se separa completamente do outro, você perde a referência de si. (Relato 26)

E, sim, são esses laços que podem se desenhar capacitistas que, também, tornam ainda mais importante uma posição ética que envolva o fato de termos que:

preservar a vida daqueles que podemos não amar, daqueles que podemos nunca amar, que não conhecemos e não escolhemos. Em segundo lugar, essas obrigações emergem de condições sociais da vida política, e não de um acordo que tenhamos feito nem de uma escolha deliberada. Entretanto, essas condições sociais da vida possível de ser vivida são justamente aquelas que devem ser alcançadas. Não podemos nos basear nelas como pressuposições que vão garantir a nossa boa vida juntos. Ao contrário, elas fornecem os ideais pelos quais devemos lutar, o que envolve uma passagem pelo problema da violência. [...] Em terceiro lugar, essas condições implicam igualdade, como Arendt nos conta, mas também uma exposição à precariedade (uma conclusão que deriva de Lévinas), que nos leva a entender uma obrigação global imposta a nós no sentido de buscar formas políticas e econômicas que minimizem a precariedade e estabeleçam a igualdade política e econômica. As formas de convivência caracterizada pela igualdade e pela precariedade minimizada se tornam o objetivo a ser alcançado por toda luta contra sujeição e a exploração [...]. Lutamos na precariedade, a partir dela e contra ela (BUTLER, 2018a, p. 133-134).

Dessa forma, visibilizar tais experiências nos levam a pensar na importância de formas menos desiguais de distribuição de precariedades. E, ao tencionar vivências dos "seres corporais vulneráveis" entre si e com o DIREITO torna-se evidente a interdependência como forma de manutenção da vida (KITTAI, 1999; BUTLER, 2018a,b). Neste ponto, cabe reflexões que dizem respeito ao DIREITO, como mecanismo de poder com veste de neutralidade que se manifesta de maneira tendenciosa com posturas capacitistas e machistas (BUTLER, 2015, 2018a; SERRA, 2016).

## 5. TERCEIRO ATO: O DIREITO sobre vidas que escapam e o direito entre vidas possíveis

### Advertências Iniciais

É que me pressionavam  
ao meu corpo  
e contra meu corpo  
**e foi então**  
**que eu fiz tudo explodir**  
**porque no meu corpo**  
**não se toca nunca.**

(ARTAUD, 1983, p. 159, destaque no original)

A essência da intenção é totalmente estranha à carne exposta. E quanto mais se vive, parece mais fundamental e frágil a intenção emblemática. Quem é aclamado pela intenção dominante? Talvez um garoto que desconheça a violência de domingos. E quanto à intenção escondida no detalhe, eu vi, não era beatitude. A fisionomia da intenção apavora. É uma queda nevrálgica que em si não diz nada e olhada de perto, em uma nudez desagradável, alcanço os pelos de sua genitália que mostra um desacordo parcial. É uma intenção afogada num único signo.

Seria essa a intenção do DIREITO?

A intenção está numa perfeita unidade, naquilo que é mais verdade. Do DIREITO, aah, já disse tanto, mas com certeza esta é a intenção da norma. Ela se rende à mediação do significado. Intenção rima com castração. Seria esta uma rima completa ou uma simples homofonia que não implica em coincidência de significado entre as palavras? Sempre achei que intenção fosse coisa que corrompesse a realidade. Já a não-intenção é parida do útero de maneira sangrenta.

Quando Dona Cândida a segurou no colo, a menina era tão pequena. Dona Cândida teve medo e estremeando colocou seu rosto bem perto daquele e pôde sentir seu hálito, tinha odor de vida. Oh dor! Pela primeira vez o olfato de Dona Cândida alcançou uma humanidade impossível que torna outras realizáveis. A possibilidade de entrar em cidade desconhecida e estragar a ordem das coisas. E Dona Cândida abdicou de si.

Dona Cândida anseia por números que a livre da desorganização. Se pega invejando números porque eles são redondos. Desatenta à poeira do asfalto ela sentiu

um sentimento incompreensível. Sentiu que era filha de um gnomo, literalmente gente. Foi sentimento por puro amor, não desespero. Sim, amor que implica "viver na intimidade de um ser estranho não para nos aproximarmos dele, para o dar a conhecer, mas o manter estranho, distante, e mesmo inaparente - tão inaparente que o seu nome possa o conter inteiro" (AGAMBEN, 1999, p. 51). Ser filha daquele ser sem idade definida, guardião da terra, dava um amorzinho incontido. Foi quando ela se deparou com um cachorro doido pra tirar sua misticidade adquirida por descendência. Seus olhos tornaram aurora pelo susto de ser estranho e comum; cachorro de rua, O que aquele gnomo queria lhe lembrar? É da banalidade do ser? Ela não se lembra. Deve ter a ver com o fato de ter se assustado com o bonde passando e rapidamente descobriu o segredo da existência. Na esquina seguinte, a palavra *amador*, seguida de desejo por perfeição iluminou a coisa. E ela, que *ama a dor*, aceitou que com a errância também se vive.

Então quanto a não-intenção e à humanidade impossível, talvez a humanidade impossível esteja na menina traiçoeira que Dona Cândida pegou ao colo. Uma menina que morde patinho e ainda chora de fome. Uma menina que estraga a casa do senhor, a casa colonial, tornando o gesto íntimo um ato comum. Ela trai a norma, traiu o DIREITO antes dela. E, talvez, a moça esteve naqueles sonhos não verbalizados, de tão distantes que parecem. Não! Na verdade, o que parecia em nome da segurança nacional foi intenção patriarcal. Sim! Enfim, era uma menina pornográfica que dava mal-estar, que ainda mal nascida já aborrecia a norma. A menina cresceu! Agora canta pelo quintal que a intenção não tem nada a ver com a força física que invoca o ato em boca, em saliva, sim, em orgasmo invertido. A menina até faz hora pro banho, e a obstinada intenção esperando o próximo desengano.

Ao contrário, para Senhora X, desafiar a norma e o DIREITO é coisa áspera. Ela não provou do chá! E ainda assim, quando era velha, lembra de já sentir dor. Dor é calo de dedo. Um calo insuperável. A verdade do seu calo novamente eterno lembra aeromoças com ar de ferrugem, docilizadas por um falso livre arbítrio. É culpa da profissão, coisa assustadoramente "objetivante", como tudo que dizem por aí aos montes.

Talvez esta seja a dor da Senhora X: tentar normatizar tudo. Dói! Mas isso está no mostruário, todo mundo vê. Tocar? Hmm! É preciso muita força. Porque a norma é nega a vida. Falar da norma é negar kundalini. Mas agora, frente a sua dor, Senhora X cai no pavor da práxis. Mas a morte ajuda a significar a não normatização das coisas. Ela está cansada. Não! Precisa! E é esta repressão primária que provoca sua pulsão de

morte e de vida, que faz do seu desejo menos ralo pelos sonhos da madrugada. Porque criatura velha como ela, não sente pena! Mas a sua nova fantasia é amar. É um fingimento necessário. Amar faz parte da sua pornografia. E pela primeira vez a não normatização alcança a vida. A morte? Ela havia escolhido! Coisa de uma velha simplista. Com o tempo sua vida se desnormatiza. É difícil! Ela sempre tornou sua vida, domesticada. Mas quer outra vida. Não! Já se tornou estranha até para si mesma frente aos impulsos elementares que agora parecem vir menos de sua mãe. Mas o que importa realmente todos os seus objetos-formas reprimidos?

Senhora X apenas está tentando se tornar mais humana, ou menos humana, não sei bem. Talvez o não-ser de si, o seu ser-primeiro, foi quem desejou antes dela. Quem desejou a norma, primeiro. Quem são estes tus invasores? Semana passada ela sentiu! Não sei qual parte dela, mas pela primeira vez foi um sentir simplista! Descomplicado! Não quis dar sentido, feito feto no útero que chuta sem saber a quem! Foi seu pior sentimento! Não! Foi como se todos os tus a rasgassem pela invasão. E Senhora X confessa: "toda noite, antes de pegar no sono, aparece alguém no meu quarto. Um alguém desconhecido! Ele puxa assunto! Faz eu me sentir em amada! Prestes a pegar no sono, no limite entre consciente e inconsciente, sinto meu corpo mutilando. Minhas pernas se arrancam e meus braços se retorcem, feito capim alto em tempestade, como se estivesse sendo punida por desejar ser amada. Acordo assustada! E sou eu quem puxo assunto! Ainda que eu fale com alguém inventado todas as noites, não me amo. Preciso ser uma pessoa comum. O meu existir normatizado pode estar indo, o que não me conforta. A arte é a única forma de ser em que me sinto ávida por vitalidade, sem precisar do amor do outro, mas me falta coragem para viver de arte.

### **5.1. O DIREITO e o binarismo capacidade/deficiência: uma crítica ao regime de incapacidade do CC/2002 (versão original)**

Continuando uma tradição no regime jurídico da capacidade civil, devido a um grau maior ou menor de discernimento, "o Código Civil destaca, de um lado, os que são inaptos para a vida civil na sua totalidade, e, de outro lado, os que são incapazes apenas enquanto alguns direitos ou à forma de seu exercício" (PEREIRA, 2004, p. 273).

Neste ponto, Fábio Queiroz e Brunello Stancioli afirmam que "é possível fazer uma correlação entre a incapacidade absoluta e ausência de discernimento e incapacidade relativa e a redução de discernimento" (2016, p. 109). Enunciam, ainda, a preocupação desta legislação com "a qualidade da vontade" do ser, tendo um caráter

protetivo (PEREIRTA; STANCIOLI, 2016). E destacam que "a simples deficiência mental nunca foi geradora da aplicação de um regime de incapacidades, devendo ser sempre cogitada em somatória à ausência de discernimento" (2016, p. 109).

Contudo, me filio aos estudos que analisam o tratamento civilista das incapacidades (CC/2002 versão original)<sup>17</sup> a partir de um evidente vínculo, não apenas entre incapacidade e ausência de discernimento, o que já possui um viés médico<sup>18</sup>; mas também entre o conceito de deficiência (mental e intelectual) e ausência de discernimento (FERRAZ; LEITE, 2016; MENEZES, 2015).

Quando o art. 3º enuncia: "São absolutamente incapazes para exercer pessoalmente os atos da vida civil; II os que por enfermidade ou deficiência, não tiverem o necessário discernimento" (BRASIL, 2002); fica evidente a abordagem médica da deficiência (FERRAZ; LEITE, 2016). Isto é, um modo de pensar a deficiência a partir da catalogação dos impedimentos corporais que promove a consolidação do binarismo capacidade/deficiência que rompe com o ideal de corpo normal (DIAS, 2013; DINIZ, 2007; MELLO, 2014). Com efeito, haver uma presunção de incapacidade vinculada à deficiência como ausência de discernimento, resume deficiência a um corpo lesado. Resume deficiência a "um incidente isolado, uma condição anômala de origem orgânica e um fardo social que implica em gastos com reabilitação" (MELLO, 2014, p. 41). Aqui, o DIREITO, por anos, fomentou a "presunção social de incapacidade" das pessoas com deficiência (em geral, não apenasdas com deficiência mental/intelectual) (FERRAZ; LEITE, 2016), e a institucionalização dessas pessoas e a negligência de políticas pública.

O viés capacitista e médico da antiga disposição do Código Civil/2002 pode ser questionado no sentido de que era uma presunção relativa, isto é, que podia ou não ser confirmada no processo judiciário. Entretanto, a avaliação jurídica posterior da capacidade jurídica (no processo de interdição) se resumia ao parecer médico. Confirmando a relação entre deficiência e ausência de discernimento (MENEZES, 2015, 2016; PÁDUA, 2016).

Se tratando do objeto da presente lei ter sido primordialmente a deficiência mental e intelectual, Amaral e Coelho trabalham com a hipótese de que existem gradações dos impedimentos funcionais que colocam umas pessoas com deficiência

---

<sup>17</sup> Sempre quando digo versão original, estou me referindo à disposição do CC/2002 anterior às alterações realizadas nesta codificação pelo Estatuto da Pessoa com Deficiência.

<sup>18</sup> Ver ponto 4 da *ABERTURA*.

num lugar superior ou inferior em relação a outras. Aqui, o critério envolve o quão perto da normalidade a pessoa se encontra, o que vimos no ponto 2 do último ato. "Quem consegue passar por 'normal' ou tem deficiência ocultáveis, ocupa, em geral os 'melhores lugares' na classificação" (AMARAL; COELHO, 2003, n. p). A partir dos dados etnográficos trazido pelos autores, a deficiência intelectual ou mental, envolve a deficiência com maior grau de exclusão e maior nível de sujeição à normalização (AMARAL; COELHO, 2003). O que torna mais claro o enfoque da codificação em relação às deficiências mentais e intelectuais.

Quanto a isso, ainda que Diana saiba sobre sua neurodiversidade, ela encontra-se num nível menor de abjeção devido, segundo ela, ao fato de não ser lida como uma pessoa com deficiência e afirma que eu como pessoa com deficiência visual também não sou percebida como tal, na maioria das vezes. E isso, em sua opinião, diminui o preconceito que sofremos em sociedade. Assim, não somos lidas como pessoa com deficiência:

**Diana** - É, vai ser outra coisa. Você é desatenta. Você trombou nisso ou naquilo porque você é desatenta, sua lerdá (risos). E eu, comigo, eu sou grossa autoritária, né? Eu sou mal educada, eu sou distraída, eu não presto atenção nas coisas, eu sou preguiçosa. Tem um monte de adjetivos desqualificadores pra mim, já que a minha deficiência não é reconhecida. Ela é invisível, a chamada deficiência invisível. [...] Porque eu achava que tudo que fazia e pensava era normal. Eu achava que era igual ao das outras pessoas, eu nunca pensei que fosse diferente. Nunca pensei que as pessoas pensassem de uma maneira diferente, que o cérebro dela é diferente do meu. Então, assim, isso causava um choque nas relações, né? E eu não entendia por que causava esse choque. (Relato 27).

Deste modo, existe uma hierarquia de abjeção de corpos marcados pelo "desvio", que provoca repulsa e curiosidade, estando, as pessoas com deficiência mental e/ou intelectual, num grau maior de abjeção (AMARAL; COELHO, 2003). Todos os dias, andando pelas ruas, muitas de nós ouvimos: "você está estragando a ordem das coisas". São monstros, que dentro de um corpo com impedimentos está entre o sagrado e o profano. Somos símbolo de pecado, somos sujas e precisamos ser limpas (DOUGLAS, 1976, p. 11-12; FOUCAULT, 2014).

O corpo com deficiência é assim percebido frente ao corpo sem deficiência (DINIZ, 2007; FOUCAULT, 2014): "monstro que é o problema" (FOUCAULT, 2014, p 53), pois:

o monstro é que interroga tanto o sistema médico como o sistema judiciário. [...] O monstro é que é a figura essencial, a figura em torno da qual as instâncias do poder e os campos do saber se inquietam e se reorganizam. Monstro, portanto, não uma noção médica, mas uma noção jurídica.[...]

Enfim, é um misto de formas: quem não tem braços nem pernas, como uma cobra é um monstro. Transgressão, por conseguinte, dos limites naturais, transgressão das classificações, transgressão do quadro, transgressão da lei como quadro: é disso de fato que se trata, na monstruosidade. Mas não acho que é só isso que constitui o monstro. Não é a infração da lei natural que basta para constituir (...). Para que haja monstro essa transgressão do limite natural, essa transgressão da lei-quadro tem de ser tal que se refira a, ou em todo caso questione certa suspensão da lei civil, religiosa ou divina. Só há monstruosidade onde a desordem da lei natural vem tocar, abalar, inquietar o direito, seja o direito civil, o direito canônico ou o direito religioso. (FOUCAULT, 2014, p. 53-54)

Georges Canguilhem (1978) considera que aquilo que coincide ou se aproxima do padrão normativo é considerado normal. Aqui, o estado normal do corpo se trata do que é buscado dolorosamente, não apenas através da Medicina, mas arrisco dizer, como Foucault (2014), que também pelo DIREITO. E assim, "o anormal emerge como desviante e a explicação de seu desvio se assentará crescentemente em uma hipotética natureza (...)" (MISKOLCI, 2005, p. 14). Foucault (2014) trabalha com a ideia de anormal que se delineia de maneira mais evidente com a atuação da Medicina e do DIREITO, no século XIX, trazendo entre um dos elementos, o monstro humano (FOUCAULT, 2014). Na Idade Média, por exemplo, a religião considerava a deficiência ora provação, ora santificação, castigo e punição (DIAS, 2019, p. 08, no prelo). As pessoas com deficiência consideradas monstruosas eram abandonadas.

Isso tem a ver com o dia em que eu fui bloqueada.

Algumas exposições ao capacitismo sofridas por mim têm a ver com ser bloqueado. Você já foi bloqueada? Ele não te ouve. Você é proibida de dizer e só consegue ver aquele vulto cinzento. Naquela manhã fui bloqueada, acho que por Deus!

Era manhã, hermética, o céu revelava meu pior lado, em precipício vazio de doses açucaradas. Todos ao meu redor pareciam sorrir. Acertadamente, ou não, obstinados em se dedicarem ao doce calvário de serem radiantes e felizes. Irritava! Meu consolo maior estava em observar atentamente um homem que devorava um cachorro quente como se esperasse por sua morte, que já demorara. O molho escorria entre os dedos com pressa, como um alpinista enojado em queda de soluços. O calvário nem havia começado! Vi uma senhora, bem na ponta do meio fio. Ela fingia me ignorar! Mudei de posição! Parei bem em sua frente, e disse: "Senhora poderia me ajudar?" Abriu a boca e antes mesmo da primeira sílaba já estava esbaforida, em louvor de espanto. "Sim, claro!" Quando perguntei! "Qual ponto de ônibus mais próximo passa o 4111?" "Ahahah! Você é deficiente visual, né!" Afirmou com uma certeza desconfiada: "Vou te acompanhar!". Tornara a mim exultante sua gloriosa oferta, pois não precisaria convocar outro para se sentir bem consigo mesmo ao me dar a mão. Já na primeira esquina a senhora começou a divagar sobre como seria terrível viver neste corpo, que pra ela era indício de karma, sina forte, apenas reversível pela bondade de Deus. Que já havia me bloqueado à algum tempo, não sei se lembram! No segundo sinal vermelho descrevia sangrenta, sua fé num pastor, o qual se apresentado a mim, me "limparia" e salvaria deste suplício que é viver num corpo amaldiçoado. Ela profetizava o meu corpo ora como símbolo do pecado e ora

como prova da vontade sublime de Deus, que sabe o que faz. Aquele discurso me entediava! Não, nem sei! Pior, era eu quem tinha pena! Enquanto ela falava da aposta entre a beata e o diabo que faz com que pessoas como eu, "uma jovem, bonita, estudada", passasse por isso; eu me lembrava que precisava hidratar meu cabelo, que estava ressecado. A cada palavra que saía de dentro daquela mulher eu me via num poodle cinzento, que imaginei com um laço na cabeça caminhara sem dono, do outro lado da rua. Eu era a puta e a virgem. Não decidia sobre qual delas! Primeiro, vivia uma tribulação abençoada, que me torna especial. Outrora estava sendo punida, massacrada por não ter fé ou não ser boa o bastante (Relato 28).

Dessa forma, a luta de nós mulheres com deficiência evidencia o que Michel Foucault (2014) diz compreender como a capacidade de inquietação do monstro que, por sua simples existência, ao mesmo tempo em que "viola" a norma, a silencia:

Mais profundamente, o corpo teratológico provoca em nós a vertigem da irreversibilidade. Primeiro, aquilo ali, que não devia estar ali, está lá para sempre. Não se pode mais apagar. E o <jamais> que ali se inscreve abre-se desmesuradamente como um bater do tempo para lá do tempo: aquilo que não passa e faz passar, o acontecimento absoluto, a morte como caos impessoal. [Enquanto] o corpo normal oferece à visão a experiência de uma simetria paradoxal, uma simetria assimétrica que resume todo o mistério do espaço vivido: entre a esquerda e a direita, entre o alto e o baixo, entre a frente e o atrás circulam jogos de espelhos explorados pelos acrobatas ou reconhecidos na simetria erótica do sexo e do rosto. (GIL, 2006, p. 127-128)

E, se quem não tem discernimento é incapaz, segundo a codificação civil anterior, eu, que enxergo mal também estava numa zona de abjeção, um lugar de ausência de poder, isto é, sujeito sujeitado. Não apenas eu, mas nós quatro (eu, Miranda, Diana e Lia). Assim: corpo incapaz é corpo violado emocionalmente. A gente nem pode mais dizer que não consegue! E, tudo isso envolve um discurso de normalização funcional/corporal, que está relacionado ao capacitismo (DIAS, 2019, no prelo; MELLO, 2014).

quem está fora das normas sociais é submetido à colonização das leis normalizadoras pela disciplina, produzindo histórias de exclusão. No caso do capacitismo, ele alude a uma postura preconceituosa que hierarquiza as pessoas em função da adequação dos seus corpos à corponormatividade. É uma categoria que define a forma como as pessoas com deficiência são tratadas de modo generalizado como incapazes (incapazes de produzir, de trabalhar, de aprender, de amar, de cuidar, de sentir desejo, de ter relações sexuais etc). [...] Esta postura advém de um julgamento moral que associa a capacidade unicamente à funcionalidade de estruturas corporais e mobiliza a avaliar o que as pessoas com deficiência são capazes de ser e fazer para serem consideradas plenamente humanas. (MELLO, 2014, p. 94-95)

A norma, no campo do DIREITO, também é uma tentativa de ordenar as condutas por meio de estruturas dominantes enraizadas, que se apresentam falsamente por meio de colocações neutras, imparciais e racionais, que utiliza formas perigosas de

graduar pessoas, desconsiderando o vivido. Ao questionar Diana sobre o papel do Direito<sup>19</sup> na sua vida como mulher com deficiência, ela acentua o fato de que a pessoa com deficiência mental "não tem credibilidade, a pessoa com deficiência mental, a neurodiversa, ela não tem credibilidade na família, né? Imagine em uma instituição tão cheia de preconceitos como a polícia" (Relato 29). Dando o exemplo da sua prima que foi diagnosticada erroneamente com *boderline*, e perdeu a guarda dos filhos, isso fica evidente pra ela.

Queremos outra realidade. Não queremos a normalidade, queremos morrer sendo nós mesmas. Os obstáculos que tem a mulher com deficiência são, como dito, maiores e em maior intensidade, em especial se tratando do instituto da capacidade jurídica (PALÁCIOS; ROMANACH, 2006). Portanto, o movimento que deu início a proposta do Estatuto da Pessoa com Deficiência, veio numa tentativa de consagrar os princípios constitucionais e a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006). Aqui, deficiência não poderia ser mais tratada como uma questão médica que implica tragédia pessoal, mas uma questão sobre direitos humanos (DINIZ, 2007; MELLO 2014).

Recusamos sermos classificadas em binarismo como homem/mulher e capacidade/deficiência. Não aceitamos um DIREITO que é "locus de violência social, para as estruturas sociais hegemônicas que criam sujeitos como normais e naturais, por meio da produção de outros perversos ou patológicos" (MISKOLCI, 2009, p. 173). E, romper com o vínculo entre o DIREITO e as perspectivas capacitistas implica denunciar orientações ditas neutras e racionais enquanto escolhas capacitistas, elevadas ao status de consenso e de norma imparcial *erga omnes*.

Não sei! Com o Estatuto da Pessoa com Deficiência, se você pode ser capaz, agora podemos também. Se você é normal, quis tanto, que nos deixaram ser. Podemos casar, votar, até transar, a vontade! Pois a lei diz: "Art. 84. A pessoa com deficiência tem assegurado o direito ao exercício de sua capacidade legal em igualdade de condições com as demais pessoas" (BRASIL, 2015). Todavia, de que maneira o Estatuto ainda pode estar tratando a capacidade como um ideal de normalidade a ser seguido?

A questão será problematizada a seguir.

---

<sup>19</sup> Aqui realmente não poderia falar em DIREITO nem em direito, que se apresentam num formato crítico. Sendo preciso falar em Direito, na medida em que meu questionamento à Diana sobre o Direito não poderia possuir uma posição tendenciosa como ao falar em DIREITO (como parte do poder) ou em direito (como uma proposta que considere o vivido).

## **5.2. Ter uma deficiência é aprender a ser cobrada**

O Estatuto da Pessoa com Deficiência me parece de início, sem um aprofundamento imediato, reproduzir, na presunção de capacidade legal (capacidade jurídica), uma exigência social e histórica que trata o valor da capacidade como mecanismos de normalização dos corpos. Agora, ao contrário de uma presunção negativa de capacidade jurídica, que manifestava um capacitismo sem meias palavras, o Estatuto, cheio de boas intenções presume que todas as pessoas sem deficiência vivenciam a capacidade, sendo necessário então, incluir as pessoas com deficiência, como modo de humanizá-las. Em relação a isso gira a problemática.

Importante salientar, que não se trata aqui de uma crítica que analisa como negativa ou desimportante a presunção legal de capacidade jurídica das pessoas com deficiência, ao contrário, é fundamental. Mas será defendido como uma presunção que envolve certas questões. Isto porque, primeiro; tal presunção demonstra o capacitismo como problema estrutural, sendo necessária uma norma que diga que nós somos capazes, tentando assim tornar nossos corpos minimamente aceitáveis frente ao projeto moral capacitista. Segundo, é que; dependendo da deficiência, uma presunção legal de capacidade jurídica gera desproteção dessas pessoas. Aqui, surge de maneira negritada a disputa entre autonomia e proteção.

Iniciando a fundamentação, preciso pontuar os avanços da nova lei, que são fundamentais em termos de garantia de direitos humanos. O Estatuto da Pessoa com Deficiência segue os preceitos da Convenção da ONU ao "promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela dignidade inerente" (ONU, 2006), prevista em seu artigo 1º. Deste modo, o Estatuto é um projeto que ao invés de retirar a capacidade jurídica das pessoas com deficiência busca avaliar o apoio necessário para que essas pessoas usufruam da capacidade. Neste ponto, não se percebe mais uma postura caritativa e médica da deficiência, o que é um avanço sem precedentes.

Evidente, neste sentido, que autonomia, um dos princípios que estão no pano de fundo da capacidade jurídica, permite o exercício da vontade, o que no contrário colocaria em risco a dignidade da pessoa (PEREIRA; STANCIOLI, 2016). A nova lei se afasta das equivalências deficiência e incapacidade, buscando compreender no caso

concreto a experiência social, corporal e ambiental da pessoa com deficiência; para assim ser tomada a decisão que definirá o sistema de apoio necessário ou não (PÁDUA, 2016).

Com efeito, o DIREITO, por meio do Estatuto está aberto às possíveis variáveis que dão ensejo a capacidade jurídica e a deficiência, a partir da despreensão em estabelecer consensos últimos, ainda que apresente critérios iniciais (institutos jurídicos como tomada de decisão apoiada) que denotam diretrizes ao exercício da capacidade jurídica. Estando a ordem estabelecida consciente de sua precariedade, na medida em que o DIREITO não consegue e nem deve se desvencilhar do conflito promovido pelas diversidades e pelo acaso emergente na situação fática.

Contudo, indo um pouco além desta interpretação positiva, percebe-se que a necessidade de uma norma que afirma a capacidade das pessoas com deficiência está relacionada a um capacitismo estrutural, o que denota a primeira questão.

Refletindo um pouco sobre isso, me lembro de Lia sentir um sentimento não inédito pra mim. Ao perguntá-la sobre autonomia, ela traz o argumento que estou tentando demarcar:

**Lia** - Não sou do Direito, mas fico pensando que o sujeito de direito por muito tempo foi um homem. Para esse homem, direitos foram dados, para mim não! Para mim enquanto mulher, não. É sempre uma concessão né? Alguém me concede. Alguém faz uma lei pra mim. Olha, eu acho importantíssimo ter lei pra mulher, como Maria da Penha e tudo. Mas de certa forma, eu acho um absurdo por que: precisa de uma lei para ser respeitada? Para minha autonomia ser mantida? Isso é um absurdo! (...) Resumindo tudo que eu falei, o exercício autônomo da mulher é mais frágil que do homem. E se pensar em mulher com deficiência, duas vezes mais frágil. (Relato 30)

Neste sentido, o Estatuto busca tratar a pessoa com deficiência com o mesmo potencial de capacidade das pessoas sem deficiência, sendo em certos casos apenas necessário o instituto jurídico da tomada de decisão apoiada. Para mim também, é um tipo de concessão em que, por um lado, a Lei está contra o projeto capacitista e a tipificação da incapacidade das pessoas com deficiência, o que é fundamental; mas, por outro lado buscam nos tornar capazes de modo a cumprir com o requisito de produtividade e capacidade que faz parte do jogo neoliberal e capacitista. É defendido a inclusão, e não apresentam posicionamento que vá contra alguns dos projetos da sociedade em torno do capacitismo. Aqui, não se trata de uma crítica ao Estatuto ou à Convenção, de maneira simplista, mas envolve uma reflexão relativa à normatividade

que está com e para além do DIREITO: o capacitismo. Assim, o DIREITO realiza uma concessão, como diz Lia, uma concessão cheia de ressalvas.

A segunda questão é relativa à disputa entre autonomia e proteção. Na vigência da CDPD e do EPD, o direito a expressar livremente sua vontade foi assegurada a todos que tomem suas decisões mediante apoio. E caso este direito não seja assegurado, segundo a Convenção, ocorre inconstitucionalidade. No entanto, o exercício de tal vontade não será feito de maneira inteiramente independente, pois nem todos são hábeis para tomar decisões de pronto (DINIZ, 2007; LOPES PIMENTEL; MENEZES, 2018). Isso envolve a autonomia pela interdependência baseada nos direitos humanos.

O desafio é: como proteger a pessoa com deficiência sem proibi-la e cercear seu direito de exercício da vontade?

Ainda falando sobre autonomia Lia me surpreende contando como ela percebe a função das leis:

Olha que coisa engraçada... Pelo que eu sei das leis, na minha interpretação, elas estão aí para organizar e, entre muitas aspas, cuidar. Se existe uma lei que reconhece a autonomia do sujeito, de maneira equânime, não vou dizer igual porque igual nós não somos, fica difícil continuar tendo atitudes capacitistas e de menosprezar o outro pelas suas possibilidades. E de certa forma passa a ser difícil cuidar do outro de maneira errada. Porque o cuidado quando se dá de maneira errada, ele apaga o outro. E se o outro é autônomo ele não pode ser apagado, eu acho. (Relato 31)

Partindo desta consideração, que já nos parece imprescindível, Mariana Lara (2019a,b) tem razão ao argumentar que autonomia ao contrário da capacidade jurídica é situacional, apenas sendo possível uma pessoa ser autônoma frente as circunstâncias fáticas. E assim torna-se necessário um modelo que permita o exercício mínimo da autonomia e não gere desproteção. Ao questionar a importância da autonomia, Lia relata que:

**Lia** - Eu acho que existem pilares que ajudam a gente a construir a nossa identidade e a entender nosso lugar no mundo. [...] Para mim, a autonomia é importante porque foi através da construção desse mecanismo de existência que eu consegui florescer, mesmo. E ter minhas próprias opiniões, minhas próprias escolhas e vontades no mundo. Eu acho que tirar a autonomia de uma pessoa ou metaforicamente repetir pra ela a vida toda que ela não dá conta, ou, visceralmente, amarrando uma pessoa numa cama, já ouvi relatos sobre isso: você mata a pessoa, de certa forma. [...] Mas se me tirarem a autonomia, eu morro um pouco. Eu morro pouco não; eu morro muito. Porque minha autonomia me permite eu ser quem eu sou. (Relato 32)

Dessa forma, este trabalho propõe como forma de conciliar autonomia e proteção, a autonomia pela interdependência (BUTLER, 2015, 2018a,b; DINIZ, 2007;

DHANDA, 2008). Isto é, uma autonomia interrelacional, construída num espaço-tempo a partir das circunstâncias que ocorrem na relação com outras pessoas. Neste ponto, a autonomia não está fundada na independência e autossuficiência, ao revés, prevê como urgente uma rede de troca e apoio, passando a se relacionar a uma postura ética (BUTLER, 2015, 2018a, 2018b; DHANDA, 2008).

O contrato social hobesiano traz como figura fundadora do ser humano o masculino, e tal masculinidade é marcada pela autossuficiência. Esse indivíduo age como se a dependência não fizesse parte da história da espécie. É um homem ereto, sem apoio algum. Tudo isso faz parte de uma fantasia liberal que prevê um homem original (BUTLER, 2018b). Uma fantasia que provoca a presunção de que a masculinidade é autossuficiente enquanto a feminilidade é marcada pela dependência. Mas é preciso passar da ideia de dependência para interdependência, que invoca a vulnerabilidade (BUTLER, 2015, 2018a, 2018b).

A teoria feminista, também, tem demonstrado convincentemente que a ideia de auto dependência e independência são um mito, na medida em que o homem se apresenta como independente na esfera pública enquanto se apóia na mulher no ambiente privado (DHANDA, 2008). Dhanda defende que reconhecer tais relações de interdependência não é tratar essas pessoas como incapazes é reconhecer que as pessoas com deficiência podem ter apoio para o exercício da sua capacidade (DHANDA, 2008; PÁDUA, 2016; SERRA, 2014).

Todavia, ao falar em autonomia pela interdependência me refiro a um valor que independe da ordem jurídica, e que não se apresenta como puramente ontológico, mas um valor social, que rege a vida coletiva, promovida por relações assimétricas de poder, precariedade e interdependência (BUTLER, 2015, 2018a,2018b; DHANDA, 2008). Assim, é inatingível uma autonomia plena, que não seja interativa, mediada e fluida, cujos papéis de dominação e fragilidade vão se alternando ao decorrer desses espaços-tempo (BUTLER, 2015, 2018a,b; DHANDA, 2008).

Lia acredita que a autonomia é "mutável" e relativa:

**Lia** - A minha autonomia foi construída pela minha necessidade de fazer coisas. A lembrança mais antiga de mim é quando eu estava engessada na cama, mas não queria ficar na cama. Eu descii da cama e arrastei até a cozinha. Queria ver o que estava acontecendo. Eu briguei muito pela minha autonomia. E minha autonomia existe dentro da minha vulnerabilidade. Eu posso chamar um Uber, sou autônoma porque posso chamar o Uber, mas não posso dirigir, porque não tenho visão pra isso. Então a minha autonomia anda junto com minha vulnerabilidade. O que liga essas duas potências, porque eu acho a vulnerabilidade uma potência também. [...] porque entender meu corpo como mecanismo de atuação social, me fez ver as minhas

vulnerabilidades e os lugares aonde não sou vulnerável, e aonda posso ser autônoma. Eu acho que o que liga essas duas coisas é isso. (Relato 32)

Deste modo, a precariedade de cada um, em interação com outras precariedades, cria uma rede de interdependência, permitindo, na medida do equilíbrio entre proteção e autonomia, o exercício dos interesses e da vontade (BUTLER, 2015, 2018a). Quanto a isso, Miracy Gustin (2009), ao trabalhar com o conceito de autonomia, enuncia:

Todas essas iniciativas deverão ter como meta o desenvolvimento da potencialidade criativa, interativa e dialógica da pessoa humana em níveis cada vez mais altos, no sentido de ampliar sua capacidade de inserção autônoma em seu contexto e, assim, contribuir para uma efetiva minimização de danos, privações e sofrimentos graves para si mesmo e para sua coletividade comunicativa (GUSTIN, 2009, p. 240).

A autonomia pela interdependência tem como base o fato de todas as pessoas dependerem umas das outras para o exercício de atos e tomadas de decisões. Dhanda (2008) evidencia que o sistema de apoio trazido pela CDPD complexifica o sentido de ser humano que passa a se desvincular de princípios como independência e autossuficiência. É certo que interdependência não significa incapacidade, ao contrário, é uma exposição da humanidade num sentido visceral que revela a precariedade que se intensifica em algumas vivências, como a das mulheres com deficiência (BUTLER, 2015, 2018a). Sendo, para essas pessoas, necessário apoio para o exercício das capacidades e de seus interesses (DHANDA, 2008; PÁDUA, 2016).

Portanto, autossuficiência como ter controle das "coordenadas dentro de si mesmo, que declaram independência das redes de interlocução que o formaram originalmente ou, ao menos, as neutraliza" (TAYLOR, 2005, p. 56) é uma fantasia neoliberal que se encontra nas prateleiras de castração que cria rebanho. Com efeito, é defendido que o papel dos vetores jurídicos, políticos e sociais é de afastarem o protagonismo da independência e capacidade, que torna uns normais outros monstros.

### **5.3. O direito frente a experiência da mulher com deficiência: quero poesia, não fingimento**

Início defendendo que o DIREITO como "regulador de condutas", por meio dos movimentos criticados nos últimos pontos, promove um organismo quase incontestável que tem a ver com o sistema do juízo de Deus citado por Antonin Artaud, do qual, fazendo uma alusão à fala de Deleuze e Guattari (2012), os juristas se aproveitam e tiram seu poder (2012, p. 24, v. 3). O DIREITO, então, realiza sobre o corpo sem órgãos

"(...) sedimentações, coagulação, dobramentos e assentamentos que compõem um organismo – e uma significação e um sujeito" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 24, v.3):

[...] não é o corpo, o CsO. mas o extrato sobre o CsO, quer dizer um fenômeno de acumulação, de coagulação, de sedimentação que lhe impõe formas, funções, ligações, organizações dominantes e hierarquizadas, transcendências organizadas para extrair um trabalho útil [...]. O CsO grita: fizeram-me um organismo! Dobram-me indevidamente! Roubaram meu corpo! O juízo de Deus arranca-o de sua imanência, e lhe constrói um organismo, uma significação, um sujeito. É ele o estratificado. Assim ele oscila entre dois pólos: de um lado, a superfícies de estratificação sobre as quais ele é rebaixado e submetido ao juízo, e, por outro lado, o plano de consistência no qual ele se desenrola e se abre à experimentação (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 24-25, v. 3).

E assim, a repressão pelo "lado doutor" (ANDRADE, 1976) do DIREITO, que florido em palavras adultas decide a vida da gente, parece ter muita força. Mas é fatalidade, coisa quase inesperada e assustadora:

Fatalidade do primeiro branco aportado e dominando politicamente as selvas selvagens. O bacharel. Não podemos deixar de ser doutos. Doutores. País de dores anônimas, de doutores anônimos. O Império foi assim. Eruditamos tudo. Esquecemos o gavião de penacho. [...]Tinha havido a inversão de tudo, a invasão de tudo: o teatro de base e a luta no palco entre morais e imorais. A tese deve ser decidida em guerra de sociólogos, de homens de lei, gordos e dourados como Corpus Juris. (ANDRADE, 1976, p. 01)

O DIREITO faz de nós um artesão resignado, e não poetas. E o talento de escrever é coisa que necessita que alguém diga que temos. Queria que o DIREITO se parecesse mais com 2020, um duplo assustador que só não é mais estranho por não ser número primo. Mas não, mudou o ano e o DIREITO não mudou. Então buscar um direito pelo gesto faz parte, não do meu mau gosto que já lhes parece óbvio, mas tem a ver com os ladrilhos às avessas que perturbam uma estrutura política e social. O direito não é sinônimo de desordem, mas se permite parir fraturas. E me refiro a um direito que tem correspondência com a forma escolhida nesta pesquisa: uma fricção entre o prosaico enquanto imaginação e o prosaico enquanto biográfico. O que denota o caráter performativo da pesquisa e do direito, tendo em vista que "[...] todo dado biográfico presente no texto é uma ficcionalização de uma realidade dissolvida nas redes da subjetividade da escrita." (BEIGUI, 2011, p. 31-32).

O argumento a favor do direito é uma reposta também à fala de Lia que percebe que o sujeito de direito é um homem (Relato 30). Aqui importa a superação do DIREITO masculino que não apresenta um pensamento, linguagem e prática de gênero, isto é, que considere a experiência da mulher com deficiência. Até então o DIREITO

trabalhou com uma postura e uma linguagem masculina de dominação (CALLEJÓN, 2008). E digo que é sim um homem, um homem branco sem deficiências. E, em busca de um novo lugar:

como fazer para nos descolar dos pontos de subjetivação que nos fixam, que nos pregam numa realidade dominante? Arrancar a consciência do sujeito para fazer dela um meio de exploração, arrancar o inconsciente da significância e da interpretação para fazer dele uma verdadeira produção, não é seguramente nem mais nem menos difícil do que arrancar o corpo do organismo (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 26, v. 3).

Até então estamos falando de uma conexão entre corpos, afetos e sensações, e não tem significado. É um indizível! É pastoso e se move através do meu e do seu corpo nu, por meio das minhas e suas alucinações, desejos e agonias. Aqui, somos gastos pelo organismo, e nos esquivamos dele através da imaginação. Seria possível trazer enfim este direito? Seria um pouco demais? A melhor maneira de complexificar movimentos políticos, sociais e históricos, para que esta estrutura tão perigosa, que se tornou o DIREITO, visualize a realidade. E quem sabe um direito profano e livre de nomes sagrados nos salve de um DIREITO hipnotizado pelas verdades absolutas que nos desconsidera. Dessa forma, espero que não tenham se colocado como observadores das experiências compartilhadas, e tenham sido afetados. Tenham sido atropelados por nossos relatos. Mas isso não é um objetivo, o que é coisa da racionalidade, é puro amor. A experiência da mulher com deficiência exige um deslocamento do direito em direção aos afetos emergentes em nossa precariedade. Por estas experiências, vocês se reconhecem e se estranham, percebendo as articulações do poder. Contudo, é necessário relacionar a vivência subjetiva a um lugar de encontro, para compreender seu caráter cultural, histórico, social, político e afetivo (MORICEAU; MENDONÇA, 2016, p. 81).

Refere-se, principalmente, a uma qualidade da presença no mundo: aparece como o tato, o paladar, a possibilidade de realmente ouvir/escutar. Um deixar-se afetar: sentir essa marca, essa reação, o momento que o mundo construiu em nós; deixar essas impressões trabalharem nosso interior, tornar-se curioso para ver para onde elas levarão nossos corpos e nossos pensamentos. (MORICEAU; MENDONÇA, 2016, p. 81).

Assim, a experiência mediada pelos afetos que desarticulam discursos que nos antecedem e não falam por nós, vem constituindo o DIREITO. A questão é que não existem teorias que te ensinam como dançar; mas rodopiam, em excessos para mais ou para menos, por meio da realidade:

Eram muitos pés cujo concreto os empurrava para cima com pressa de um lado para o outro. Ela gritou! O ônibus parou! Outro carro buzinou! Tudo ao mesmo tempo. Eram muitas vozes, outros cheiros, corpos com volumes apenas

sentidos, ser descritos impossível. Havia uma casa. As portas e janelas trancadas. Ninguém parecia poder entrar sem ser convidado.

A escola com portões escancarados cuspiam jovens e crianças que choravam, gargalhavam, brincavam, brigavam, e tropeçavam umas nas outras. No final da rua havia um homem com fome. Ele esmagava o sanduíche entre os dentes enquanto outros com a mesma falta imploravam por míseras moedas.

[...]

Entre meu, seu, nossos corpos e as calçadas, as trancas das portas, as cercas, o canteiro entre as ruas, o banco das praças, as placas de trânsito que nos comandam: PARE. Tudo é direito (REPOLÊS; SABATINI *et al.*, 2018, p.06)

O direito a partir do corpo sem órgãos envolve brincar com as bordas e se articular através do intempestivo, arrastando o eu e o coletivo, não o sujeito de direito homem, para o campo do vivido. Um direito que também é uma abertura frente ao inacabado, às multiplicidades e ao devir. A escolha do devir envolve o fato de que este faz parte do processo que rompe com o paradigma binário, sendo através dele é possível entender a questão sobre o significado de ser mulher, ser pessoa com deficiência e principalmente, ser uma mulher com deficiência (ARTAUD, 2006; DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3 e 4).

O direito não é... O direito é devir, o que quer dizer que o direito não é marcado por essências, mas pelo gesto intensivo movido pela fricção de experiências. Aqui estamos falando do direito-devir aberto à experiência da mulher com deficiência, se movimentando junto a ela na medida do possível. O direito-devir é um corpo aberto para que seja povoado por outros devires (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 4).

Portanto, a proposta ousada do direito-devir é exatamente desarticular o organismo, haja vista que o "plano pior não é permanecer estratificado – organizado, significado sujeitado – mas precipitar os estratos numa queda suicida ou demente, que os faz recair sobre nós, mais pesados do que nunca." (DELEUZE; GUATTARI, p. 23-24, v. 3).

Confesso de maneira consciente ou não que o que busco na poesia ou na prosa poética é um estado imanente da realidade, seja a minha, de Miranda, Diana ou de Lia. Por isso tão fundamental se tornou a presença da Senhora X, Dona Cândida e Senhorita Carolina, que revelam através da poesia e da imaginação tudo que nós (eu, Lia, Miranda e Diana) procuramos, escancaramos ou abafamos por detrás do amor, da dor, da felicidade, do corpo, da ausência e do DIREITO. Neste lugar, o direito-devir não é uma solução, se quer se pretende como o lado melhor do DIREITO. O direito-devir é um palpite convulso que no mínimo, se tivermos sorte, abandona o rigor da violência e da tradição machista e capacitista (DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3).

Não considero esta uma proposta teórica, mas prática. Apresento um ensaio que teme (na verdade teme um pouco) pagar o preço de não corresponder ao dito científico. Nunca soube muito bem o que seria ou não ciência, o que seria ou não Direito. Sinto ser incompetência da minha parte, já deveria sabê-lo há algum tempo, mas preciso do acaso e do detalhe. Ouvi dizer de alguém xingado de louco que "é idiotice cesurar a massa por não ter o senso do sublime, quando se confunde o sublime com uma de suas manifestações formais que são, aliás, e sempre, manifestações mortas" (ARTAUD, 2006, p. 83-84).

Até então falamos de um DIREITO sublime que nunca alcançou a vida e que sempre foi usado para regular esta mesma vida. Também não é o direito-devir que será capaz de matar a fome, ainda fazendo alusão as palavras de Artaud (2006), mas me parece uma possibilidade dada a cada uma de nós de termos uma voz e que ela seja escutada. Não adianta mais teorizarmos sobre a experiência sem parar e tocá-la, mastigá-la, engoli-la. "Se falta enxofre à nossa vida, ou seja, se lhe falta uma magia constante, é porque nos apraz contemplar nossos atos e nos perder em considerações sobre as formas sonhadas de nossos atos, em vez de sermos impulsionados por eles" (ARTAUD, 2006, p. 03). O DIREITO, assim como a cultura, referida por Artaud (2006), não parece se quer ser "um meio refinado de compreender e de exercer a vida" (ARTAUD, 2006, p. 04). No fundo as minas nem se importa com refinamento, mas com a sensibilidade em relação "a intensidade da vida intacta e que bastaria dirigi-la melhor" (ARTAUD, 2006, p. 03).

O sentido do direito-devir não está no conteúdo, mas na forma. É inevitável sua apresentação como força física, e antes dele já estávamos resistindo e permaneceremos com toda brutalidade de nossas paixões:

há um ponto  
em que me vejo forçado  
a dizer não

NÃO

à negação;

e chego a esse ponto  
quando me pressionam,  
e me apertam  
e me manipulam  
até sair de mim  
o alimento,  
meu alimento  
e seu leite,

e então o que fica?

Fico eu sufocado;

e não sei que ação é essa  
mas ao me pressionarem com perguntas  
até a ausência  
e a anulação  
da pergunta  
eles me pressionam até sufocarem em mim  
a ideia de um corpo  
e de ser um corpo,

e foi então que senti o obsceno

e que  
soltei um peido  
de saturação  
e de excesso  
e de revolta  
pela minha sufocação.

É que me pressionavam  
ao meu corpo  
e contra meu corpo

**e foi então  
que eu fiz tudo explodir  
porque no meu corpo  
não se toca nunca.**

(ARTAUD, 1983, p. 158-159, destaque no original)

E sim, direito-devir existe a partir da concretização do corpo sem órgão, pois é "sobre ele que dormimos, velamos, lutamos, lutamos e somos vencidos, que procuramos nosso lugar, que descobrimos nossas felicidades inauditas e nossas quedas fabulosas, que penetramos e somos penetrados, que amamos" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 12, v. 3). Se o direito-devir é impossível? Fundamentalmente não. Se este direito tem como correspondência a vida, não. A vida como corpo, carne, gesto, realidade, cotidiano, choque. Este direito é físico, não teórico, desculpa, já disse isso. Realmente sinto em dizer que não consegui aqui uma base teórica para esse direito. Mas insisto que a base para o direito é a vida. Após falar em regime de capacidade jurídica, Código Civil/2002 e Estatuto da Pessoa com Deficiência, o que tento dizer é que nada funciona ou para de doer com um DIREITO que não tem como base, apesar de suas bases teóricas, a realidade e a vivência específica de cada uma de nós (ARTAUD, 1983, 2006; DELEUZE; GUATTARI, 2012, v. 3 e 4). Um DIREITO aonde "falta, falta, é a lei comum" (DELEUZE; GUATTARI, p.18, v. 3). E é evidente, o corpo se cansou do

organismo. Então que substituímos a "anamnese pelo esquecimento, a interpretação pela experimentação" (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 13, v. 3).

## 6. CONCLUSÃO

Reticências, para mim, sempre foi pontuação indecisa. Interestelar! Quantos mundos habitáveis existem? Seria Deus a única coisa que transcende tempo e espaço? A coisa? Seria o interestelar a suspensão do sentido? Qual palavra sem sentido cabe dentro de uma reticência? E de uma realidade? Talvez, apenas a palavra ser. Com letras engolidas pela agonia e pelo desejo. Seria *ev*? Não uma ausência de sentido que traz a falta. Mas um incompreensível de presença que não é tudo.

É isto...

Agora são cinco e meia da manhã e olhando da a janela do quarto vejo diagramas. Sinto o mundo começando. Acho que tem a ver com o tempo que passei dentro de um criado mudo. Cada sílaba proferida nesta escrita estava até então sufocada-. E gritava em agudo no lado direito da cama perturbando não apenas o meu, mas o sono de muitas mulheres. Ainda assim, não fazemos parte das coisas além de nós. Somos gerúndio! Se, chegaram até aqui abandonando qualquer consciência, meu foi cumprido. Não importa se entenderam o que quis dizer, nem eu mesma o sei.

Nunca seremos liquidadas, feito esta escrita inacabada. Estamos sendo derramada em brotos infantis. Estou vivendo! Não! Agora eu sei! Estamos vivendo! Não se esgota! Eis a gota que não basta. Mas o que me traz esta certeza? O respirar? O movimento seguido de Plutão?

Sinto que já estão cansados desta "sonhação"! Então, se os desagrade, deixe-me a sós com meu amor burguês! Ele será afogado junto a mim na banheira de casa! Ops! Voltei! O meu amor burguês exige níveis maiores nas calotas polares!

Parem de esperar qualquer conclusão! Ela não virá! Não por vontade! Mas por pura impossibilidade! Não sei dizer a conclusão desta história! Ela diz por ela própria! E tentar dizer seria um atentado ao não dito até então e uma afronta ao tempo desperdiçado por vocês.

Perdoem! Queria saber mais! É me contaram sobre o "mistério do impessoal" (LISPECTOR, 1999, p. 15). Para mim "passear a si" é visceral. Então, chega da palavra escrita e rendam-se ao ser como puro *ev* a "passearse", e naveguem esfuziante pela "autoconstituição" (AGAMBEN, 2015, p. 350-352; DELEUZE, 2002).

## REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **A potência do pensamento**: ensaios e conferências. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

AGAMBEN, Giorgio. **Ideia da Prosa**. Lisboa: Autêntica, 1999

AMARAL, R.; COELHO, A. C. Nem Santos Nem Demônios: considerações sobre a imagem social e a auto-imagem das pessoas ditas deficientes. **Os Urbanitas**. São Paulo, v. 1, n. 0. 2003. Disponível em: <http://www.osurbanitas.org/antropologia/osurbanitas/revista/deficientes.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

ANDRADE, Oswald de. O manifesto antropófago. *In*: TELES, Gilberto Mendonça. **Vanguarda europeia e modernismo brasileiro**: apresentação e crítica dos principais manifestos vanguardistas. 3ª ed. Petrópolis: Vozes; Brasília: INL, 1976

ARTAUD, A. **Escritos de Antonin Artaud**. Porto Alegre: L&PM, 1983.

ARTAUD, A. **O teatro e seu duplo**. Tradução Teixeira Coelho. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006

ANZALDÚA, G. Speaking in Tongues: A Letter To 3rd World Women Writers. *In*: ANZALDÚA G.; MORAGANA, C. (ed.). **This Bridge Called My Back**: Writings by Radical Women of Color. New York: Kitchen Table, Women of Color Press, 1983. p. 165-174.

ANZALDÚA, G. Speaking in Tongues: A Letter To 3rd World Women Writers. *In*: ANZALDÚA, G. **Borderlands**: La Frontera: San Francisco (CA): Aunt Lute Books, 1987.

BACH, Michel; KERZNER, Lana. **A new paradigm for protecting autonomy and the right to legal capacity**. 2010, 58 p. Disponível em: <http://www.lco-cdo.org/disabilities/bach-kerzner.pdf>. Acesso em 20 ago. 2019.

BEIGUI, Alex. Performances da escrita. **Aletria: Revista de Estudos da Literatura**. Belo Horizonte, v. 21, n. 1, p. 27-36, jan-abr, 2011. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/1564>. Acesso em 20 ago. 2019.

BORDO, Susan. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. *In*: JAGGAR, A.; BORDO, S.(ed.). **Gênero, Corpo, Conhecimento**. Rio de Janeiro: Record: Rosa do Tempo, 1997.

BRASIL. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002**. Institui o Código Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10406.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10406.htm). Acesso em: 28 abr. 2019.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: 2015. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/113146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/113146.htm). Acesso em: 12 dez. 2019.

BROWN, W. E. **Critical Essays on Knowledge and Politics**. Princeton: Princeton University Press, 2005

CÁLICE. Intérprete: Chico Buarque. Composição: Chico Buarque, Gilberto Gil. *In:* CHICO Buarque. Intérprete: Chico. [S.I.]: Universal Music, 1CD, faixa 2.

BUTLER, J. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. *In:* LOURO, Guarcira Lopes (org). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001, p. 151-172.

BUTLER, J. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del "sexo". Buenos Aires: Paidós, 2002.

BULTER. **Quadros de Guerra**: quando a vida é passível de luto? Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**: crítica da violência ética. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017a.

BUTLER. **A vida psíquica do poder**: Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica Editora. 2017b.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasil, 2017c.

BUTLER, J. **Corpos em Aliança e a Política das Ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1.ed. Tradução Fernanda Siqueira Miguens. 2018a.

BUTLER, J. **Ethics and Politics of Non-violence Lecture by Judith Butler**. Apresentação no Centro de Cultura Contemporâneo de Barcelona. [S.I.]. 17 abr. 2018b.

CANGUILHEN, Georges. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Universidade Forense, 1978.

CALLEJÓN, Maria Luisa Balaguer. *Género y Lenguaje: presupuestos para um lenguaje jurídico igualitário*. **Revista de Derecho Político**, n. 73, 2008, p. 71-100.

CAMPBELL, F. K. Exploring Internalized Ableism using Critical Race Theory. **Disability & Society**, v. 23, n. 2, 2008, p. 151-162.

CAMPBELL, F. K. Inciting Legal Fictions: Disability's Date with Ontology and the Ableist Body of the Law. **Griffith Law Review**, n.10, 2001, p. 42-62.

CARVALHO, Felipe Quintella Machado de. **Teixeira de Freitas e a história da teoria das capacidades no direito civil brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

CARVALHO, Felipe Quintella Machado de. *A Teoria das Capacidades no direito brasileiro: de Teixeira de Freitas e Clovis Beviláqua ao Estatuto da Pessoa com Deficiência*. *In:* PEREIRA, F.; MORAIS, Cristina; LARA, Mariana. (Org.). **A Teoria das Incapacidade e o Estatuto das Pessoas com Deficiência**. Plácido Arraes: Belo Horizonte, 2016, p. 13-34.

CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 4. ed. São Paulo: Vozes, 2011

CONHEÇO o meu lugar. Intérprete: Belchior. Compositor: Belchior. *In*: ERA uma vez um homem e seu tempo. Intérprete: Belchior. [S. I.]: WEA. 1CD, faixa 6, 1979.

COMITÉ SONRE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD. **Observación general N. 2.** 2014.

COMITÉ SOBRE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD. **Draft prepared by the Committee on the Rights of Persons with Disabilities on the General comment on Article 6.** 2015.

COMITÉ SOBRE LOS DERECHO DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD. **General comment N. 3.** 2016.

COMITÉ SOBRE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS CON DISCAPACIDAD. **Observaciones finales sobre el informe inicial de Brasil.** 2015.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. **Observación general N° 5:** Las personas condiscapacidad, aprobada en el 11° período de sesiones, 38ª sesión. 1994.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. **Observación general N° 14:** el derecho al disfrute del más alto nivel posible de salud. 2004.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. **Observación general N° 16:** La igualdad de derechos del hombre y la mujer al disfrute de los derechos económicos, sociales y culturales. 2005.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. **Observación general N° 20:** La no discriminación y los derechos económicos, sociales y culturales (artículo 2, párrafo 2 del Pacto Internacional de Derechos Económicos, Sociales y Culturales). 2009.

COMITÉ DE DERECHOS ECONÓMICOS, SOCIALES Y CULTURALES. **Observación general N° 22.** 2016.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación general N° 18.** 1991.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación General N° 25.** 1991.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación general N° 19:** la violencia contra la mujer. 1992.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación general N° 24.** 1992.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación general N° 21.** 1994.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación general N° 27.** 2010.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER, **Recomendación general N° 28**. 2010.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN CONTRA LA MUJER. **Recomendación general N° 30**. 2013.

COMITÉ PARA LA ELIMINACIÓN DE LA DISCRIMINACIÓN RACIAL. **Recomendación general N° XXV**. 2004.

COMITÉ SOBRE LOS DERECHOS DE LAS PERSONAS COM DISCAPACIDAD. **Observación general sobre el artículo 12**. 2014.

CRAPANZANO, V. Life-Histories. **American Anthropologist**, n. 86, p. 953-959, 1984.

CROW, L. Renewing the Social Model of Disability. **Coalition**, jul, 5-9, 1992.

DELEUZ G.; GUATARRI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquisofrenia**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995. Disponível em: <http://escolanomade.org/wp-content/downloads/deleuze-guattari-mil-platos-vol1.pdf>. Acesso: 20 jan. 2019.

DELEUZ E, G; GUATARRI, F. **Mil Platôs: Capitalismo e esquisofrenia**. Vol. 3. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002.

DELEUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia 2**. Vol. 3. São Paulo: Editora 34, 2012.

DHANDA, Amita. Constructing a new Human Rights Lexicon: Convention on the Rights of Persons with Disabilities. **International Journal on Human Rights**, v. 5, n. 8, p. 45, 2008

DIAZ, Adriana. Discapacidad y mirada colonial: reflexiones desde perspectivas feministas y decoloniales. In: ANGELINO; DELL'ANNO (ed.). **Debates y perspectivas en torno a la discapacidad en América Latina**. .Paraná: Facultad de Trabajo Social, 2012, p. 27-60.

DIAS, Adriana. Por uma genealogia do capacitismo: da eugenia estatal a narrativa capacitista social. In: I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ESTUDOS SOBRE A DEFICIÊNCIA. **Anais [...]**, São Paulo, 2013.

DIAS, Adriana. **Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane**. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/332688?mode=full>. Acesso em 25 jan. 2020.

DIAS, Adriana. **Pensar a deficiência, algumas notas, e se me permitem um convite**. In: [S.I. s.n.], 2019, p. 01-32, no prelo.

DAVIS, L. J. **Enforcing Normalcy: Disability, Deafness and the Body**. London: Verso, 1995.

DELGADO, R. Storytelling for Oppositionists and Other: A Plea for Narrative. *In*: DELGADO, R; STEFANCIC, J (ed.). **Critical Race Theory The Cutting Edge**. Philadelphia: Temple University Press, 2000, p. 60-70.

DINIZ, Maria Helena. **Curso de direito civil brasileiro, volume 1: teoria geral do direito civil**. 31. ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

DINIZ, Debora. **O que é deficiência?** São Paulo: Brasiliense, 2007.

DINIZ, Debora. A condição feminina no país dos brutucos. *In*: ROCHA, Lilian; LORA, Iago; OLIVEIRA, Rodrigo; MONTEIRO, Dáfini (org). **Centro brasileiro de estudos constitucionais**. Brasília: UniCEUB, 2017, p. 241-247)

DOUGLAS, Mary. **Pureza e Perigo**. São Paulo: Editora perspectiva, 1976

EBERLE, Simone. **A capacidade entre o Fato e o Direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2006, 108 p.

EXAMINED life. Direção: Astra Taylor. Produção: Ron Mann, Silva Basmaian. [S.I.]. 2008. 1 vídeo (88min). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=k0HZaPkF6qE>. Acesso em 12 nov. 2018.

FERRAZ, Carolina Valença; LEITE, Glauber Salomão. A presunção de capacidade civil da pessoa com deficiência na Lei Brasileira de Inclusão. **Revista Direito e Desenvolvimento**, v. 7, n. 13, João Pessoa, p. 99-117, 2016

FOUCAULT, M.A **Arqueologia do saber**. Trad. Luiz Felipe Neves, 7. ed. Forense: Universitária, 2008.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade 1: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 2001.

FOUCAULT, M. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2007.

FERRI, Beth A.; GREGG, Noel. Women with Disabilities: MissingVoices. **Women's Studies International Forum**, v. 21, n. 4, p. 429-439, 1998.

GIL, José. **Monstros**. Lisboa: Relógio D'Água, 2006.

GONZÁLEZ RAMS, Pilar. L2. *In*: XIV ENCUESTRO DE LATINOAMERICANISTAS ESPAÑOLES. **Anais** [...], Santiago de Compostela, 2010, p. 2737-2756. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00532647/document>. Acesso em: 25 jan. 2020.

GUSTIN, Miracy Barbosa de Sousa. **Das necessidades humanas aos direitos: ensaio de sociologia e filosofia do direito**. Belo Horizonte: Del Rey, 2009.

HARAWAY, Dona. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, n.5, 1995, p.7-41.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. São Paulo: Martins Fonte, 2011

KITTAY, Eva. **Love`s Labor**. New York: Routledge, 1999

LARA, Mariana Alves; PEREIRA, Fabio Queiroz. Estatuto da Pessoa com Deficiência: proteção ou desproteção? *In*: Fabio Queiroz Pereira; Cristina de Carvalho Moraes; Mariana Alves Lara (org.). **A Teoria das Incapacidade e o Estatuto das Pessoas com Deficiência**. Plácido Arraes: Belo Horizonte, 2016, p. 115-153.

LARA, Mariana Alves. Em defesa da restauração do discernimento como critério para incapacidade de fato. **Revista Brasileira de Direito Civil**v.19,2019a, p.51-69.

LARA, Mariana Alves. **Capacidade civil e deficiência**: entre autonomia e proteção. Belo Horizonte: D`Plácido,2019b.

LAVILLE, C; DIONE, J. **Construção do Saber**: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciência. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LISPECTOR, Clarice. **Água Viva**. Rio de Janeiro: Rocco, 1973.

LISPECTOR, Clarice.**Perto do coração selvagem**. São Paulo: Círculo do Livro, 1980.

LISPECTOR, Clarice. **Um Aprendizagem ou Livro dos Prazeres**. Rio de Janeiro: Digital Source. 1988. Disponível em: <https://vivelatinoamerica.files.wordpress.com/2015/07/uma-aprendizagem-ou-o-livro-dos-prazeres-clarice-lispector.pdf>. Acesso em 25 jan. 2020.

LISPECTOR, Clarice. **A legião estrangeira**. Rio de Janeiro. Rocco. 1999, p.99

LLOYD, M. Does She Boil Eggs? Towards a Feminist Model of Disability. *Disability, Handicap & Society*. v. 7, n. 3, 1992, p. 207-215.

LOPES PIMENTEL, Ana Beatriz Lima; MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito de testar da pessoa com deficiência intelectual e/ou psíquica. Rio de Janeiro: Civilistico.com, a. 7, n.2, 2018, p. 01-23. Disponível em: <<http://civilistica.com/o-direito-de-testar-da-pessoa-com->

LÓPEZ GONZÁLEZ, M. Discapacidad y Género: Estudio Etnográfico sobre MujeresDiscapacitadas. **Educacion y Diversidad**, n. 1, 2007, p. 137-171. Disponível em: [file:///C:/Users/Gabriella/Downloads/Dialnet-DiscapacidadYGenero-2313642%20\(3\).pdf](file:///C:/Users/Gabriella/Downloads/Dialnet-DiscapacidadYGenero-2313642%20(3).pdf). Acesso em: 25 jun. 2019

MÂNGIA; MURAMOTO; LANCMAN. Classificação Internacional de Funcionalidade e Incapacidade e Saúde(CIF): processo de elaboração e debate sobre a questão da incapacidade. **Revista de Terapia Ocupacional**,v. 19. n. 2, p. 121-130, maio/ago, 2008.

MAIA, A. C. B. **Sexualidade e Deficiências**. São Paulo; Editora UNESP, 2006.

MARQUES. C. A. Implicações políticas de institucionalização da deficiência. **Educ. Soc**, v. 19, n. 62, 1998, p. 105-122.

MCRUER, R. Compulsory Able-Bodiedness and Queer/Disabled Existence. *In*: SNYDER, S. L.; BRUEGGEMANN, B.J; GARLAND-THOMSON, R. (eds). **Disability Studies**: enabling the humanities. New York: Modern Language Association of America. 2002, p. 88-99.

MCRUER, R. **Crip Teory**: cultural signs of queerness and disability. New York: New York University Press, 2003.

MELLO, Anahi; NUERNBERG, Adriana H. Gênero e Deficiência: interseções e perspectivas. **Revista Estudos Feministas**, v. 20, n. 3, p.635-655, 2012

MELLO, Anahi. **Gênero, Deficiência, Cuidado e Capacitismo**: uma análise antropológica de experiências, narrativas e observações sobre a violência contra mulheres com deficiência. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

MENEZES, Joyceane Bezerra. A capacidade dos incapazes: o diálogo entre a Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e o Código Civil Brasileiro. *In*: RUZYK, Carlos Eduardo Pianovski; SOUZA, Eduardo Nunes de, MENEZES, Joyceane Bezerra; EHRHARDT JÚNIOR, Marcos (org.). **Direito Civil constitucional**: a resignificação da função dos institutos fundamentais do direito civil contemporâneo e suas consequências. Florianópolis: Conveito, 2014, p. 60.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; BROXADO TEIXEIRA, Ana Carolina. Desvendando o conteúdo da capacidade civil a partir do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Pensar**: Fortaleza, v. 21, n. 2, maio/ago. 2016, p. 574.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. O direito protetivo no Brasil após a Convenção sobre a Proteção da Pessoa com Deficiência: impactos do novo CPC e do Estatuto da Pessoa com Deficiência. **Civilistica.com**, ano 4, n. 1, p. 11, 2015. Disponível em: <http://civilistica.com/wp-content/uploads/2016/01/Menezes-civilistica.com-a.4.n.1.2015.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

MENEZES, Joyceane Bezerra de. Tomada de Decisão Apoiada: instrumento de apoio ao exercício da capacidade civil da pessoa com deficiência instituído pela Lei Brasileira de Inclusão (Lei 13.146/2015). **Revista Brasileira de Direito Civil**, v. 9, jul/set, 2016, p. 52.

MILLER, C. **Escritos de um Louco**: Antonin Artaud. Coletivo Sabotagem, 1983. Disponível em: <http://www.geocities.ws/unigalera1/antonin.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, ano 11, n. 21, jan/jun. 2009.

MISKOLCI, R. Do Desvio às Diferenças. **Teoria & Pesquisa**, v. 1, n. 47, p. 09-42, 2005.

MORICEAU, Jean-Luc; MENDONÇA, Carlos Magno Camargos. Afetos e experiência estética: uma abordagem possível. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016.

MORRIS, J. **Pride Against Prejudice**. London: Women`s Press, 1991.

NOGUEIRA, M. L. **Mobilidade Psicossocial**: a história de Nil na cidade vivida. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas na Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

OLIVER, M. The social model in action: if I had a hammer. *In*: BARNES, C.; MERCER, G. (ed.) **Implementing the Social Model of Disability: Theory and research**. [S.I.]: The Disability Press, 2004, p. 15-20.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Classificação Internacional das Deficiências, Incapacidades e Desvantagens**: um manual de classificação de consequência de doenças. Lisboa: [S.I.], 1989.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde**. Lisboa: [S.I.], 2004.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE - OMS. **Declaração de Montreal sobre a Deficiência Intelectual**. 2004. Disponível em: [http://www.defnet.org.br/decl\\_montreal.htm](http://www.defnet.org.br/decl_montreal.htm). Acesso em: 20 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Committee on the rights of persons with disabilities**. Geneva: United Nations, 2014.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**. 2007. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 28 abr. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Declaração de Direito do Deficiente Mental**. 1971. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Portadores-de-Defici%C3%Aancia/declaracao-de-direitos-do-deficiente-mental.html>. Acesso em: 20 ago. 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – ONU. **Informe de la Oficina del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Derechos Humanos**. 2012.

PÁDUA ANDRADE, Daniel de. Capacidade, apoio e autonomia da pessoa com deficiência: Apontamentos sobre a tomada de decisão apoiada. *In*: Fabio Queiroz Pereira; Cristina de Carvalho Morais; Mariana Alves Lara (org.). **A Teoria das Incapacidades e o Estatuto das Pessoas com Deficiência**. Belo Horizonte: D`Plácido, 2016, p. 135-156

PALACIOS, A.; ROMAÑACH, J. **El Modelo de la Diversidad**: la bioética y los derechos humanos como herramientas para alcanzarla plena dignidad en la diversidad funcional. España: Ediciones Diversitas, 2006.

PASSADA, M. Discapacidad em lo social: um enfoque desde las corporalidades. *In*: ANGELINO; DELL'ANNO (ed.). **Debates y perspectivas en torno a la discapacidad en América Latina**. Paraná: Facultad de Trabajo Social, 2012, p. 146-153.

PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de direito civil, vol 1**: Introdução ao Direito Civil. Teoria Geral do Direito Civil. Atualização de Maria Celina Bodin de Morais. 20. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004, p. 272.

PERROT, Michelle. Práticas da memória feminina. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 18, ago/set, 1989, p. 09-18

PREUSS, M. R. G. A Abordagem Biográfica - História de Vida - na Pesquisa Psicossociológica. **Revista Série Documenta**, ano VI, n. 8, 1997.

RAGO, Margareth. **A aventura de contar-se: feminismos, escrita de si e invenções da subjetividade**. Campinas: Unicamp, 2013.

RAGO, Margareth. **Entre a História e a Liberdade: LuceFabri e o Anarquismo Contemporâneo**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

ROBERTO, Giordano Bruno Soares. **Introdução à história do direito privado e da codificação: uma análise do novo Código Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003, 84 p.

RODRIGUES JUNIOR, Otávio Luiz. Autonomia da vontade, autonomia privada e autodeterminação. Notas sobre a evolução de um conceito na Modernidade e na Pós-modernidade. **Revista de Informação Legislativa**, a. 41, n. 163, jul/set 2004, p. 126.

SAID, W. **Culture and imperialism**. London: Vintage, 1994.

SCOTT, Joan. Experiência. *In*: LEITE DA SILVA, A.; LAGO, Mara; RAMOS, Tânes Regina. (org.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999, p. 21-55.

SERRA, Maria Laura. Feminismo y Discapacidad. **Derechos y Libertades**, n 31, jun 2014, p. 251-272.

SERRA, Maria Laura. **Mujeres com Discapacidad y Situaciones de Opressión - Desconstrucción Feminista: Desestabilizando las Jerarquías de los Dominios de Poder**. TESE (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Derechos Humanos “Bartolomé de Las casas”, Universidade Carlos II, Madrid, 2017.

SHAKESPEARE, T; BARNES, C; MERCER, G. **Exploring Disability: a sociological introduction**. Londres: Cambridge, 1999.

SHAKESPEARE, T. **The body line controversy: a new direction for Disability Studies**. University of Sunderland, 1996.

SHAKESPEARE, T. The social model of disability: an outdated ideology? **Journal Research in Social Science and Disability**, v. 2, 2002, p. 9-28.

SHAKESPEARE, T. The Social Model of Disability. *In*: DAVIS, Lennard J. **The Disability Studies Reader**. New York: Routledge, 2010, p. 266-273.

SHAKESPEARE, T. Rule of engagement: doing disability research. **Disability and Society**, v.11, n. 1, p. 115-119.

SILVA, P; BARROS, R; NOGUEIRA, M; BARROS, A. Conte-me sua história: reflexões sobre o método da História de Vida. **Mosaico: estudos em psicologia** v. 1, n. 1, 2007, p. 25-35.

SIMÃO, José Fernando. **Responsabilidade civil do incapaz**. São Paulo: Atlas 2008, p. 20.

STANCIOLI, Brunello; PEREIRA, Fábio Queiroz. Princípios que regem as Incapacidades e o Estatuto da Pessoa com deficiência. *In*: PEREIRA, Fábio Queiroz; MORAIS, Luiza Cristina; LARA, Mariana (org.). **A Teoria das Incapacidades e o Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Belo Horizonte: D'Plácido. 2016, p. 85-94.

STANCIOLI, Brunello. Renúncia ao exercício de direitos da personalidade: ou como alguém se torna o que quiser. Belo Horizonte: Del Rey, 2010.

STANCIOLI, Brunello. Sobre a capacidade de fato da criança e do adolescente: sua gênese e desenvolvimento na família. **Revista Brasileira de Direito de Família**. São Paulo, n. 2, jul-ago.set, 1999, p. 38.

TARTUCE, Flávio. Alterações do Código Civil pela lei 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência): Repercussões. Parte 1. **Migalhas**, 2015. Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/FamiliaeSucessoes/104,MI224217,21048-Alteracoes+do+Codigo+Civil+pela+lei+131462015+Estatuto+da+Pessoa+com>. Acesso em: 07 mar. 2015.

TESÓN, Inmaculada Vivas. **Más Allá de la capacidad de entender y querer**: Um análisis de la figura italiana de la administración de apoyo y una propuesta de reform del sistema tutivo español. Olivenza: FUTUEX, 2012.

THOMPSON, P. **A voz do passado**: história oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992

TÔ. Intérprete: Tom Zé. Compositor: Tom Zé. *In*: ESTUDANDO o samba. Intérprete: Tom Zé. *[S.I.]*: Continental. 1 CD, faixa 4, 1976.

TRINDADE, Ivan Gustavo Junio Santos. **Os Reflexos do Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei. N 13.146/15) no Sistema Brasileiro de Incapacidade Civil**. Goiânia: Pontifícia Universidade Católica de Goiás, 2017.

VAI. Intérprete: Tom Zé. Compositor: Tom Zé. *In*: ESTUDANDO o samba. Intérprete: Tom Zé. *[S.I.]*: Continental. 1 CD, faixa 5, 1976.

VIRMAUX, A. **Artaud e o teatro**. São Paulo: Perspectiva. 1978.

WOODBURN, H. Nothing about us without civil society: The role of civil society actors in the formation of the UN Convention on the Rights of Persons with Disabilities. **Political Perspectives**, v. 7, n. 1, 2013, p. 75-96.

## APÊNDICE A – ESQUEMA DA ENTREVISTA

### a) Legendas:

- (\*) Pergunta geral
- (°) Perguntas relacionadas
- (-) Abordagens a serem investigadas no bloco de Perguntas

### b) Identificação

Nome:

Idade:

Profissão:

Deficiência;

### c) Perguntas

(\*) Como é sua vida? E como é viver essa vida com sua deficiência? E como ser mulher modifica esta vivência?

(°) Me fale um pouco da história da sua família e como ela lidou e lida com sua deficiência

(°) Que pessoas ou vivências marcaram mais sua noção de capacidade e incapacidade, na infância e adolescência? Ou seja, que pessoas foram importantes para nutrir em você a noção do capacitismo e da possibilidade de ter um lugar no mundo? Relate algumas histórias sobre isto

(°) Como foi sua descoberta da sexualidade e afetividade? De que maneira o capacitismo esteve (está) ou não nas suas relações afetivas, sexuais e de amizade? E como ser mulher altera ou não isso?

(°) Como foi sua inserção no mercado de trabalho e a relação escola versus trabalho? Isto é, como as expectativas criadas durante a infância, adolescência e período de formação foram supridas ou não na inserção no mercado de trabalho?

(°) Como você lida com o movimento social das pessoas com deficiência? Você percebe se o próprio movimento reproduz ou não questões capacitistas? Como a presença ou ausência do capacitismo ocorre nesses movimentos?

(°) Como você acredita que o Direito influencia ou não nesta experiência de mulher com deficiência?

(-) Abordagens chaves: Analisar a experiência da deficiência de cada uma dessas mulheres, durante a infância, adolescência, descoberta da sexualidade, contexto escolar e familiar entre outras, trabalhar com a exposição ao capacitismo, a importância da autonomia, a vivência do cuidado e vulnerabilidade. Buscando problematizar a participação ou não do Direito nesses processos e a presença da normatividade na experiência da mulher com deficiência.

## APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO

**Pesquisa:** O DIREITO e a exposição ao capacitismo da mulher com deficiência

Prezada, você irá participar de uma pesquisa que objetiva analisar as experiências da mulher com deficiência, correlatas ao capacitismo, vulnerabilidade na esfera privada e pública, analisando o papel do Direito, através das disposições sobre capacidade jurídica do Código Civil de 2002 ao Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015). Para a concretização da pesquisa é solicitado a realização da entrevista que será gravada e transcrita, se estiver de acordo. Esta gravação será armazenada por 5 (cinco) anos. Você pode se recusar a participar da pesquisa ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa. São convidadas para entrevistas, mulheres com deficiência que experimentam o corpo de maneira diversa na esfera social.

Quanto aos riscos da participação, este envolve o desconforto ao expor vivências e perspectivas pessoais. De modo a reduzir este risco, não é necessário responder a todas as perguntas e sua participação poderá ser interrompida a qualquer momento. E será mantido seu anonimato, na medida em que se trata de relatos relativos a sua história pessoal.

Os ganhos da pesquisa aos participantes será a visibilidade de uma experiência tão esquecida até então como a das mulheres com deficiência, dando voz a essas mulheres que quase nunca são ouvidas. Dessa forma, os resultados das pesquisas serão utilizados em trabalhos científicos a serem publicados e apresentados oralmente em palestras e eventos. Você não terá nenhum gasto com a pesquisa, nem receberá qualquer valor. O pesquisador responsável e a pesquisadora assistente poderão fornecer esclarecimento sobre o trabalho, bastando entrar em contato pelo telefone e e-mail:

**Pesquisador Responsável:** Pr. Dr. Giordano Bruno Soares Roberto. Email: giordanobrunos@hotmail.com - Tel: (31) 99570-4942.

**Pesquisadora Assistente:** Gabriella Sabatini Oliveira Dutra. Email: gabriellasabatini33@gmail.com - Tel: (31) 98479-6268

**Li as informações contidas para assinar este Termo de Consentimento. Declaro que todas as questões relativas ao estudo foram devidamente explicadas e todas as minhas dúvidas sanadas. Confirmando recebimento de uma via do presente Termo de Consentimento. Compreendo que sou livre para negar participação na pesquisa, sem qualquer punição. Dou consentimento de livre e espontânea vontade para participar da pesquisa, respondendo às questões.**

Belo Horizonte \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

Participante (Assinatura) \_\_\_\_\_

Pesquisadora (Assinatura) \_\_\_\_\_

## APÊNDICE C – ENTREVISTAS

Foram realizadas seis entrevistas ao todo. Duas com cada uma das participantes da pesquisa (Diana, Lia, Miranda). Dividido aqui em três blocos de duas entrevistas com cada uma delas.

### Entrevista 1 - Diana

Responsável pela transcrição: Leonardo Oliveira Silva. Email - leonardoolesse@gmail.com

Revisão da Transcrição: Gabriella Sabatini

Data: 06/06/2019

Entrevistador: Gabriella Sabatini

Entrevistada: Diana

Idade: 46 anos e 10 meses

Deficiência: Processo de diagnóstico de autismo

Profissão:

**Diana** - Como eu disse, falar da minha profissão atualmente é meio complexo, porque eu suspendi meu trabalho em 2015. Eu sou formada em administração com habilitação em marketing. E quando meu filho foi diagnosticado autista, em outubro de 2015, estava muito difícil pra mim conciliar o trabalho, levar ele na terapia e buscar. Aí, eu e meu marido decidimos. Aí, como eu era autônoma, né, dava consultoria de comunicação... Que seria melhor eu parar de trabalhar para eu poder ajudar.

Então, eu não sei responder qual a minha profissão. Eu fui, hoje eu não sei, eu não sei o que eu sou mais.

**Gabriella** - *Como é sua vida e como viver sua vida com sua deficiência e, como ser mulher altera essa vivência?*

**Diana** - Bem, primeiro que até bem pouco tempo atrás eu não achava que eu tinha uma deficiência. Eu só achava que eu era uma pessoa muito difícil de conviver, uma pessoa que tinha limitações por falta de vontade, por não insistir o bastante para fazer as coisas. E assim, eu tive uma vida com poucos amigos, mas eu devo agradecer esses amigos,

porque eram amigos muito bons, os poucos amigos que tive, eles faziam de tudo por mim, gostava muito de mim. Mas em geral eu sempre fui detestada pelas pessoas. Parentes, amigos, colegas de trabalho, colegas da faculdade. Eu sempre fui vista como uma pessoa intransigente, autoritária, metida. Metida eu acho engraçado porque sou uma pessoa com autoestima bem baixa, uma pessoa com um determinado descontrole emocional, né? Muita fria também me diverte, porque eu sou uma pessoa muito sentimental. Então a minha vida foi movida um pouco solitária, uma vida um pouco solitária, sempre foi uma vida solitária, sou uma mulher que só foi casar com quase 40 anos. E assim, naquela coisa que aconteceu: conheci meu marido, três meses depois a gente estava morando junto, três meses depois eu engravidei. Não foi aquela coisa normal da pessoa que namora três anos, quatro anos, namora, fica noiva e casa, não! Foi uma coisa bem estranha, como tudo na minha vida que sempre foi assim meio esquisito. Eu trabalho desde muito nova, por necessidades da família né, minha mãe criou a gente sozinha. Sem muito apoio do meu pai que era ausente, financeiramente e emocionalmente. Então eu tinha... Eu tive essa... Essa necessidade de ser autônoma muito cedo, mesmo com todas as dificuldades que eu já apresentava na autonomia. Então assim, eu fui morar sozinha com 28 anos por conta do problema que eu tive com minha casa, e inicialmente foi muito difícil, muito difícil para mim. Ir ao supermercado sozinha. Era um evento aterrorizante para mim, mas eu tive que aprender. Eu tive que aprender muita coisa na marra, e assim tudo isso foi criando um nível de ansiedade cada vez mais alto, e alguns traumas. Eu falo que eu sou uma pessoa totalmente traumatizada com coisas que aconteceram, porque eu todo dia eu estava indo além dos meus limites, eu nunca respeitei meus limites, entendeu? Talvez por não conhecê-los ou entendê-los, eu sofri abuso sexual, eu... Eu... Eu fui assediada sexualmente e moralmente no trabalho. É, acho que é o resumo da minha vida! Quando em 2012 o Leon nasceu ele nasceu no mês que eu fiz 40 anos e minha vida mudou completamente, porque até então eu ainda tinha controle de algumas coisas né e o controle para mim era muito importante. Controlar minha vida, controlar meu dia a dia, a minha rotina. E ser mãe acabou com o pouco controle que eu tinha, e isso aumentou muito a minha ansiedade. Muito, muito, muito, porque eu queria fazer as coisas direito, mas as coisas nunca estavam sob o meu controle. O Leon teve um atraso de fala muito significativo. Ele só foi falar com quase 4 anos de idade. Eu achava que eu estava fazendo tudo errado, eu já fazia tudo errado mesmo na vida. Mais uma coisa que eu estava fazendo errado, e quando veio o diagnóstico dele foi um alívio muito grande. Foi um alívio muito grande

porque não era minha culpa, eu não tinha culpa, dessa vez, não era minha culpa (risos). Eu acho muito engraçado quando as mães falam que elas sentem um luto no diagnóstico do filho, porque para mim tiraram um peso gigantesco das minhas costas. Ai eu... Ai ufa (risos), beleza, tudo bem, é autismo, agora vamos olhar o que é. Não foi eu que fiz errado. E depois comecei a estudar, né, essa questão do autismo para poder ajudá-lo e apoiá-lo, e em pouco tempo eu estava envolvida com o ativismo porque eu sou uma pessoa que me envolvo muito com direitos né. E nesta caminhada eu percebi que eu tinha características autistas, mas até então eu não me via dentro do espectro porque eu me comunico muito bem, e eu sempre tive muito orgulho da minha comunicação, eu tenho uma fluência verbal boa, eu escrevo muito bem, sempre fui muito elogiada pela minha escrita, pelos os meus textos, e eu não podia ser autista. E de repente eu encontrei com alguns autistas adultos que também comunicavam muito bem e também escreviam muito bem e eles eram autistas e isso me deixou muito confusa. E aí eu comecei a procurar respostas, logicamente na classe médica que é aonde a gente procura respostas para deficiência e os médicos, eu descobri que a maioria está completamente desatualizado, isso piorou meu nível de ansiedade. Eu já estava em depressão por conta de ter suspenso meu trabalho, depois ter perdido uma gestação e a minha depressão piorou muito.

**Gabriella** - *Me conta um pouco como que a sua família lidou e lida com sua deficiência?*

**Diana** - Minha família não sabe sobre o meu autismo, como eu não tenho diagnóstico formal e ainda estou no processo, não é algo que eu tenha falado com ninguém da minha família. Meus amigos que são autistas e os grupos de autistas sabem, meu marido sabe, mas a minha família não sabe, até porque eu não tenho contato tão próximo com eles eu me distanciei muito deles por conta de ideologias políticas, minha mãe já morreu, meu pai já morreu, né? Tenho três irmãos, só uma delas que eu tenho mais, mesmo assim convivência mesmo... Como eu moro longe de muita gente é muito pouco. Quando Leon foi diagnosticado em 2015, eu fiz um post no Facebook. Eu escrevo muito no Facebook, ontem mesmo uma moça que é autista falou comigo que eu tinha que parar de ficar falando da minha vida no Facebook, mas é uma forma minha de... Escrever para mim é uma forma de desabafar e eu não tenho muitos amigos para falar. Aí eu escrevi no Facebook, né, sobre o diagnóstico dele, do alívio que eu estava

sentindo. E eu recebi um e-mail da minha irmã que na época a gente não estava conversando... Falando comigo que sentia muito e que eu era uma guerreira, e que eu saberia lidar com isso. Eu fiquei... Não tô entendendo, não aconteceu nada, isso não é nada, apenas meu filho tinha sido diagnosticado com autismo, no mesmo ano eu perdi uma gestação e isso é um problema, por isso eu precisava de um sintô muito, mas porque ele é um autista? Eu não estou entendendo. Foi a única manifestação da família... E a minha cunhada veio com aquela coisa que é um outro tipo de... De capacitismo, porque você tem o capacitismo, de você achar que a pessoa com deficiência é inferior e você tem pena, mas tem o outro tipo de capacitismo que é de você achar que a pessoa com deficiência superior é um anjo né? Isso também é capacitismo, porque tira a humanidade, e dentro do autismo existem dois mitos: um que todo autista tem deficiência intelectual e dois que todo autista grau um é gênio. São mito. Existem autistas realmente com QI elevado assim como não tem autistas; e tem autistas com baixa, com deficiência intelectual, assim como não. Mas a maioria é gente com uma intelectualidade normal, com algumas habilidades em uma determinada área, e dificuldades em outras, é isso. Então a minha cunhada virou: "ah, mas é porque, nossa... Por que fulano é gênio, ciclano é o gênio". Ela veio com essa conversa, e eu fui cortando de cara e as pessoas me acham meio grosseira por isso, mas é porque não é verdade ta. Meu filho não é um gênio, assim como eu não sou um gênio né. Nós temos habilidades nas áreas, nos chamados interesses restritos. Por que a gente se dedica muito a isso, como o interesse é restrito, você estuda aquilo profundamente, mas isso não significa genialidade significa dedicação ao assunto que você gosta, só isso, foi assim.

**Gabriella** - *Quais pessoas e vivências marcaram mais o capacitismo na sua na infância e adolescência?*

**Diana** - Vou tentar pelo que eu entendi e você me corrija. Olha, o capacitismo é uns dos preconceitos mais naturalizados que exista, mais do que o machismo, mais do que o racismo, e o que a gente menos percebe que existe por falta de conscientização, falta de conhecimento mesmo. Porque sobre o racismo a gente já fala a muito mais tempo, sobre o machismo n? Mas o capacitismo meio que tá encrostado em todos nós, inclusive nas pessoas com deficiência, que reproduzem também o capacitismo. Pessoas surdas costumam reproduzir muito o capacitismo, tanto que elas nem se consideram a maioria delas pessoas com deficiência. Então assim, na minha infância e na adolescência...Eu

tenho primos que tem alguma neurodiversidade que são neurodiversos e que eram vistos como pessoas inferiores da família, pessoas que deram errado né e eu ouvia isso para mim e não soava estranho. Tá, eu fui crescendo, fui entrando no ativismo dos Direitos Humanos. 10 anos atrás eu entrei para o movimento nossa BH e aí eu fui conhecendo os diversos preconceitos né? Eu me tornei feminista e tal, e comecei a trabalhar os preconceitos em mim, antes de olhar para o outro, porque primeiro a gente tem que desconstruir o preconceito na gente, para depois poder olhar para o outro. Não tem como fazer um caminho diferente disso, e eu tenho em mim todos os preconceitos que a sociedade naturalizou, por mais que eu tenha alguma dificuldade de assimilar, convencionalidade sociais. Tem coisas que eu acabei as assimilando pela repetição né? Então dentro do movimento nossa BH, a primeira pessoa que me deu noção sobre o capacitismo foi a Miranda. Miranda é uma cadeirante que luta pelos direitos das pessoas com deficiência e que foi presidente do Conselho Estadual da Pessoa com Deficiência. Ela foi a primeira pessoa me trazer essa informação e aí eu comecei a ler sobre, né? Até então eu não me via dentro do grupo de pessoa com deficiência. Quando Leon foi diagnosticado, eu já tinha duas amigas que tinham filhos autistas e eu ainda tinha um pouco de capacitismo em mim. Como, por exemplo, quando saiu aquela novela da Globo aonde a menina autista não verbal namorava com um rapaz, e eu falava: ah gente que absurdo, a menina não fala, a menina tem uma idade mental e tal, como assim que ela tá namorando? E hoje eu sei que foi... Que foi capacitismo meu esse pensamento, ta. Porque na verdade essa história de idade mental é capacitista, é psicofóbica, não existe esse negócio de idade mental existe a deficiência intelectual, mas idade mental foi uma invenção de gente falar: fulano tem trinta anos de idade com mental de quatro. Não, ele é uma pessoa de trinta anos com uma deficiência intelectual, mas ele tem idade mental de trinta anos com uma deficiência intelectual. É capacitismo isso. E aí quando veio a questão do Leon do autismo e eu entrei na questão dos Direitos Humanos, e percebi como o mundo é capacitista. E o que mais me ajudou, logicamente, foram os ativistas, foram os próprios autistas adultos, Amanda, Fernanda: o pessoal da praça que eu conhecia né. Aí eu fui lendo textos deles, textos da internet, artigos, e aí eu fui reparando como o mundo era capacitista, para mim um exemplo é aquele vídeo que eu acho que eu cheguei passar para você dá Stela que é uma ativista australiana que faleceu a uns três anos atrás e que fala sobre o inspiração pornô né. A forma como as pessoas sem deficiência usam e objetificam a pessoa com deficiência para se sentirem melhor, ela para mim foi um marco no entendimento de um determinado tipo de capacitismo.

**Gabriella** - *Entender esse processo é muito interessante. Como você percebeu capacitismo antes de se perceber como uma mulher com deficiência. Enfim, como foi sua descoberta da sexualidade e afetividade e de que maneira o capacitismo esteve ou não nas suas relações afetivas sexuais?*

**Diana** - Então, como eu não sou vista como uma pessoa com deficiência, e mesmo quando eu tiver, se eu tiver, o diagnóstico, eu não vou ser lida como uma pessoa com deficiência, não é a mesma coisa que acontece. Você, por exemplo, não é lida como uma pessoa com deficiência, a questão da sua baixa visão não é perceptível a gente, já falou sobre isso. E diferente do caso da Miranda, que é cadeirante, a deficiência dela é muito visível, aí a forma como ela deve ter lidado com isso é completamente diferente da nossa. O meu caso são os atritos que acontecem nas relações, porque a minha dificuldade é de interação social, é de comunicação social, eu sou boa na fluência, mas a minha dificuldade de comunicação ela se resume à minha literalidade né. Às vezes eu entendo as coisas e sou muito literal para entender as coisas, para pessoa tem que ser objetiva para falar comigo senão eu não entendo. Eu sou muito literal para falar, eu sou muito objetiva. A pessoa acha que eu estou sendo grossa, quando eu não uso florzinhas que as pessoas exigem. Eu não sei fazer isso, eu tenho dificuldade de alternar o turno, saber quando é minha hora de falar na conversa né, e quando é um assunto que eu não domino, que eu não interessa, eu costumo, durante uma conversa, me ausentar espiritualmente daquela conversa, e isso é considerado grosseiro, mas faz parte da minha limitação, mas é minha limitação. Então eu sou lida como uma pessoa grossa e como uma pessoa fria nesse ponto de relações, de não ter interesse em relações, ou seja, a deficiência interfere na qualidade das minhas relações. Em relação sexual eu era uma pessoa que tinha na minha adolescência o hiper foco de encontrar meu príncipe, por conta dos livros que eu lia, e nesse ponto minha mãe tinha falado comigo pra não transar, não fazer sexo antes dos dezoito anos. E eu não fiz, eu fiz sexo com dezoito anos (risos). É a literalidade do autista, é isso, né, e... Então assim, eu não tinha namorado, eu tinha rolos que sempre terminava comigo porque eu não queria tirar um sarro, nem nada, só deixava aquilo, mas ao mesmo tempo eu era meio hiperssexualizada. Então assim, eu me masturbava muito, aí eu tive essa pessoa com quem eu quase casei com dezoito anos. A gente terminou e eu entrei e eu entrei em depressão, acho que foi o primeiro episódio de depressão grave. Foi esse, aí eu tive

relacionamentos muito esporádicos por essa dificuldade minha de interação, Às vezes eu ficava três anos sem um beijo. Aí eu comecei a ficar muito focada no trabalho e aí eu só pensava em trabalhar, trabalhar, trabalhar, trabalhar. Ai eu fiz a faculdade e só pensava estudar, estudar, estudar, estudar. E eu fiz faculdade com vinte e oito anos. Quando eu conheci meu marido eu estava numa fase mais tranqüila, assim emocionalmente, eu tinha um relacionamento com um rapaz bem mais novo do que eu. E era um relacionamento mais sexual, e foi bem tranquilo para mim esse relacionamento, mas quando eu casei com ele. Eu tenho problema de ter períodos em que eu não me interessava nem um pouco por sexo, inclusive eu estou nesse período, tem oito meses que eu não transo com meu marido, e isso é um pouco complicado para ele né, mas faz parte de mim, da depressão e etc. Não sei se eu respondi.

**Gabriella** - *Como foi sua inserção no mercado de trabalho? As expectativas criadas na formação foram supridas?*

**Diana** - Quando eu era criança, o meu hiperfoco sempre foi animais. Acho que dá para perceber né? Com seis cachorros e quatro gatos em casa, é muita coisa, fora os que eu ainda não consegui trazer para cá porque meu marido me deu um ultimato, CHEGA! Eu sempre tive um hiperfoco em animais, então quando criança com 5 anos eu já falava que eu ia ser veterinária, casar e ter dois filhos. Casar com um fazendeiro, na verdade o casar era mais para atender o meu plano de estar perto dos animais, os dois filhos não sei, porque eu não ligava muito para criança, nunca fui fã de criança. Passei a ser fã de criança depois de ser mãe, eu nunca fui de ficar héhéhém com criança, eu sempre fui assim com cachorro. Eu sempre falo com linguagem de criança com cachorro, com criança eu não falo (risos). E eu tinha definido isso, aí com 11 anos eu assisti um... 10 anos eu assisti um filme que chama "O campeão", é um filme de luta de boxe, só que neste filme tem um cavalo, a história de um cavalo, o filho do cara lá ganha um cavalo de corrida de presente e o cavalo quebra a pata no filme e tem que ser o eutanasiado, porque na época o cavalo tinha que ser eutanasiado se quebra a pata. Eu vomitei, mas nesse momento, tinha sangue no filme inteiro porque o filme é puro sangue do cara apanhando e ele morre no final cara de tanto apanhar apesar de ganhar a luta, mas meu problema foi o cavalo que foi apareceu e nesse momento eu decidi: não tinha como eu ser veterinário, porque eu nunca ia conseguir tirar a vida do animal e eu fiquei bem perdida durante os dois anos sobre. Isso eu tinha 11 anos e já me sentia perdida por não

saber qual seria minha profissão. E as dificuldades da relação foram aumentando cada vez mais né? As minhas dificuldades de interação social, aí eu decidi que eu ia fazer psicologia, para eu poder me entender e entender as pessoas, porque era o único jeito de melhorar minha relação com as pessoas e eu conseguir entender as pessoas que eu não consegui entender o ser humano, porque o ser humano é um bicho muito esquisito, muito esquisito. Aí com 14 anos eu fui cuidadora do meu avô. Fiquei 4 anos cuidando dele. Eu ganhava meio salário mínimo para fazer isso, e quando meu avô morreu minha tia foi vender a casa dele, eu estava lá no dia. O moço que comprou a casa tinha uma adega de bebidas, e minha tia virou para ele e falou: "já que você está comprando a casa, você não quer levar essa menina para trabalhar para você? Ela perdeu o emprego porque ela era a que cuidava do avô. E ele me contratou mesmo (risos), então meu primeiro emprego foi assim. Na época eu estava querendo fazer o vestibular para psicologia e eu fui fazer terapia foi a primeira vez que fiz terapia, e eu fiz terapia com um psicanalista e foi muito ruim, foi uma péssima experiência porque é muito abstrata, sabe? Principalmente se for freudiana, que a pessoa fica falando, falando, falando e a pessoa vai para você e fala: "deu a hora". E você, é isso? (Risos). Você não vai falar nada comigo? Então era muito confuso para mim, sem saber que eu era autista, não estava dando certo eu passei a odiar a terapia e esse negócio de terapia não funciona não, é bom, é ruim. Não serve de nada e não vai servir, para que eu vou fazer psicologia, para ser isso? Não! E como eu não entendia ainda dessas teorias né, e eu não tinha acesso à informação, não tinha internet na época né? Hoje você tem acesso a muita informação na época, não tinha. Para mim eu estava fazendo análise e era aquilo ali. Eu não entendi a diferença entre um psicólogo e um psicanalista, né? As correntes teóricas né? Então eu fiquei muito decepcionada com a psicologia, não, eu não vou fazer a psicologia. Porque isso é ruim, isso não serve, isso é ruim! E aí eu continuei trabalhando sem fazer faculdade, formei no ensino médio magistério por obrigação que minha mãe me obrigou, porque eu sabia que não seria professora, que eu não tinha esse objetivo. Continuei trabalhando, aí eu fui trabalhar. Trabalhei na adega 4 anos e comecei lá fazendo estatística, fui para área de vendas e descobri que eu era uma boa vendedora, o que pesa na minha dificuldade de relação. Eu sou uma vendedora que fala muita verdade e os clientes ficam e se tornam fiéis a mim, porque eu não minto, eu não empurro coisas nos clientes, eu sou daquelas que não empurra nada, mas enfim eu saí de lá para trabalhar em outras empresas, também como vendedora, vendedora interna, e aí eu tive alguns problemas e tal. Quando eu estava com vinte e oito anos um amigo,

colega de trabalho ficou falando na minha cabeça pra fazer faculdade que era importante e que eu ia acabar não conseguindo ter um bom salário por não ter faculdade. E eu comecei a estudar os cursos que tinha, como eu era vendedora eu segui nisto e aí eu descobri que tinha acabado de abrir um curso em Belo Horizonte, na Newton Paiva de Marketing. Que era Administração, Comunicação e Marketing. Eu falei marketing é a estratégia por trás da venda né? Então, eu vou fazer isso, vou fazer marketing para entender o que acontece por trás da venda e acabei fazendo marketing por conta disso e acabei sendo transferida para área de comunicação por conta disso. E assim que minha carreira aconteceu, foi uma sucessão de acontecimentos nada programados para ser, mas que fugiu em totalmente do início por questões que aconteceram. Hoje eu penso que eu deveria ser uma ótima veterinária, porque apesar da minha dificuldade de fazer eutanásia, eu sou boa para cuidar dos cachorros e também seria uma boa psicóloga. É uma pena que eu não fiz nenhum dos dois, mas agora é tarde.

**Gabriella** - *E como foi sua vivência na escola durante a infância e adolescência?*

**Diana** - Eu era muito ingênua, sou ainda. Então, as pessoas fazem maldade comigo sem eu entender o porquê que estão fazendo, eu sofri as coisas disso então eu preferia ficar na minha e assim como meu filho me relacione par você conseguiu falar com uma pessoa ou duas no máximo mesmo tempo. Você não consegue relacionar com um grupo grande, é o meu caso, então eu sempre tive uma amiga na escola, não passava muito disso, então eu, o resto me via como sendo uma pessoa antipática, na faculdade foi pior fase a pesar de eu já ter trinta anos de idade, porque eu era melhor aluna da sala. E aí ninguém gosta da melhor aluna da sala, eu tinha três ou quatro pessoas que gostava de mim, porque também eram bons alunos, o resto me detestava, e só. Eu não tive boas relações.

Nisso também não trabalho, tá? No trabalho também eu não tinha. Uma ou duas pessoas gostavam muito de mim, o resto me via ou como um desafio principalmente, os homens. Os homens me viam, eu trabalhei em empresas que tinha duzentos homens e dez mulheres trabalhando, que era da área de equipamento pesado, porque eu nunca aparecia com namorado nem nada e o que eles ficava assim: "ah vamos ver quem consegue "pegar" a Diana". Daí surgiram os casos de assédio sexual, até acharem que eu era lésbica já.

**Gabriella** - *E como foram esses momentos de assedio, você percebeu estar nesse lugar de assediada?*

**Diana** - Só depois que pulou em cima de mim, na hora que forçou o beijo, aí que eu percebi, (risos). Até então eu não estava percebendo nada, eu não estava entendendo nada. Eu achei que era amigo, que era brincadeira sabe? Uma vez que eu saí, que eu fui numa festa, o gerente me trouxe de volta, a gente conversando, a gente estava brincando. Eu só percebi que eu estava sendo assediada quando ele parou na porta do motel, e eu levei um susto: o que você tá fazendo aqui? E ele: "não é porque a gente tava brincando e eu achei que você queria". Aí eu falei: de onde você tirou isso? Sabe, assim, já na porta do motel. Que bom que ele foi gentil voltou atrás, pediu desculpa, e me levou para casa, e depois a gente ficou bem amigo, sabe?

**Gabriella** - *Como você lida com o movimento social das pessoas com deficiência? Você percebe se o próprio movimento reproduz o capacitismo ou não? E como a presença ou ausência desse capacitismo nos movimentos ocorrem?*

**Diana** - São muitos grupos e cada um focado na sua deficiência. E no caso, por exemplo, quando eu estava no movimento Nossa BH e a gente tinha a Miranda. Lá não chegava ter movimento lá dentro né? A Miranda é uma pessoa que tem realmente o conhecimento muito bom. Quando eu cheguei no movimento ABRAÇA, por exemplo, é um trabalho constante de desconstrução, porém, a maioria esmagadora das outras associações relacionadas ao autismo. Elas são dominadas por pais, mães e especialistas e ali o capacitismo rola solta, o tempo inteiro.

**Gabriella** - *Você poderia falar um pouco sobre isso, relatar um pouco sobre como isso acontece na sua experiência.*

**Diana** - Eu vou te dar um exemplo. Eu faço parte de uma comissão dentro da prefeitura, que eu não vou lá, vou só virtualmente porque não tenho tempo de ir, que é uma comissão de defesa de direitos autista. É uma comissão formada por várias associações, tá. Então, tem a ASATEA, também tem a AMA, tem a ABRAÇA, eu sou uma das representantes da ABRAÇA junto com o Maurício, o resto é pai e mãe. E ai eles fazem

a campanha usando a cor azul, mesmo eu já tento falar de um milhão de vezes sobre o problema da cor azul que vem da AutismSpeaks, associação extremamente psicofóbica estadunidense que tem como objetivo deixar o autista menos autista, que já fez uma propaganda dizendo que o autismo destrói casamentos, o autismo destrói famílias. Uma pessoa da associação fez uma propaganda uma vez dizendo deitado que o sonho dela era largar a filha com autismo no meio da estrada e voltar, e só não fez isso porque a outra filha estava vendo. Daí vem as frases como: "eu amo meu filho mas eu odeio o autismo", a história do anjo azul que é capacitista. O uso do quebra-cabeça que também se remete ao AutismSpeaks, é toda uma visão capacitismapsicofobica voltada para consertar o autista, todas as ações são voltadas para saúde ou assistência social né? E quando a gente fala que o autista tem que falar também, que o autista tem que ter a voz dele né? Eles ficam achando. Ficam achando que a gente não quer que os pais falem. Existe uma dificuldade muito grande de interpretação, quando eu estou falando que o autista precisa ser ouvido eu não estou falando que os pais não precisam ser ouvidos. Nesse neurotipico ele costuma extrapolar o texto, isso foi uma coisa que eu aprendi, você fala A ele entende A + B porque ele acha que você subliminarmente tá querendo dizer B, entendeu? Mas você só tá falando A. Você não tá falando B. De onde você tira B? Isso é muito confuso para gente. Não sei de onde eles tiram esse B, está lá num lugar na cabeça deles e eles coloca o B no meio, então, é isso. Eles, quando eu viro e falo: o autista precisa ser ouvido, eles escutam; o autista tem que ser ouvido e os pais têm que se calar, e não é isso que eu estou falando (risos). Então isso gera um atrito gigantesco entra autistas, ativistas, pais e mais. Eles vêem autistas e ativistas como inimigos, aqueles que têm filhos que não são moralizados eles dizem que eles são a voz dos filhos, eles são a voz deles, são pais e mães pensando na sua parentalidade de como apoiar o filho, ok! Isso é importante, mas o filho também tem a voz dele mesmo que ele esteja sem ferramenta, para se comunicar, ele não fala pelo filho, ele fala por ele mesmo. Isso é uma diferença que o pai e a mãe não consegue entender. Ele vira e fala: "você não fala pelo meu filho, eu não falo pelo seu filho, mesmo não, eu falo pelo movimento, pelo ABRAÇA, por ela. Eu não estou falando pelo seu filho, eu posso estar defendendo os direitos dele, mas isso não significa que eu estou falando por ele, ele vai falar por ele, cada autista fala por si, existir um movimento de luta da pessoa com deficiência. Não significa que movimento está falando por cada pessoa com deficiência. Ele está falando por aquele grupo, pelo Direito que aquele grupo considera importante né! Mas a pessoa com deficiência que não tá naquele que ela pode muito bem discordar

daquilo, e ela tem todo o direito de discordar, não tem hegemonia de pensamento nessas coisas, não existe, seria impossível criar um movimento mundial de autismo com todo mundo pensando: olha os nossos direitos são esses. Existe uma convenção que foi criada legal após muita discussão e mesmo dentro dessa convenção de quem participou desse debate. Pode ter certeza que teve gente que discordou daquilo que foi aprovado, né. Porque a maioria foi lá e aprovou, beleza, mas teve gente que discordou. Então assim, é muito difícil ser questão de fulano, fala de ciclano ou beltrano. É isso que significa o movimento de pessoas com deficiência é o movimento está lutando pelo Direitos que aquele momento acho que está certo, assim como meus pais e mães acham que está certo ficar o tempo inteiro só falando de saúde, que é colocar aba, que é isso é coisa que autista não gosta, em geral. E aí tem Autistas Pets, que eu descobri outro dia, e eu adorei esse apelido, me ensinaram, foi até um rapaz que é deficiente visual que me ensinou. Ele falou que deficiente pet, aí tem o autista pet, e aquele que fica puxando saco de pessoas sem deficiência, eu adorei isso (risos), Autista Pets é o autista que fica defendendo pai e mãe neurotípico, e falando esse movimento da neurodiversidade é muito radical, por que não contempla os autistas não oralizados, como contempla a neurodiversidade, ou é pra todo mundo, ou é para ninguém. É o nosso momento acredita que toda pessoa autista tem direito a autoestima, tem direito a gostar de ser autista, tem direito a não perder a sua identidade e tem direito a voz, e para isso precisa de apoio, precisa de ferramentas para poder falar, é isso. Neurodiversidade é contra tratamento com MMS, alvejante Industrial, mas é a favor de terapia que ajuda o autista a trabalhar suas dificuldades, uma terapeuta ocupacional, na questão coordenação, etc e tal. São coisas diferentes, não é para deixar de ser autista, é para ter qualidade de vida, é o princípio da habilitação e reabilitação dentro da convenção. O autista tem direito a habilitação, né, porque a pessoa que nasceu com deficiência que você prega habilitação a pessoa que tem deficiência adquirida, você prega a reabilitação não é isso? Então o autista tem direito a habilitação é um direito que está na convenção, mas essa habilitação não é para mudar o autista e fazer com que pareça neurotípico, isso não existe isso é um atentado ou direito mais básico de existência de um ser humano. E isso aí é uma “brigaiada” danada.

**Gabriella** - *Como você acredita que o Direito influencia ou não nesta experiência da mulher com deficiência*

**Diana** - Hoje no Brasil tem uma das melhores legislações do mundo em relação às pessoas com deficiência, Isso é por ter incorporado ao seu ordenamento, a convenção internacional sobre os direitos da pessoa com deficiência, neste, ponto. Ainda existe falhas? Existe, inclusive, o último relatório da ONU aponta essas falhas, se você pegar o relatório da Comissão da ONU, do comitê da ONU que acompanha, né? A efetivação da convenção traz essas recomendações para os estado partes e para o Brasil especificamente, né? No relatório que foi feito é apontado que a LBI tem coisas que são contrárias a convenção, eu não vou lembrar aqui agora o que é, aponta a questão que muito presente no autismo, da questão das organizações representativas, porque para o comitê da ONU organização representativa de pessoa com deficiência é protagonizado e liderada por pessoa com a deficiência, que não é o caso do grupo dos movimentos autista, porque só tem um grupo que é liderado por pessoa autista que é a que eu participo, que é a ABRAÇA, no Brasil inteiro, não tem mais nenhuma. Então existem falhas em relação a legislação infraconstitucional né. Em relação a aquela que hoje tem status de Norma constitucional que é a convenção e isso precisa ser corrigido, esses erros. Em relação a questão da mulher né, nós temos a legislação em relação a convenção e a mesma coisa nós ainda, temos falhas nas outras legislações né? Para que ela possa ter o mesmo peso de convenção na defesa das minorias existentes dentro dos grupos da pessoa com deficiência, Por que as opressões se acumulam, porque se a pessoa é mulher, se ela é negra, se ela é pessoa com deficiência e etc, o peso da opressão sobre ela é muito maior do que sobre um homem com deficiência, branco, hétero e etc. Então o Brasil tem algumas outras relações de proteção como a Lei Maria da Penha e tal, mas o maior problema do Brasil não ta, no meu ver, na legislação. Ele está no cumprir da legislação tanto políticas públicas executadas pelo Executivo quanto no judiciário né? Na hora de cobrar o cumprimento da lei. Nós não temos, por exemplo... Nós temos poucas delegacias de mulheres né. A delegacia de mulheres muitas vezes tem homens trabalhando lá, e é horrível para quando uma mulher chega numa delegacia de mulher, para poder fazer uma denúncia contra o homem: um homem te atende e fica rindo de você. Como já aconteceu com amigas minhas dentro da delegacia de mulher aqui em Belo Horizonte, ela foi fazer uma queixa né do namorado, do ex-namorado, e o cara meio que ficou rindo dela debochando dela. Falando que era problema de casal e que eles não tinham nada a ver com isso. Entendeu que ele tinha agredido ela. Então assim, as políticas, se uma mulher que está fugindo de uma violência, ela precisa ser cuidada, precisa ser colhida, precisa ter um local para ela ir,

quando ela não tem financeiramente aporte para poder sair de uma relação de violência e isso é muito difícil você ter a rede montada pelo Estado. Então para mim, a legislação hoje tem algum problema que precisam estar mais alinhadas a convicção, mas não vejo como sendo o foco de luta, realmente precisa ser na execução das políticas públicas, no executivo e no judiciário para o cumprimento da lei de um juiz. Não sei se você viu outro dia um promotor pegou uma menina de quatorze anos e acabou com ela, o promotor que deveria tá ali defendendo ela, a menina que foi estuprada, enfim é isso que precisa entender.

**Gabriella** - *Você acha que isso que você relatou sobre as mulheres no judiciário também acontece em relação às mulheres com deficiência mental ou intelectual?*

**Diana** - Ainda mais porque não tem credibilidade, a pessoa com deficiência mental a neurodiversa, ela não tem credibilidade na família, né. Imagine em uma instituição tão cheia de preconceitos como a polícia, aconteceu com a minha prima, vou te dar um exemplo. Minha prima teve quatro filhos, um marido extremamente machista, ela teve depressão, foi internada porque tentou suicídio, na internação o psiquiatra à diagnosticou com “borderline”, e eu tenho certeza que é um diagnóstico errado, eu acho que ela tem TDAH ou ela é autista como eu, tá. Diagnosticar uma pessoa no meio de uma crise de depressão após uma tentativa de suicídio é algo, complicado, por que você está vendo um quadro de uma pessoa transtornada, com um estresse por traumático, quarto filho extremamente sobrecarregada, imagina, aí já vai diagnosticando assim, eu acho muito muita falta de cuidado fazer um negócio desse e ela foi diagnosticada e com esse diagnóstico o marido conseguiu tirar a guarda dos quatro filhos dela na justiça, ela perdeu os quatro filhos no meio de uma depressão. Esse é o exemplo do nosso judiciário.

É isso

## **Entrevista 2 - Diana**

Responsável pela transcrição: Gabriella Sabatini

Revisão da Transcrição: Gabriella Sabatini

Data: 08/11/2019

Entrevistador: Gabriella Sabatini

Entrevistada: Diana

**Gabriella** - *Fala um pouco mais dessa transição de ter vivido anos sem saber que era uma mulher com deficiência e agora? O que mudou?*

**Diana** - É... Eu acho que existem dois pontos peculiares no meu caso, né? Um é que não ter definição do meu diagnóstico... Já tem três hipóteses de diagnóstico diferente. Isso me dá uma angústia muito grande. Há uma discussão muito grande no grupo que eu faço parte de que agente não deveria depender de uma assinatura médica pra nos reconhecermos, mas meu cérebro é muito rígido. Ele depende, ele precisa, sabe? Tanto que eu tô... Eu juntei uma grana e esse ano eu vou para o interior de São Paulo para fazer o diagnóstico com uma profissional lá em São Paulo. Porque aqui em Belo Horizonte realmente é muito difícil. De qualquer forma uma coisa depois de todas essas hipóteses de diagnóstico, eu tenho certeza né? Que eu sou neurodiversa, isso aí eu não tenho dúvida. A dúvida só está em qual neurodiversidade eu me encaixo né? Teve profissional que me deu hipótese de diagnóstico de TDAH, outro bipolar, a outra, de autismo, a outra autismo com TDAH ou com bipolaridade, enfim... Então, esta dúvida eu não tenho mais. E o que me trouxe, na verdade, e era o que eu estava realmente buscando foi o entendimento de que eu não sou uma pessoa ruim.

**Gabriella** -*Por quê?*

**Diana** - Porque eu tinha esse entendimento de que determinadas coisas de que eu não dava conta de fazer é por minha incompetência, sabe? É... Eu chegava a me achar assim: lá dentro eu devo ser mau caráter, sabe? Porque eu não dou conta de fazer determinadas coisas. Eu tinha dificuldade de entender o amor. Tenho ainda de reconhecer os sentimentos. Será que eu amo? Será que eu amo mesmo? Eu tenho essa dificuldade? Então, as vezes eu lido naturalmente com algumas coisas que as pessoas ficam meio assustadas. Eu lido com a morte com uma forma muito natural e tirando a perda da gestação que foi uma questão que me doeu muito. Mas eu acho que mais por ser... por ter sido algo que saía completamente do planejamento, né, do que a morte em si. Eu lidei naturalmente com a morte da minha mãe. Eu sinto falta, sinto muita falta dela, mas a morte da minha mãe foi natural, eu estava muito doente, né? Então, as

peessoas meio que acham: não, tem que ficar de luto o resto da vida né? E não. Eu lido com a morte de forma racional, ao mesmo tempo a questão dos assédios que eu passei que não percebia o que estava acontecendo né? Aquela coisa de falarem que tinha algo dentro de mim que atraía aquilo, por eu ter passado por tantos assédios e tantos problemas. Isso passou com a neudiversidade, com o entendimento da minha neurodiversidade. Não era culpa minha eu não ter entendido, sabe? Não sou burra. É isso.

**Gabriella** - *Qual a importância do diagnóstico?*

**Diana** - É um perdão terapêutico. É você olhar pra você e... Você sabe que você tentou. Você sabe que fez tudo, mas não é comportamental é neuronal. Não é uma escolha, sabe?

**Gabriella** - *Como o capacitismo e a ideia de normal está presente nessa sua transição?*

**Diana** - Antigamente eu usava muito aquela frase: de perto ninguém é normal. Até que eu entendi o capacitismo nessa frase. As pessoas sabem direitinho quem eles não consideram normal, quem eles consideram fora do padrão. É bobagem esse negócio de que de perto ninguém é normal. De perto agente sabe quem vai ser excluído né? Então, falar que de perto ninguém é normal é só capacitismo mesmo. E assim, eu não sou lida como uma pessoa com deficiência. Você também não é lida na maioria das vezes, né? Então, essa falta de leitura da deficiência faz com que agente sofra menos preconceito na sociedade. É vai ser outra coisa. Você é desatenta. Você trombou nisso ou naquilo porque você é desatenta, sua lerda (risos). E eu, comigo, eu sou grossa autoritária, né? Eu sou mal educada, eu sou distraída, eu não presto atenção nas coisas, eu sou preguiçosa. Tem um monte de adjetivos desqualificadores pra mim, já que a minha deficiência não é reconhecida. Ela é invisível, a chamada deficiência invisível. Agora, é... O que muda pra mim, agora internamente não em relação às outras pessoas... Aí é o interessante de ter um autoconhecimento mesmo. Porque eu achava que tudo que fazia e pensava era normal. Eu achava que era igual ao das outras pessoas, eu nunca pensei que fosse diferente. Nunca pensei que as pessoas pensassem de uma maneira diferente, que o cérebro dela é diferente do meu. Então, assim, isso causava um choque nas relações, né? E eu não entendia porque causava esse choque. Pra mim era tudo igual, até de

repente agora está entendendo que determinadas formas como meu cérebro processa ações é diferente das outras pessoas. Então isso com certeza está me ajudando a ter um pouco mais de tolerância nas relações, a pensar um pouco mais sobre isso, a me entender melhor e a respeitar essa diferença entre as outras pessoas porque eu ignorava, pra mim ela não existia. Então isso também é muito interessante, tem sido um autoestudo muito interessante. Quer dizer aquilo que é normal, o que eu achava que era normal era tudo aquilo que eu pensava, que eu fazia e de repente tem determinada linha de raciocínio, determinada forma como meu cérebro trabalha que é considerada fora do padrão. É fora do padrão da média. Então, isso é importante eu saber disso, até para eu saber como lidar com isso, né? Hoje eu posso virar para minha psicóloga, mesmo que ela não entenda de autismo, e falar olha quando uma pessoa faz isso, isso comigo, como eu devo responder? Porque eu já sei que eu não sabia fazer certo, que eu não entendia o que era o padrão. E ela me ensinar, né? Então, isso é também um apoio, uma evolução. Entender o que não é normal e o que é. Até ontem normal era o que eu fazia.

**Gabriella** - *E como essa transição te afetou ou não como mulher?*

**Diana** - Bem, afetou o meu relacionamento com meu marido, primeiro. Afetou porque nosso relacionamento estava muito ruim, muito ruim. Eu pedia pra me separar todo dia, todo dia. Nossa comunicação era muito ruim e eu o culpava muito sobre isso, né? E nossa relação era muito, muito, muito ruim. E hoje ele tem se esforçado mais pra me entender e eu tenho me esforçado mais pra entender ele. Justamente porque nós chegamos a conclusão de que nosso cérebro funciona de maneira diferente então agente tem que encontrar esse caminho. Bom, esse ano nosso relacionamento melhorou muito, mas muito, muito, em comparação aos outros anos por conta disso. Ainda tem muitas coisas que eu não sei como lidar como mulher e eu não tive coragem de entrar muito bem. De entender minha própria sexualidade, pontos que eu tenho dificuldade, isso eu ainda preciso... Eu ainda não cheguei neste ponto. Ainda vou entrar, inclusive de conversar com as outras pessoas autistas que eu conheço as pessoas neurodiversa. outro dia eu estava até pensando gente, como será que as outras pessoas são? Os neurotípicos também são ou não? Fantasias que eu tenho. A forma que eu lido com o orgasmo, com o gozar, né? E eu tenho realmente uma dificuldade muito grande e isso tem a ver com perder o controle. Eu tenho muita dificuldade de abrir mão do controle, porque eu tenho uma mente muito rígida, né? O controle é importante pra mim. E trabalhar isso,

conversar com outras pessoas autistas de como é isso da questão sexual, também vai ser importante. Porque pra mim eu achava essa uma coisa muito comum e hoje eu sei que não é, né? Então entra essa questão e claro eu penso muito em relação de que mulher já tem um preconceito muito grande ensima dela, imagina uma mulher com deficiência. Uma mãe com deficiência de um filho com deficiência aí... Mercado de trabalho te odeia completamente. Então realmente eu vejo que hoje assim, mercado de trabalho só mesmo via concurso público, não existe outra opção. E aí eu comecei a pensar se é tão imprescindível assim eu voltar trabalhar.

**Gabriella** - *E como mãe? Como essa transição de também ser uma mulher com deficiência alterou ou não?*

**Diana** - Na verdade eu tive uma gravidez comum, com muitas dificuldades. Leon nasceu e tal, teve um desenvolvimento considerado dentro do padrão pela neuropediatra. Não tinha nada fora do padrão era uma criança muito leve, brincava de esconde achou que eles falam que autistas não brinca, olhava muito nos meus olhos, falam que autista não olha nos olhos, depois a neuropediatra foi explicar é que ele realmente tem uma intimidade muito grande comigo, e por isso ele tem um olhar muito profundo comigo. Nós somos muito ligados, nós temos uma ligação muito profunda. O que aconteceu foi que o Leon teve um atraso de fala muito significativo. Ele só começou a falar com quase quatro anos e logo quando começou o atraso... Com um ano e seis mese ele não falava nada, absolutamente nada, nem mamãe, nem papai. Só gritinho e latido, porque ele latia com os cachorros, risos. Aí fui procurar né, tentando informações. Fiquei um ano, um ano e meio procurando informações aí ele fez fono, fez neuropsicólogo esse tempo inteiro até chegar um diagnóstico de autismo. Aí chegou o diagnóstico de autismo e agente começou a trabalhar e eu comecei a estudar. Aí fiquei com hiperfoco em autismo, comecei a estudar, estudar, estudar. E claro, cada livro que eu estudava eu ficava: nossa, mas eu sou assim, nossa eu sou assim. Mas não chegava a conclusão que era autista porque eu sempre achei que eu comunicava muito bem. Eu trabalhei com vendas, eu trabalhei com a comunicação muitos anos. Então, eu não tinha como não ser uma boa comunicadora. Eu sabia como me comunicar desde muito nova, eu comecei a falar antes do tempo. Com 3 anos eu corrigia os meu parentes... o português dos parentes. Só que comunicar é exatamente isso, comunicar não é usar bem o português ou não. Tem autista que não utiliza a linguagem oral e tem autistas que

utilizam a linguagem oral de uma forma errada, ou seja, eu tinha com 10 anos um português extremamente diferente de uma criança de 10 anos. Usava o português arcaico, o português clássico, risos. Eu não sabia falar gírias, eu fui falar gírias com mais de 20 anos né? E eu vejo o Leon ele ama aprender gírias, mas dá pra ver que não é uma coisa tão natural assim de aprendizado. É mais uma coisa de interesse do que natural. Aí nesse tempo eu estava tendo, realmente, um debate muito grande com meu marido, agente estava no entrave muito grande. E foi nesse tempo que... Uns 2 anos depois do diagnóstico do meu filho que meu marido levantou a possibilidade de eu ser autista. Eu não, eu ri. Não é possível. Mas aí a dúvida ficou e eu não sei lidar com o não saber, com a dúvida. Eu preciso saber. E comecei a pesquisar e conversar com mulheres autistas adultas, porque eu já conhecia algumas, né? E foi aí que eu comecei a ficar perdida. E quanto mais estudava, mas eu percebia que tinha lógica o negócio, de entender que a comunicação é muito mais do que isso. Um déficit na comunicação tem a ver com não respeitar a altura de fala, tem a ver com usar o português muitas vezes impróprio para aquela ocasião. Tem a ver com ser muito literal. Ter uma piada que ninguém entende... Eu tenho piadas que eu amo, todo mundo olhando pra minha cara e eu morrendo de rir da piada, e têm o contrário, pessoas que estão lá contando a piada e eu fico: o que essa pessoa está falando né? E foi assim, aí eu comecei a pesquisar e fui em profissionais e fiz testes tudo. E aí você sabe toda aquela dificuldade de conseguir um diagnóstico. E quanto mais eu recebia essa mesma resposta que era minha pergunta; mas eu me comunico muito bem pra ser autista, mais eu conhecia mulheres autistas que tem uma comunicação até melhor do que a minha. Então eu percebia realmente que isso não era o empecilho pra que eu tivesse o diagnóstico, né? Aí entrou outra coisa, a falta de conhecimento dos profissionais, porque se eu tivesse em outro país, provavelmente já teria sido diagnosticada. Ou em outra cidade até.

**Gabriella** - *Por isso o diagnóstico importa né?*

**Diana** - O que eu achei que eu era... Eu tenho 47 anos, vou fazer 50 anos em breve, meio século de vida. Eu passei minha vida inteira sem saber de uma coisa que é extremamente importante, algo que permeia todas as minhas atitudes e pensamentos. Como assim? Como assim eu passei esse tempo... A vida inteira sem saber nada disso. Então sim, é muito importante pra mim essa definição. Muito importante. E eu não agüento ouvir essa pergunta mais, porque ouvi ela de três médicos diferentes: pra que

você quer o diagnóstico? Você é uma pessoa que já casou, já tem filho, que foi bem na sua profissão, que você tava nela. É, formou... Pra quê? Eu acho essa pergunta muito absurda, né? Imagina chegar num médico: eu tenho um... Sei lá, alguma coisa que não vai mudar assim... Que não tem concerto mais, vamos dizer assim, mas eu quero diagnóstico, eu preciso, eu tenho direito, primeiro, como paciente a ter diagnóstico. E segundo, esse não saber me mata, me mata, me deixa completamente perdida. É como você disse é como se eu não soubesse quem eu sou por quase 50 anos de idade. Eu não sei, não sei, eu preciso desse saber. Isso é importantíssimo pra mim.

**Gabriella** - *E você como mãe?*

**Diana** - O que procuro, mesmo antes de pensar em mim como pessoa com deficiência, é que o Leon lide com isso com bastante naturalidade. Já vi em grupos de autistas falando que só quando ficou adulto que a mãe revelou que era autista, e foi muito difícil pra pessoa aceitar, sabe? A pessoa passa uma vida indo ao psicólogo e o psicólogo nunca falou com ela que ela era autista, né? O Leon sabe que é autista. O Leon sabe o que é autismo e fala sobre isso com uma naturalidade muito grande né? E esse ponto pra mim é extremamente importante: que ele veja isso de maneira natural como parte dele. E eu estou sempre explicando isso pra ele. Então, outro dia estava falando com ele que agente ia na Márcia, que foi terapeuta ocupacional dele, e fiz um vídeo que ela pediu sobre integração sensorial. Falei Leon agente vai ter que ir lá na Márcia que uma vez atendeu você... Ele não vai mais nela tem 2 anos. Ele: quem é Márcia? Trabalha com processamento sensorial Leon. Mamãe o que é transtorno do processamento sensorial? Risos. Aí expliquei pra ele que normalmente pessoas autistas, como você tem transtorno do processamento sensorial... Tentei explica de uma forma mais little possível para uma criança de 7 anos pra ele entender. E a ideia é essa, de que naturalmente a gente vai lidando com essa informação de forma com que ele tenha o autoconhecimento profundo de si mesmo né? Pra apreender a lidar consigo mesmo e ao mesmo tempo sem ter vergonha de ser quem ele é, sabe? Isso pra mim é um ponto realmente muito importante. Outro dia agente estava em algum lugar não lembro onde, com quem... Aí uma pessoa fez uma pergunta... É que as vezes acontece isso... Uma vez num taxi o cara perguntou pra ele: você é cruzeirense ou americano? O Leon não dá a mínima pra futebol, né? Ele só sabe que existe o atlético porque sabe que eu e o pai é atleticano. Aí ele falou assim, eu sou autista(risos). O Leon não sabia o que era cruzeirense e

americano falou: eu sou autista, não sou isso daí não, risos. Outro dia a moça fez uma pergunta pra ele respondeu assim: eu sou autista. Aí a pessoa olhou pra mim e falou; nossa, mas ele fala isso de maneira tão natural né? Mas é natural. Isso pra mim é muito importante.

### **Entrevista 3 - Miranda**

Responsável pela transcrição: Leonardo Oliveira Silva. Email - leonardoolesse@gmail.com

Revisão da Transcrição: Gabriella Sabatini

Data: 13/06/2019

Entrevistador: Gabriella Sabatini

Entrevistada: Miranda

Idade: 53 anos

Deficiência: Deficiência física

Profissão: Servidora pública

**Gabriella** - *Como é sua vida? Como é viver com sua deficiência? E o que muda isso ser uma mulher?*

**Miranda** - A minha vida é, no geral... Ser uma pessoa com deficiência acaba que é um desafio que a gente... Tem muito a ver com a personalidade que a gente desenvolve da percepção com relação ao mundo, sabe? É... A gente desenvolve uma forma de observar como as pessoas reagem com sua presença num espaço geral. A gente é... Eu passei por várias fases na minha vida, porque minha deficiência é desde os quatro meses, então você passa pela fase da infância, pela adolescência, então você sempre tem os choques, né? Os choques da infância, brincar... Brincar com os meninos, que para mim sempre foi muito tranquilo, sabe? Porque criança é assim: a criança te pergunta, você responde, e está resolvido. E pega você para poder, para poder, brincar normalmente né? E assim minha mãe sempre incentivou eu saber me defender, eu saber colocar isso aí. A gente vai desenvolvendo até uma percepção, uma forma de reagir né? O que é o contrário, às

vezes, do pai né? Porque a gente tem uma sociedade machista. Ou até para alguns pais é uma coisa que não é fácil, até mesmo para os meus pais também foi, porque sou a filha mais velha. Eu tenho três irmãos, e a primeira filha deles já ter deficiência aos 4 meses. 50 anos atrás era sempre, é... Foi muito difícil para eles, mas ao longo da minha vida essa coisa de colégio a gente passa por uma questão de bulling né? Quando você está na... Você está até no ensino fundamental com nove, dez anos, todas essas coisas né? E... E eu já passei por situações de bulling até inclusive na escola sabe?

Eu tava outro dia conversando com meu marido de coisas que eu me lembro de bulling na escola, de professores que eu perguntava e ignorava minha pergunta na hora que eu queria tirar uma dúvida, e se prontificava em tirar a dúvida de outro colega né? E isso infelizmente são coisas, né? O bulling eu enfrentei até a minha pós-graduação e graduação. Teve gente, assim, que fez até brincadeira perversa: "vamos apostar que a Miranda não vai chegar ao final do curso?" Uma coisa com o ser humano de lidar com a questão da outra pessoa, que é uma situação até uma pouco covarde, né?

### **Gabriella** - *Demais*

**Miranda** - Bem covarde com relação a se apostar na derrota do outro, a gente não sabe até que ponto que o ser humano tem coragem de pensar e fazer em certas coisas.

Como mulher a gente passa por uma situação onde, é... A gente começa a querer se identificar, quando surge aquela vontade de namorar e de beijar e tudo mais, é... E de ter um relacionamento íntimo, de transar, que às vezes é um pouco mais tarde, porque até você começar a se identificar, e quando eu fui... Quando eu comecei a me perceber como tal, eu lembro... Eu lembro uma colega minha de trabalho, que falei pra ela e ela falou assim: "eu vou te levar no meu ginecologista", porque eu não podia falar isso dentro da minha casa, pra saber toda minha condição como mulher, como uma pessoa que pode ter relacionamento sexual, como uma pessoa que pode ter filho, hoje não posso porque já estou na menopausa, então nem se eu rezar eu não vou ter filho, né? Porque já estou na menopausa (risos). Então toda aquela situação de prevenção... Então eu tive que fazer uma coisa toda escondida, então é quando eu comecei a namorar, sair com namorado e não sei o que... Eu me lembro do meu pai falar assim: não! Porque você não pode! Porque quando você era criança... Porque o ortopedista disse que não era para deixar você se relacionar com homem, que "papapa", você namorar, porque isso não é possível para você. Ai eu falei assim: tá, mas você está falando isso tarde

demais, porque eu já descobri todas as minhas possibilidades de ser uma mulher. E isso deixou meu pai furioso, então a partir do momento que eu comecei praticamente a desafiá-lo, porque eu tenho infelizmente... Eu tenho um pai muito amoroso, mas muito machista, então... Aí realmente começa os embates dentro de família e tudo mais, e é engraçado como que as pessoas, elas... É como se você fosse híbrida, como se não tivesse um lado masculino e feminino, ninguém nunca acha que você tem a sua privacidade, sua intimidade. Então as pessoas que você nunca viu, com coragem para te perguntar coisas íntimas do seu corpo, sendo que pessoas que não têm... Você não deu nunca a menor liberdade para elas, as pessoas perguntam, se você... Eu me lembro, eu vou me lembrando dos fatos assim. Eu me lembro uma vez na noite, aquela coisa de chegar, a gente encontrar os caras, ficar com alguém, beijar. E assim um cara chegou para mim de curiosidade de saber do meu potencial como mulher, chegou assim para mim e falou assim: você goza? Aí falei assim: depende do homem. Aí eu falei com ele que ele não tinha o direito de me perguntar esse tipo de coisa, se ele era uma pessoa estranha a mim, né? E que quisesse ou não quisesse algum tipo de relacionamento. E nisso você encontra várias situações, quando você descobre, se descobre... A gente passa por uma fase que você, eu tive intimamente, que é como se eu quisesse provar para mim que sou uma mulher atraente para o homem ou posso ser uma mulher que pode ser ou não ser. Porque tem aqui todo aquele modelo de mulher, bonita, gostosa, só elas que podem, elas que são o cenário da perfeição da mulher boazuda que pode casar, a mulher linda maravilhosa que pode ter tudo, sendo que todo mundo imagina que a gente não pode ter nada, né? Então assim, eu passei por uma fase, é, vou ser assim bem tranquila para falar, de galinagem, que a gente começa a beijar todo mundo e tudo, uma coisa que eu me preocupei muito foi com prevenção, né? Prevenção de doença sexualmente transmissível. E isso tudo foi uma coisa muito sozinha né? A gente descobre com todo esse cuidado da gente o respeito o próprio corpo, um coisa bem sozinha, então todas essas coisas. Eu sempre me respeitei nisso, mas, no entanto, eu via que... Quer dizer... Estou provando para o homem, estou provando para mim, então você chega numa parte que eu não tenho que provar nada para ninguém e vou fazer na hora que eu quero, todo mundo acha que tem que passar a fase da galinagem, num momento da vida (risos). Aí você passa e falar que não tem que fazer nada para provar nem para mim nem para ninguém: eu não tenho que fazer nada, então. Você faz mais as escolhas, com mais respeito a você mesmo né? Mais respeito com... E quem é íntimo da gente sempre tem coragem de falar e às vezes ser até cruel, tipo: "quem é que vai te

querer? Quem vê você como mulher? Você não é mulher par ninguém". E isso a gente ouve de parente, de irmão (a), de primo, gente que acha que você é uma idiota, acha que, né? Então se fazem na família, você imagina fora né? É... Eu já tive aí vários relacionamentos. VARIOS RELACIONAMENTOS... Eu tive um relacionamento... Eu cheguei quase próximo ao casamento, mas não deu certo, não deu certo, muito estresse, e a gente terminou. Aí todo mundo cai em cima, falando: "está vendo? Ele só queria te enganar porque você é uma boba, achando que alguém te queira, né? Você é uma boba, eu não sei o que... Ninguém te quer não, e as pessoas querem se aproximar de você para aproveitar de você e não para gostar de você!" Como se a gente não fosse merecedora de afeto.

Aí depois desse relacionamento sério eu conheci meu atual marido, que estou a 14 anos, e que muita gente tentou ficar dando moralismo, porque ele insistiu na gente se relacionar; ir para casa dele... A gente fazia várias coisas e minha família sempre tentando breçar de alguma maneira o nosso relacionamento, às vezes desqualificando ele, tratando mal quando ele ia na minha casa, entendeu? Ignorando, falando mal, e ele nunca deixou... Ele devolvia na mesma moeda, sabe? Ele falou assim: isso não vai me fazer... Então as pessoas tentavam tratá-lo mal para poder fazer com que ele se afastasse de mim, antes da gente... Até o momento em que nós decidimos estar juntos, que foi em 2004, a minha família tentou fazer de tudo para me afastar dele, seja me desqualificando ou desqualificando ele. Ele brigou com algumas das minhas irmãs porque tentaram humilhá-lo, eu falei assim: não, ele não tem que fazer esse tipo de coisa não. Tentando passar a mensagem de que não era possível se relacionar comigo porque ninguém ia deixar. Então houve o momento em que, uma coisa que eu falei que ia deixar para lá, deixei para lá, mas aí o troco veio em seguida, quando foi no sepultamento da minha avó, e meu pai falou assim: não! Nilo seu marido, não! Em que eu fui a São João Del Rey, e eu queria ver minha avó. Aí meu pai falou: você vai porque sua avó ajudou você muito quando você fez uma cirurgia no Sara, ok. Ai o Nilo, o meu marido, iria comigo, e a fala do meu pai foi uma coisa muito perversa. Aí o que aconteceu, teve aquilo tudo, e a gente foi no carro: eu, meu pai, minha mãe e o Nilo. Aí na volta meu pai chegou e falou assim: "eu ofereci uma carona para sua prima Mônica, aí eu ofereci uma carona para ela e alguém vai ter que ficar para trás, então decidi que o Nilo fica para trás, vai eu, você, sua mãe e ela. Até em termos de retornar aconteceu esse evento. Aí falei assim: Quê? Mas cabem 5 pessoas, aí ele disse: o carro estraga, por causa disso. Aí eu disse: é? Então vocês vão voltar sozinhos porque vou voltar com ele de ônibus.

Então minha família ficou furiosa, furiosa. Aí falei assim: pode ir, eu não vou com vocês não, eu vim de carro e vou voltar de ônibus. Aí voltei de ônibus, e ainda tive que pedir dinheiro, porque nem eu e o Nilo estávamos sem previsão financeira, pois ele, na época, estava em transição de trabalho, essas coisas. Então estavam eu e ele em São João Del Rey sem dinheiro nem nada. Aí o que eu fiz, pedi para meu tio emprestado para poder comprar a passagem e voltar para BH.

**Gabriella** - *Relacionado ao que disse, fala mais de como que sua família lidou e lida com sua deficiência?*

**Miranda** - A minha mãe que sempre lida com isso mais... Porque ela falava: minha filha isso... Minha filha aquilo... Agora, minhas irmãs, eu tenho uma afinidade muito grande com meu irmão caçula. Já eu tenho uma irmã que tem uma vergonha danada de mim, extremamente preconceituosa, é... Agente pouco se relaciona exatamente por essa rejeição dela. A outra é mais tranquila, mas está lá nos Estados Unidos tem muito tempo, mas ela lida com isso de uma maneira mais próxima. Eu tenho sobrinhas e minhas sobrinhas são super descoladas, não tem essas, são adultas tem 20, 18, 15 anos. Eu tenho um sobrinho de 2 anos agora né, que é um o bebezinho, que é o filho do meu irmão. Meu irmão sempre foi muito tranqüilo, sempre quis essa conveniência, mas o que acontecia e acontece no geral na minha família é que meu pai falava que é tudo difícil pra Miranda, tudo difícil.

Mas tudo difícil para ela é difícil de acordo com a conveniência, a aparência. Então não gostava de me levar para eventos de família, essas coisas. E tudo difícil para ela, mas eu trabalhei e fiz faculdade pegando ônibus sozinha, e todo mundo ignorando essa minha dificuldade, senão eu nem teria feito faculdade, e foi tudo na base da chantagem: se meus irmãos fizeram faculdade eu vou fazer também. "E você não vai!" foi esse nível de enfrentamento, então era na época da faculdade: pegar ônibus carregada, tomando tombo, cadeira pra cima e pra baixo. Então eu tenho duas graduações e uma pós, e na pós também foi deste jeito. Então é um reflexo do que acontece com muita gente.

A gente tem que ser duplamente resistente com relação a esse embate, embate. Assim as pessoas escondem a gente, aí na hora de mostrar para todo mundo: "ó você que ajuda", só para mostrar pra todo mundo como se ajudasse... Sendo que nunca fez nada. Tanto que num evento, uma irmã que nunca fez nada... Numa festa de família, que foi um aniversário da minha mãe, para mostrar para todo mundo, ela falou: "nossa você não

quis que te buscasse? Eu falei assim: você nunca me levou e nem buscou em ligar nenhum, e eu fiz ela passar vergonha na frente de todo mundo. Para com essa palhaçada! Você nunca me levou e buscou em lugar nenhum, que bobagem que é essa. Para com essa encenação! Virei às costas e sai. É essa coisa bem de camuflar uma situação sabe? Uma situação de esconder a gente e sempre foi uma coisa muito sozinha, porque eu falava: não, eu não aceito esse tipo de coisa, eu quero ser muito mais que isso, que as pessoas costumam impor por causa do preconceito delas. Isso é uma coisa que de uma forma perdura de uma maneira diferente até hoje.

Quando eu falei para o meu pai, assim: tchau, estou indo embora, vou embora com o Nilo. Meu pai teve um treco na minha casa, falou que eu era ingrata, que ele fez tudo por mim a vida inteira e chorava e ficava tenso e via eu fazendo as malas, eu tirando minhas coisas, tenso, né? E depois ele esbravejou: ingrata e coisa assim. Aí eu disse: eu vou viver minha vida. Porque ele sempre falou: você vai viver o resto da sua vida com a gente mesmo. Até foi uma espécie de desafio porque..., como eles viram que eu não ia deixar de me relacionar com ninguém, tentavam fazer de maneira perversa, impedir de alguma maneira, mas depois que falei tchau, estou indo embora, já assinei um contrato de aluguel, estou indo embora; e ele falou, mas aqui você tem tudo que você quer. Aí eu falei: eu quero liberdade, eu quero ser livre né! E aí ... Aí aconteceu que na primeira noite que eu estava com Nilo no apartamento, meu pai me ligou e perguntou: você não quer dormir aqui não? Aí falei: não papai (risos). Quando já tinha mudado, já tinha deixado, não tem mais nada meu aí papai. Eu vou te ver sempre não preocupa não. Eu vou te ver sempre. Aí ele mudou, é como se tivesse mudado o comportamento, sabe por quê? Porque ainda aquela visão machista... Aí você imagina, uma mulher, e mulher com deficiência? Ele mudou o comportamento até com nível de respeito um pouco maior, porquê? É como se a mulher tiver que se projetar na imagem do homem, porque quando você tem um homem, você tem mais respeito, não tem essa imagem mulher? Tipo: ela conseguiu. É um evento, mulher com deficiência casada é um evento, virou um assunto de pesquisa científica e tecnológica (risos). Então a gente vira um evento, um evento de curiosidade. Um outro evento é as pessoas imaginarem... Estão você é uma pessoa com deficiência? Seu marido tem alguma deficiência? Uai, mas porquê? Uma pessoa negra tem que casar com negro, um branco com um branco e tudo mais? Porque eu necessariamente precise ter um companheiro com deficiência? Não necessariamente. Não, meu marido não é uma pessoa com deficiência. Ah e não sei o que... (Cap3 )Aí as pessoas: você pode ter filho? Poder, eu posso e depende da escolha, e a gente fez uma

na época. E antes de eu conhecer ele a gente fez uma matéria no Estado de Minas e eu falava que eu era namorada mesmo e eu estava com uma amiga minha também usuária de cadeira de rodas que estava grávida, né? Aí a repórter falou assim... Perguntou assim: como que seu filho vai nascer? Se for menina vai nascer com cadeirinha cor de rosa e se for menino de cadeirinha azul? Lógico que vai nascer como uma pessoa comum, eu não tenho incidência genética que vai fazer com que minha filha ou filho nasça com alguma deficiência.

E a gente enfrenta isso também na área médica. Quando a gente tem que fazer o preventivo contra câncer, eu fui fazer o controle, porque eu uso DIU, eu ainda não tirei não, mas agora estou na menopausa, não tem jeito mais. Aí, estou usando DIU fazendo preventivo, e vem a médica e pergunta, eu naquela posição horrorosa, ela me pergunta se tenho relação com meu marido. Aí respondi: se eu estou fazendo controle do DIU essa sua pergunta é no mínimo desrespeitosa, eu posso te responder: ele se relaciona com a vizinha. Se eu sou casada com ele? Pelo amor de Deus! Eu ouvi isso de uma médica, é impressionante como as pessoas levam para o trabalho delas, para a carreira delas a impressão com relação à pessoa com deficiência, a relação. E no mesmo dia tive que fazer a mamografia e a médica que me atendeu estava muito difícil de fazer a mamografia, o aparelho não descia, eu sentava em cima de alguma coisa para poder ficar equilibrando para usar o mamógrafo, aí a médica fez lá de qualquer jeito, qualquer jeito mesmo. E ela falou: vou recomendar que você faça outra mamografia, mas não volta aqui não porque a gente não tem gente para te atender. Procura um outro lugar para você fazer mamografia.

Então são coisas que a gente enfrenta nessa negação das pessoas na sua qualidade como mulher né? E querer a privacidade e não deixar as pessoas invadirem e fazer perguntas altamente inconvenientes, eu faço questão. Eu passo isso adiante porque ninguém tem direito de invadir sua intimidade ou privacidade. Acaba que eu falo muito e você deve ter um monte de pergunta né e...

**Gabriella** - *Então, que pessoas e relações desde a infância te trouxeram mais o capacitismo em sobre você? E que pessoas e relações te trouxe a noção de que você tem possibilidades?*

**Miranda** - É, o capacitismo ele vem assim quando eu consegui trabalho... Capacitismo ele vem de um encontro, um encontro que a gente teve com os colegas de trabalho, foi o

segundo emprego na verdade, aí eu fui contratada e depois passei no concurso do governo do Estado. Aí eu tinha meu gerente, minha chefia e estávamos com os colegas. E meus pais foram também. Eu tinha um chefe que foi muito bacana, ele chegava e cobrava para mim uma atuação, e eu tinha que procurar perguntar para resolver a situação das organizações. Aí meu pai chegou e começou discutir com ele porque ao mesmo tempo que acreditava, tentava me puxar para traz. Aí meu pai falou: não, você não tem que dar nada para ela não, dá qualquer sala para ela atender telefone porque é só isso que ela tem possibilidade. Você não precisa dar nenhuma possibilidade dela avançar não, só isso está muito bom para ela se ocupar e distrair.

Então o que as pessoas acham que a gente está no trabalho para distrair e nunca para produzir. E aí entra a questão do trabalho e vem a questão do trabalho, assédio moral no trabalho. Tive durante os anos todos, especialmente no serviço público, muito assédio moral, e a gente têm que estar atenta. Engraçado é como se a gente não tivesse o menor valor. O tempo inteiro tem que estar atento as insinuações das pessoas, ao que elas dizem sabe? Dizem com gestos e com atitudes até sorrindo para você, quando tentando puxar seu tapete, enquanto você mostra um pouco mais de possibilidade que outra pessoa sem deficiência. O quanto as pessoas tentam te culpar por alguma ineficiência, querendo direcionar a questão, sempre vai referenciar a sua deficiência.

Eu já tive... Porque eu também tenho a minha graduação em tradução, eu fiz meu trabalho na época foi pra um parceiro de um ex chefe meu, o que aconteceu: o cara não queria pagar o meu salário. Eu fiz o trabalho e o cara não queria me pagar, a sorte é que eu estava trabalhando com outros tradutores também em conjunto e aí fizemos reunião para discutir a questão de termos técnicos. E o meu ex chefe começou a fazer chacota comigo na frente de todo mundo e aí a gente estava com advogado. A sorte é essa porque a intenção dele era me humilhar na frente de todo mundo, para usufruir do trabalho que eu tinha feito profissionalmente e não pagar por ele, falando que não foi um trabalho bem feito. Aí ele teria que provar tecnicamente que o trabalho não estava bem feito, e estava porque as próprias pessoas, os cliente que haviam indicado, as próprias pessoas que haviam indicado, falaram para ele parar com isso, você não pode fazer isso com as pessoas. E ele tentando me detonar, me humilhar na frente das pessoas, e tinha outras pessoas da empresa e todo mundo ficou muito assustado com aquilo.

Isso se passa atualmente, hoje eu coordeno na área da tecnologia assistida no governo do estado, mas eu sempre tenho que provar também, impressionante, porque as pessoas

que também não conhecem do assunto às vezes tendem levar isso para outra, tentando me substituir na função, sabe? Tive, a uns três anos atrás, para você ver como que a gente tem... Olha que eu tenho trinta e tantos anos de governo, tive uma diretora que ela tentou articular com toda a minha equipe, que eu tinha equipe de bolsistas, doutor comigo, tinha outras pessoas na área da fundação de amparo a pesquisa... E a diretora ao invés de tentar dirigir para mim que sou coordenadora do projeto, ela falava com o pessoal da minha equipe... Então ela me pulava e falava com o pessoal da equipe como se eu não existisse, entendeu? Aí ela começou a tomar decisões pelas minhas costas e armar uma situação para poder dismantelar o meu projeto. Aí deu o dia que eu descobri, e eu vi uma oportunidade e a gente brigou na frente do superintendente. Eu falei que ela estava tentando... E eu sei porque. As pessoas que trabalham comigo tem um extremo respeito, se você não tem o superintendente me tira da diretoria dela, porque ela está fazendo isso com relação a mim, ela está combinando as coisas fora do trabalho para poder acabar com a minha imagem diante do projeto. Então foi um nível de perversidade de forma absurda.

Ela tomava as decisões... falava para o subsecretario e me excluía totalmente da situação, então eu falei assim: Se vocês não tirarem meu projeto dela, vocês vão se virar para apresentar esse projeto, porque eu não tenho que me submeter a isso. Então esse tipo de enfrentamento a gente tem, e a gente não ter esse tipo de atitude diante das pessoas, de extremo profissionalismo... Porque as pessoas se esforçam cada vez mesmo para ser bons profissionais e tentam acabar com a gente na área profissional. E é impressionante que se você tem uma falha, as pessoas só imaginam você no seu cenário de deficiência, não porque você falha como qualquer outro ser humano, mas sim pela sua deficiência. Aí tudo migra para a questão de você ser deficiente. Então você tem que ficar muito atenta, mas atualmente nessa nova gestão eu tenho percebido alguma coisa também das pessoas tentarem se livrar do projeto. Às vezes minha presença incomoda, eu me importo? Mas nem um pouquinho, nem um fio de cabelo. Não é palco de vaidade, trabalho é trabalho, palco de vaidade é outro lugar. Então a gente se descobre ao longo da vida e a gente começa a tomar decisões sabe, diante desse posicionamento das pessoas em relação a você. Eu falo demais ne Gabriela.

**Gabriella** - *Na infância e na adolescência você já percebia que essas atitudes que está detalhando?*

**Miranda** - Percebia, mas tinha meus problemas de ficar deprimida, ficava, mas nunca tive acessos de depressão não. Aí para poder me construir psicologicamente, eu sozinha sabe? Procurei psicólogo para falar sobre isso, para falar de preconceito, coisas que percebia. para eu resolver isso. Porque a vida é muito difícil. Acho que todo mundo tinha que ir para o psicólogo, porque é muito difícil, todo mundo te julga aponta o dedo, um monte de coisa sabe? E na hora da sua dificuldade você fica sozinha, a gente fica sozinha na hora das decisões em relação a nós mesmos, a gente sempre está sozinha. As pessoas: você tem um gênio forte? Sim, eu tenho um gênio forte. Mas isso foi toda uma situação que eu vi que eu tinha que ter uma postura firme, com relação ao mundo, as pessoas, pra não permitir a humilhação de ninguém, a falar com as pessoas o preconceito que elas têm. Se você está vendo dessa forma eu estou vendo isso na sua atitude, e recentemente agora, nessa nova gestão, eu tenho falado isso. Quer dizem, não foi agradável, mas eu tenho falado isso de uma maneira bem branda, falando com as pessoas como se elas fossem crianças (risos). Olha aqui, olha aqui só essa sua fala, essa sua atitude... Porque você não conhece essa forma de lidar com a tecnologia assistida. A gente fala com pessoa com deficiência de qualquer jeito, então está falando da pessoa com deficiência, está falando de mim como pessoa com deferência, então você começa a despertar nas pessoas... Olha sua atitude com relação ao assunto, olha sua atitude como perceber. Então a pessoa tenta trazer entraves se você vai e executa uma coisa dentro dos seus prazos... Minha sorte é que sou virginiana, e virginiana é toda certinha (risos). Isso até nos salva. Aí as pessoas tentam ficar te pedindo para fazer os três tudo de novo, aí você fala: mas já está tudo pronto. Aí eu chego e falo assim: não eu não vou fazer isso não, eu falo: mas isso já está pronto, assim você não vai entender desse assunto aqui em duas páginas, que são coisas que eu tenho... que eu estou tendo que refazer, coisas que a gente encara em mudança de governo, com pessoas novas. Então as pessoas tentam entender um assunto em duas páginas sendo que você fez um trabalho de três anos, por exemplo. Você não vai saber, você não vai entender, porque as pessoas não entendem a pessoa com deficiência trabalhando, coordenando projeto, estudando, ou tendo um vencimento melhor, ou requerendo um vencimento melhor. Porque as pessoas acham que você merece migalha, exatamente pela vontade de explorar a capacidade das pessoas, quer dizer, exploram, mas aí elas sabem da capacidade, mas tentam dizer que você não tem capacidade de desenvolver aquele trabalho que você já fez, pessoas se apoderam do que você faz. Tentam desqualificar sua fala né? Então, às vezes, tenho postura. O pessoal até fala: grossa, mas você manda o recado. É um saco

isso, eu, às vezes, falo com meu marido: olha eu tenho vontade de parar tudo, dar uma sumida, porque você tem que ficar ligadassa o tempo inteiro. Você tem que ficar super ligada o tempo inteiro, sabe, porque uma pessoa pensa isso, pensa aquilo, e quando você orienta uma pessoa, caso você precise de ajuda; ah não, eu faço assim! Não, eu estou te pedindo para fazer assim, não assim, e melhor, eu estou decidindo a fazer isso para mim, então todo mundo fica tentando tomar frente do que é melhor para você. Nossa, é um saco isso, é muito chato.

**Gabriella** - *Você percebeu esse embate de capacidade e incapacidade? E quais pessoas e relações que mais te motivou a ter uma postura contra isso?*

**Miranda** - Ó a militância, com mais de 20 anos no segmento de pessoas com deficiência, me fez ter essa visão por que até então a gente imagina que só a gente que tem né? Porque você não vê os espaços, só a gente que tem. Então vira aquela coisa, novidade, tem mais gente. Você conhece pessoas em várias situações de deficiência, você aprende muito e assim a militância começou no movimento de luta, associações e tudo mais. E depois eu falei assim: as pessoas têm que levar a gente um pouco mais a sério, não achar que somos só um ponto de,... De... Ó, que bonitinho, aquele capacitismo de superação que eu... Detesto essa palavra, você não tem que esperar nada dos ouros, você não deve nada a ninguém, ninguém paga as suas contas, ninguém está na sua vida né? Então o pessoal fala em exemplo de superação. Eu não sou exemplo de nada, não faça isso comigo, porque superação é uma coisa que as pessoas... Superação individualmente... Você não tem que superar para mostrar nada para ninguém, então é uma palavra que eu detesto, é o raio da superação... Tem uns capacitismos que mata, que transpassa meu coração, exemplo de vida, superação: "Você faz isso nossa que impressionante". Não, não tem nada de impressionante e só sobrevivência, todo mundo faz isso, você não faz isso então é só questão de sobrevivência. O que você falou aí? Que eu já esqueci!

**Gabriella** - *E relações e pessoas que mais demonstraram esse embate capacitista?*

**Miranda** - E, isso fez, e assim ao longo da militância fui presidente do Conselho Estadual da Pessoa a Deficiência. Aí nisso tudo eu fui estudando sobre a política da deficiência. Participei de uma maneira mais ou menos na construção da LBI,

movimento de Vida Independente. Faço parte do movimento de Vida Independente da concepção do movimento, acompanhei esse negócio da questão da LBI, que eu não gosto de chamar de Estatuto, lembra o que te falei? Eu não gosto porque Estatuto dá duas visões porque é comportamento assistencialista dos nosso país e assim como se a gente fosse um bonequinho. Se funcionasse de um jeito só, porque Estatuto é coisa de instituição além do Estatuto comparar o Estatuto da Criança e Adolescente e ao Idoso que são mais do protecionismo, então te remete à ideia do capacitismo. Então eu falo para todo mundo: eu não aceito a palavra, eu não aceito mesmo a palavra Estatuto, eu falo sempre LBI. O pessoal coloca Estatuto, a Dilma fez o favor de colocar o “Estatuto da Pessoa com Deficiência”, e na época que ela ia sancionar o LBI teve um evento na assembléia e eu era presidente do Conselho e o Paulo Pain veio e eu falei com ele: fala para não referenciar isso como estatuto por favor! Porque estatuto leva a ideia de capacitismo, leva a ideia de gente que tem que ser protegido. Precisamos ser protegidos? Precisamos, mas não é a nossa única demanda, nossa demanda é ser cidadão de direito, direito de espaço, direito de agir.

**Gabriella** - *E como você acredita que o Direito influencia ou não influencia na experiência da mulher com deficiência?*

**Miranda** - O Direito, Direito como direito legislação ou direito cidadão

**Gabriella** - *Pensa o Direito a partir das suas experiências*

**Miranda** - Ó, eu vejo que, assim, em termos de legislação, eu acho né? Todo mundo fala: a legislação é muito ampla. Mas a gente tem uma cultura das pessoas não consultarem a legislação, então a gente tem que pegar a legislação para realmente você usar ela como um direito seu, de ser cidadão, sabe? A legislação para gente funciona... Tem que ficar super atenta, sabe? Atenta... E nem sempre a maioria das pessoas com deficiência, nem sempre elas se apropriam da legislação para solicitar um direito seu, tem direito da saúde, educação e tudo mais. Então a legislação nos protege bastante, então você tem que pegar ela e desenvolver muito argumento em cima, você tem que fazer esse exercício de raciocínio. Então como direito a ser uma mulher, ao espaço, à privacidade, de ir, direito à privacidade, de ir ao banheiro, que as pessoas acham que a gente não tem, e tem que ficar exposta como se você não tivesse. A falta de

acessibilidade e negação. Você vai num lugar, onde um lugar não tem nada adequado onde, você não encontra nada que seja acolhedor, acessível. Você vai voltar nesse lugar? Nunca. É igual restaurante, se um restaurante te atende mal você volta lá? Nunca. Eu não, você não volta. Então porque a pessoa com deficiência não aparece em grande proporção nos espaços públicos, porque planejamento urbano acha que só tem que colocar... É o tal do modelo médico, só coloca acessibilidade lá na área hospitalar, porque você tem o modelo médico né? Porque só lá que tem pessoa com deficiência né? Só lá que tem. Então você não tem... Tem poucos nas universidades. Se você perguntar para as pessoas, você vê pessoa com deficiência dentro de universidades, você vê pessoas com deficiência? Não, não vê porque a UFMG aqui é muito difícil de andar. Eu tenho umas manhãs, mais ou menos, eu já tinha vindo aqui... Não sei se foi no outro prédio, foi num outro evento que teve, então entrar pela Antônio Carlos para mim é beleza, ai eu já tenho que planejar se eu viesse por lá, pela Carlos Luz, no 5102, porque ai já tem o CB, a faculdade de educação e tudo mais, ai ontem eu fiquei pensando, e até imaginando, deixa eu ver qual vai ser o melhor caminho para mim. Então quer dizer, eu vou sair, pegar o ônibus, vou para o trabalho tranquilamente.

**Gabriella** - *E o Direito como instituição, você acha que ele está contra o capacitismo ou reproduz ele?*

**Miranda** - O Direito como instituição de garantia que você está falando né? Como instituição de garantia...

A LBI, até se você pensar nos vetos da Dilma, que eu estudei... Se você pensar nos vetos dela, ela fez uma mexida de maneira em que alguns conceitos que compõe a questão do desenho universal: igual um dos vetos que ela colocou na área da educação... Ela vetou porque não conhece o conceito de desenho universal, que você pode entrar e sair com autonomia onde há envelhecimento e há uma negação da própria sociedade. Porque é uma resistência. Uma negação, por exemplo, de envelhecimento: uma negação de que existem pessoas com deficiência que são vítimas de acidente de transito, vítimas de bala perdida, de eventos sociais, que hoje tem uma característica muito forte, infelizmente. Você, dificilmente vê alguém com poli, ou o que foi o meu caso que tive Síndrome de Guillain-Barré com 4 meses, né? Então você dificilmente... A medicina avançou muito para dar qualidade de vida, e evitar que esse evento de vírus acontecesse, mas aconteceram outros eventos e uma outra cara, que é a negação que a dificuldade de

você estar na cidade, de você se apropriar da cidade, uma pessoal que tem uma lesão medular, que hoje são os meus argumentos dentro do projeto, que eu coordeno... Eu falo assim: olha, hoje as pessoas com deficiência... A deficiência, ela está em função desses eventos que as pessoas negam, negam a violência, negam acidente de trânsito, infelizmente nós temos aí, e eu vou falar que é uma falta de conhecimento. Com a falta de conhecimento completo. Quer dizer, não vive a realidade. Então eu acho que a legislação, ela, o que falta em muita, em muitas situações, é a população estar cobrando dos legisladores e do Executivo, e é um desafio, dentro dos poderes instituídos, é muito difícil a execução de alguma coisa com relação às pessoas com deficiência, e a cultura, a lei existe... Mas ela não é cumprida, quer dizer, não é cumprida, mas também não estou com vontade de cumprir, sabe? Sendo que existem gestores públicos que tem a responsabilidade disso, então o pessoal fala: ah não, você, a sua experiência como pessoa com deficiência... Você pode falar de todos assuntos. Nem sempre porque as pessoas com deficiência, às vezes, elas acreditam naquele capacitismo que a gente tenta combater a todo tempo e a maioria vive dele; do assistencialismo, de não acreditar, de não enfrentar, de não encarar o mercado de trabalho. Então a gente tem realmente que andar por muitas conquistas. Então é usar do instrumento que a gente tem para fazer ele funcionar, a gente tem um problema de cultura com relação a isso.

**Gabriella** - *Como você lida com os movimentos sociais para pessoas com deficiência? Você percebe que o próprio movimento reproduz ou não o capacitismo, se reproduz ou não como isso ocorre?*

**Miranda** - O movimento reproduz muito o capacitismo.

**Gabriella** - *Como?*

**Miranda** - Reproduz em querer vantagem usando a deficiência, entendeu? Querer vantagem e a sociedade quer também usufruir da vantagem que acha que a pessoa com deficiência tem: desconto em tudo... Então a pessoa pede, em função do deficiente ficam pedindo; quero desconto do IPTU, quero desconto do imposto de renda, quero desconto para ingresso, quero desconto... E quando você não concorda com isso, você pode até concordar com alguns pontos, quer dizer... Uma coisa que aconteceu na secretaria nacional que é uma pessoa surda, ela teve a coragem de afirmar que desconto

para veículo de pessoa com deficiência e uma regalia, ela afirmou isso em nota. E eu tive vontade de matar, porque exatamente uma pessoa surda, que não conhece as outras deficiências. E uma coisa que acontece... Até o pessoal fala isso na escola política do movimento e pessoas com deficiência no filme em que as pessoas começam a se unir querendo o direito, mas quem vai representar, vai ser o intelectual, vai ser o surdo, vai ser o cego, e isso infelizmente é contaminado até hoje dentro do próprio segmento. Todo mundo acha que sua deficiência é a pior de todas, e o catastrófico de todos, a minha é muito pior do que a sua, e os políticos utilizam disso para poder ter voto., eles utilizam isso.

Eu vou fazer isso, eu vou fazer aquilo, até a questão do PPC: todas as pessoas com deficiência deveriam ter o direito ao PPC, não a gente tem que ter o direito ao PPC num determinado momento. É igual à bolsa família, é a mesma coisa, o raciocínio, é o mesmo. A pessoa sai da bolsa família para ter dignidade, a pessoa sai do PPC para ter dignidade. Ganhar trabalho, produzir, tenha dignidade na própria vida, não que o PPC seja falta de dignidade, ele existe para dar dignidade, mas você não pode ficar a mercê de um instrumento que pode acabar de hoje para amanhã. Agora as famílias e pessoas com deficiência, ainda utilizam muito do assistencialismo, do coitadismo, do capacitismo, ainda tem isso, às vezes, e eu já briguei muito dentro do segmento. Porque você tem uma situação melhor. Por eu ter tido uma oportunidade melhor, que eu acho que as pessoas têm que ter um nível de consciência diferente, se eu puder vou defender o PPC? Vou! Para quem precisa, lógico que vou. Porque eu também aprendo com esse tipo de necessidade para quem está ainda na faixa da pobreza, as pessoas com deficiência, ainda são focos de pobreza, ainda tem relação deficiência e pobreza porque ela impacta na família, impacta na pessoa, a pessoa não consegue ocupar espaços ainda né? E fica numa situação de carência né? E então ainda impacta né? Eu aprendi demais, muito, eu aprendi mais ainda quando eu fui presidente do Conselho e a gente ia para o interior e estava fazendo as conferências né? E eu coordenei a última conferência para pessoa com deficiência no Ouro Minas, eram quase quinhentas pessoas, era uma coisa de doido, quase arranquei os cabelos, mas foi... O bom é que você conhece todo mundo porque eu viajei nas conferencias municipais e a gente pegava carona para dar palestra magna, para falar da Convenção. Porque eu estudei para falar da política para pessoa com deficiência porque eu tive essa oportunidade, senão eu tenho que dar essa contribuição. As pessoas têm que sair dessa situação que replica na sociedade desrespeito né? Então, uma ou outra situação: colocar um rampa, uma guia, é um

resultado... Eu quero ser alguém que não anda no meio da rua, não quero andar no meio dos carros, não quero ser atropelada, eu quero ter acesso à universidade, eu quero tecnologia para poder assistir uma aula, eu quero fazer universidade, eu quero fazer mestrado,

**Gabriella** - *Como foi sua descoberta da sexualidade? De que maneira você percebe que o capacitismo esteve ou está, ou não esteve ou não está, presente nas suas relações afetivas sexuais? E como ser mulher muda isso?*

**Miranda** - A minha descoberta foi me experimentar mesmo, porque a dedicação da sua qualidade de mulher é sempre o tempo inteiro. Então foi fazendo bobagem, foi saindo com amigos e tudo mais. E olhando a possibilidade de eu ser uma mulher bonita, de eu ser uma mulher atraente, de ser uma mulher interessante, uma mulher que pode ter todo um conjunto de eu mesma, para ser bacana para um companheiro, para um cara que se fosse interessar, e agente é muito criada naquela ilusão de casar, e quando você não quer mais, ele aparece (risos). Quando você acha que é bobagem, ele aparece. Então, eu, especialmente, que tive irmãs, os meus pais ficavam muito... Tem aquela coisa da família, vigiar para não ficar grávida, mas eles vigiavam muito as minhas irmãs, e como nunca foi foco porque havia negação... Então eu fui muito mais livre, então para mim foi ótimo porque ninguém dava menor bola para minha galinhagem (risos). E ninguém me dava bola, e meus pais focavam na minha irmã para não engravidar, pra ter um bonitinho relacionamento, namoro, noivado, casamento, filho, aquelas coisas todas contadinhas. Como eu não era foco de nada, então eu fui muito livre sabe? Tive muitas dores por isso, isso doía para mim, você perceber isso. Isso dói, porque e como se as pessoas não acreditassem em você mesmo né? Então tinha momentos que às vezes as bobagens que a gente fazia, que eu fazia tendo namorado, beijando demais, e não sei o que. Às vezes era porque eu queria me reconhecer como... Me descobrir como uma mulher, entendeu? Então às vezes a gente se viola nesse sentido, aí depois quando você vê você, faz assim: ah que bobagens, quanta bobagem a gente faz por conta disso, porque a gente fica sozinha nisso. Aí você tem uma família que é criada naquela coisa bonitinha, e você fica pensando porque que eu não sou? Eu não posso ser admirada dessa forma, aí você vê aquele falso moralismo, de família e tudo. O falso moralismo no momento da sua vida, ele te pega, mas aí sua descoberta é uma coisa extremamente visual. Então, você começa a procurar formas sabe? A conviver com várias pessoas. E a

se descobrir mesmo, eu acho que todo mundo tem esse momento de se descobrir sabe? Pessoa, mulher, sexualidade, respeito próprio, amor próprio, sim, não. Mas é realmente o que acontece e que as pessoas sublimam em você. Você é uma pessoa, igual eu falei, mas você não tem sexualidade, as pessoas às vezes têm a coragem de invadir a sua privacidade e perguntar se você transa e as vezes você tem que ser grossa para falar que... E dar conta dela. Você não pergunta isso para qualquer pessoa, você nunca chega para uma pessoa que nunca viu na vida e pergunta isso. É como se a pessoa, tipo assim, olha o senso crítico do respeito com relação à pessoa com deficiência, ele não existe.

Então vou atender a minha curiosidade e posso perguntar qualquer coisa, mesmo que eu invada o espaço dela, sabe? Então as pessoas não têm esse senso não, não tem esse radar não, o 'semacol' passou longe, sabe? Passa longe. Essa coisa de ter filho, como se você para ser admirado tem que ter filho? Porque, isso te deixa na qualidade de ser alguém admirável, de ser aprovado na sociedade, e você muda quando você é uma coisa parecida com os outro. É como se você fosse uma pessoa de meia deficiência, porque você tem alguém, um marido, ou você teve filho. Eu já ouvi casos até de médicos... Com relação a conhecidas minhas que são pessoas com deficiências e que tiveram dois, três filhos, e quando ficaram grávidas, o médico disse: olha é melhor abortar. Então os médicos recomendam. Mas não é porque você tem um problema de saúde, é como se fosse para não dar trabalho; como você vai cuidar? Às vezes a minha mãe mesmo: ah se você tiver filho como você vai fazer? Você não vai poder ter esse filho, como você vai cuidar? Então eu vou abortar porque as pessoas não sabem como vou cuidar do meu filho? Quer dizer, você comete um crime por causa dessa situação de comodismo, então são coisas assim bem agressivas com relação a nós, que a gente tem que desenvolver, e não permitir que essas coisas aconteçam com frequência.

**Gabriella** - *Como foi sua inserção no mercado de trabalho? As expectativas criadas na graduação foram supridas?*

**Miranda** - Não. Não. Com relação, tem muita coisa para contar: eu fiz dois anos de direito, e eu sofri muito preconceito na faculdade, muito, muito, inclusive do diretor, né? Era minha paixão formar como... ser advogada. E eu sofrendo pressão para sair, a diretoria acadêmica, pedindo para eu sair da escola, para eu ir para outra faculdade, né? Era faculdade particular: muda para outra, tem possibilidade de você ir embora, coisa assim. Criando dificuldade para eu subir escada, mudando de sala. Eu era carregada

pelos colegas da faculdade, e como era nova... Se fosse hoje eu punha fogo na faculdade e eu ia formar de qualquer jeito. Aí eu tranquei a faculdade no quarto período, porque todo mundo falou: não, isso não vai dar certo. E meu pai falou: não, não vai dar certo, você não serve para ser advogada. E eu acreditando naquilo, muita pressão de tudo, é muita pressão. Aí fui para bacharelado de tradutor e interprete. Eu sou bacharel, e fiz depois a complementação em letras, e depois eu fiz pós-graduação em educação ambiental. Sou pós-graduada em educação ambiental, aonde o projeto meu... A gente criou uma ONG que gerencia um centro vocacional tecnológico em Nova Lima, e a gente estava ensinando os estudantes a falar da questão de recursos hídricos, a falar da questão de horta, horta comunitária. À falar da valorização das questão da mineração, então, ai depois dessa... mesmo ainda no serviço público, quando eu fiz faculdade, eu já estava empregada e meu trabalho foi... Eu tinha conseguido com indicação numa empresa de engenharia. Foi o primeiro trabalho meu, trabalhei em almoxarifado, conheci tudo que é caminhão que você pode imaginar, conhecia as peças todas do caminhão e sei lá o que. Depois eu fui pra um banco que prestava serviço para o serviço público, ai foi realizado um concurso interno e eu passei, e até esse do banco foi o meu pai que conhecia uma pessoa e falava: eu quero um trabalho para minha filha e tudo mais. Foi quando eu fui para o banco de crédito, é que nessa área administrativa a gente prestava serviço para o setor público. Ai depois internamente e desde então eu estou no serviço público. Tentei sair, porque é... Durante todo esse tempo, tá? Eu nunca fui reconhecida profissionalmente, só nos três últimos anos que eu tive uma melhoria, depois de mais de anos... Nos três últimos anos que eu tive uma melhoria, estou tentando ainda porque agora está aumentando minha responsabilidade, mas uma resistência interna das pessoas a melhorarem o seu vencimento, né! Que com resistência interna muita grande, as pessoas acham que você tem que ganhar menos fazendo muito mais, o tempo inteiro, provando para o ego delas e não para o seu, porque para o seu você sabe?

Então eu quase que tive o intuito de sair do serviço, mas hoje eu percebo que eu teria muito mais, dificuldades se eu não fosse efetiva no Estado. Eu seria... teria sido uma das primeiras pessoas a serem mandadas embora, por causa das várias reações e as pessoas pesquisando para ver se dava jeito de dispensar. São coisas que a gente tem que ter um posicionamento muito firme, com as pessoas, e até nessa gestão perguntaram se eu era efetiva, se interessasse, porque interessa, não devia interessar. O trabalho devia interessar, não se eu sou efetiva ou não. Então essa coisa, a gente enfrenta, porque as

peessoas tentam cortar você. E a gente tem que ser forte, conversar, tem que ser, tem que ter clareza, de quem você é, porque ninguém te dá esse valor, essa autonomia. É uma coisa meio difícil, mas é uma coisa que você tem que enfrentar a vida inteira, o tempo inteiro. É como eu percebo.

**Gabriella** - *Qual o valor da autonomia da independência para você?*

**Miranda** - Ah, muito bom. Você faz o que você quiser, você não deve satisfação para ninguém, você se torna livre de opinião, sabe? Esses enfrentamentos que eu te relatei, hoje eu falo que sou uma pessoa livre, vou para onde eu quiser, penso o que eu quiser, né? Eu quero respeito das pessoas, sim. Porque, por exemplo, uma vez meu pai: porque seus irmãos concordam comigo e você não? Aí falei: porque eu tenho opinião diferente, sou uma pessoa diferente, falei para meu pai que sou livre. Se você tem clareza de você como pessoa, você é livre. Eu sou livre, melhor coisa do mundo. Você conquista qualquer coisa da vida.

## Entrevista 4 - Miranda

Responsável pela transcrição: Gabriella Sabatini

Revisão da Transcrição: Gabriella Sabatini

Data: 06/11/2019

Entrevistador: Gabriella Sabatini

Entrevistada: Miranda

**Gabriella** - *Você falou muito da relação entre capacitismo e machismo? Como você percebe esta ligação na sua história?*

**Miranda** - Agente acha que o machismo está ligado apenas à mulher com deficiência, mas não tá né? Tá ligada a um homem... É como se você perdesse a sua identidade como pessoa, seja homem ou mulher... Faz parte da sua pessoa... É como se a deficiência isolasse aquilo, e retirasse aquilo de todo seu ser, sabe? Então, quer dizer, a mulher não pode ter filho, o filho que nascer vai ter deficiência, como você vai cuidar do seu filho, né? E essa valorização de mulher reprodutiva, também, né? De imagem de mulher reprodutiva. Por isso que quando as pessoas vêem uma mulher com deficiência que tem filhos, ela vira um estudo de caso. Na verdade não é, porque a geração dela como mulher é a mesma coisa. Mas imediatamente as pessoas não pensam nisso, pensa mais na carcaça de fora, na parte de fora, né? Então realmente o capacitismo, especialmente pra mulher... Porque a mulher é muito cobrada e nós mulheres... Eu acho que é porque eu percebo muito essa questão das mulheres na família, né? As mulheres sempre assumiram muito, todas as coisas e não ficou diferente com relação a minha vida. Por exemplo eu tenho um marido que colabora, contribui muita... Mas muita coisa eu tenho que pensar como mulher da minha casa, e tem que lembrar dos afazeres, mesmo que eu não tenha aprendido, porque minha mãe falava que não ia precisar aprender muita coisa porque não ia sair de casa mesmo. E os meus pais falavam isso na minha cara. Então isso me estimulou a pensar: o quê? Eu quero ter a vida que eu escolher, né? Então ela está muito ligada a esta questão do capacitismo com o machismo. Porque infelizmente são duas questões que pra gente pesa muito.

**Gabriella** - *Você acha que por sermos mulheres o capacitismo é diferente?*

**Miranda** - Eu acho que é diferente, igual uma mulher e um homem sem deficiência, porque também exige da mulher ser bonitona, gostosona. E o homem nem tanto. Homem tem essa imagem de fazer coisas mais simples. Agente tem todo um cenário de produção nossa pra sermos mulheres... E mesmo mulheres interessantes, né? Ainda persiste muito esta questão da mulher ter que fazer um esforço maior pra ela exercer a sua feminilidade. E é engraçado porque quando a gente é foco deste tipo de capacitismo a feminilidade tinha que está ligada a autoestima e não está nem em relação a mulheres sem deficiência, e em relação a mulheres com deficiência? Porque ser feminina, vaidosa, tem que ser primeiro pra você, antes de colocar uma outra pessoa na nossa vida, você tem que se reconhecer. Isso não é ensinado pra gente hora nenhuma. Nem as mulheres foram, com ou sem deficiência, se parar pra pensar.

**Gabriella** - *Como foi se descobrir como mulher?*

**Miranda** - Eu sou a mais velha de quatro. Eu tenho duas irmãs mais novas e um irmão caçula. Então eu reparava muito o comportamento, seja dos meus pais, parentes e amigos, com relação às minhas irmãs. Eu consigo falar disso abertamente, que é uma diferença muito grande... Foi através dessa observação porque minhas irmãs são muito bonitas e tinha os namorados, e tudo mais. E eu demorei mais tempo pra poder ter um relacionamento, uma vida sexual ativa. Demorei mais tempo. Então a minha descoberta veio da observação: não, eu quero viver isso, eu quero me observar, eu quero ver o que eu tenho de atraente, quero trabalhar nisso. E às vezes agente até faz muita bobagem. Bobagem no que diz respeito a.... Ah, será que eu posso ser atraente na parte íntima, no exercício da sexualidade, na hora de transar. As vezes agente tenta pra provar pra nós mesmo, né? Que você pode ser interessante e deixar um homem excitado. Ah eu deixo o cara excitado! E aí você cai na bobagem daquela... O momento galinhagem. Então, eu sempre tive muito cuidado com minha saúde, né? Sempre prevenindo e evitando. Já passei alguns sustinhos de ficar grávida, mas não aconteceu nada, graças a Deus. E depois deste momento, tem um momento que agente: não, do mesmo jeito que eu quis transar com o cara e falar que eu queria transar com ele, eu quero poder dizer que eu não quero e que vou querer a hora que eu quiser, sabe? Então essa segurança veio depois de bastante tempo, sabe? Porque você começa a perceber que essas abordagens dos homens em cima das mulheres... Abordagens em cima de mim, teve uma época foi grande, porque eu acho que eu sempre exerci um tipo exuberante e procurei ser

interessante... Muitos homens as vezes queriam ter relação comigo por curiosidade. É uma coisa muito esquisita, parece que você está provando doce, né? Quando eu percebi isso: não, sai fora, porque se não for bom pra mim, não vai ser bom de jeito nenhum, ou seja, vai ser muito ruim. Mas, assim, de quem eu me relacionei, eu sempre procurei manter o respeito, falar sobre isso. Eu tive a sorte dos homens que eu me relacionei não serem agressivos. Eu tive muito namorado, mesmo. Não sei se é porque era outra época. Eu achava que era louca, e até as vezes irresponsável. Hoje eu não teria coragem de fazer isso, tem muitos homens agressivos e exigindo da mulher que ela o sirva né? Hoje não teria este comportamento. Teria muito mais cuidado.

**Gabriella** - *E hoje como se sente?*

**Miranda** - Eu me sinto segura, porque.... Por causa da pessoa que eu tenho na minha vida. E o homem que tenho na minha vida... Tanto eu quanto ele... Nós somos muito sincero um com o outro. Quando agente acha uma pessoa bonita... Agente não tem aquela coisa doentia... Agente brinca, tem esta relação de brincar, poder olhar pro outro e comentar alguma coisa. O que é mais curioso é que as pessoas acham que ele está comigo, que ele cuida de mim, que ele não é um homem, macho comigo, e não é verdade, né? O que eu estou tendo que fazer ultimamente quanto a isso porque a minha menopausa me prejudicou em termos de libido. Quando você entra na menopausa nossa libido dá uma despencada. Então você tem que dá... Tem que exercer sua criatividade. E realmente é complicada... Associa esta questão... Você tem que prestar atenção na sua relação com seu companheiro pra não deixar esta baixa de libido por causa da menopausa atingir sua relação. Acho que é um desafio que toda mulher enfrenta.

**Gabriella** - *Queria voltar na autonomia na sua história?*

**Miranda** - Até na minha vida diária. Existem coisas que eu não dou conta de fazer e que antes eu fazia, à anos atrás. Isso às vezes dói, dá um pouco de aflição, você não poder ter as mesmas habilidade que tinha a uns anos atrás. Autonomia pra mim... Eu penso muito rápido, é encontrar alternativas para o avanço da minha cidade... na minha idade, porque com minha idade avança e a deficiência agrava. Uma coisa que eu estava conversando agora no ônibus com uma pessoa que eu conheço que é até aqui deste prédio... Que agente não é criado para perceber nossas limitações. É o envelhecimento

né? O envelhecimento pra nós pessoas com deficiência é um negócio complicado. Você tem que saber lidar e encontrar alternativa e ser muito habilidoso. Extremamente habilidoso. O avanço da idade, o avanço da deficiência e o avanço das suas limitações, e tem que procurar alternativa. Você se reprograma toda, tem que refazer, como vou continuar fazendo o que não dá mais pra fazer sozinha. Então este tipo de coisa é bem íntima mesma, sabe? Eu vejo este tipo de relação, esta realidade com relação a minha própria vida.

E agrava porque quando você acerta, você é super ultra mega, quando você erra, o seu problema é a sua deficiência. Você não pode errar. Se você errar o seu problema é a sua deficiência: não disse? Assuma isso, faça isso, faça aquilo. Há pouco tempo participei de um processo seletivo em controle social, que tenho muito experiência, nossa foi uma coisa impressionante, porque a plataforma de seleção teve defeito e eles: nossa seu currículo... por telefone, não seu currículo é muito bom, vamos marcar entrevista. Quando eu passei pela porta na hora da entrevista as conversas já começaram: nossa tem muita, tem muita gente que está concorrendo, tem muita gente nisso, muita gente naquilo, o que eu duvido, né? E aí acabou que o processo de seleção foi pra uma pessoa que... Eles expuseram o currículo da pessoa. Foi uma decisão política, que esta pessoa não tem relação nenhuma com temática em questão. Então quer dizer, pode ter tido outras pessoas com conhecimento na temática do controle social, que era a temática né? E o pessoal nas duas primeiras fases, eles ficaram empolgado, mas na hora da entrevista pessoal, as pessoas te qualificam... E eu... Se eu tivesse mais disposta eu tinha afrontado os entrevistadores na frente mesmo porque começaram falar que tem muitas pessoas, e eu comecei a perceber falas e gestos de que: olha, eu estou te vendo aqui, mas você já está fora, entendeu? E no final me falaram: muito obrigado pelos serviços prestados. Aí cheguei e falei: não, obrigado não, estou concorrendo, não é obrigado. Tipo assim: muito obrigado eu estou te colocando pra fora. Então é um negócio complicado. Entrei com recurso... Ainda vou fazer escândalo com relação a isso. Tem que fazer barraco, têm que fazer barraco mesmo. Agente tem que conquistar este tipo de coisa e não deixar as pessoas te agredirem neste sentido. Uma coisa que até devo ter comentado por você em outro momento é que com relação ao exercício profissional é que toda hora tem que ficar ligada no que as pessoas manipulam ao seu redor pra colocar você pra fora, né? Aí depois as pessoas falam que você é agressiva. Não, não sou agressiva. Agente não pode admitir certos desrespeitos. A mesma coisa é a exclusão encima do negro, do homossexual que têm suas competências e são excluídos do mesmo jeito. O pessoal fala

que não deixa transparecer, mas nessa última concorrência que participei ficou super claro isso pra mim.

**Gabriella** - *Eu queria que você voltasse na abordagem que fez sobre as legislações sobre a pessoa com deficiência?*

**Miranda** - Esta parcela da população, se ela sabe que é foco de preconceito e tudo mais, ela precisa entender isso. Porque quando ela entende pode tomar dois caminhos. Uma de revoltar, fazer barraco. Ou virar pra pessoa e falar, olha porque você não pode fazer isso, então eu tenho direito a isso. Á umas semanas atrás as escolas particulares estão negando matrícula de pessoas com deficiência. Porque que a pessoa com deficiência não pode ser matriculada? Ah não temos recurso. Uai não tem recurso não. Se você investe pra receber aluno então o investimento tem que ser o mesmo com relação a acolher essas pessoas. Então não vai fazer, vai vender sanduíche na esquina, né? Se não quer se relacionar, não quer receber as pessoas... Se não quer receber, não recebe ninguém, começar a escolher né? E eu acho que as pessoas conhecerem a legislação, elas conseguem se posicionar. Porque às vezes agente se posicionando com clareza, ninguém... Se você reparar, se você vê o direito de qualquer pessoa violado, as pessoas às vezes não vão, não brigão, deixa do jeito que está... Mas agente não tem esta chance porque agente não tem escolha. E se agente não tem escolha, agente tem que ter clareza e se reconhecer: como vou reagir com relação à defesa desse direito? A promoção do meu direito? Fala muito de defesa. Eu até quando fui presidente do Conselho da Defesa da Pessoa com Deficiência (CDPD), agente estava propondo um projeto de lei pra mudar o nome do conselho para Conselho Estadual da Promoção da Pessoa com Deficiência. Porque se não defesa fica parecendo que os outros é que tem que defender você. Aí você não sai de ter que ter alguém pra proteger você. A sua necessidade é diferente da minha, se você não falar da sua fica por isso mesmo, se eu não falar da minha, igual agente acordou: eu te encontro assim, neste e neste lugar, dessa e dessa forma, pronto, resolvido.

### Entrevista 5– Lia

Responsável pela transcrição: Leonardo Oliveira Silva. Email - leonardoolesse@gmail.com

Revisão da Transcrição: Gabriella Sabatini

Data: 07/07/2019

Entrevistador: Gabriella Sabatini

Entrevistada: Lia

Idade: 30 anos

Deficiência: Deficiência física

Profissão: Jornalista

**Gabriella** - *Como é sua vida, como é viver essa vida com sua deficiência, e como ser mulher muda isso?*

**Lia** - Hm... Viver uma vida com deficiência é uma vida que você tá sempre, sempre, sendo lembrada que você é diferente de... Diferente do seu colega de serviço, ou diferente do seu colega de sala. E diferente porque às vezes tem uma escada que está no meio do seu caminho, ou porque tem uma letra que você não enxerga, ou porque às vezes você tem um passe de ônibus que não funciona para você passar para trás, e você tem que ficar na frente. Você é sempre lembrado de que você é diferente de... E, com relação a ser mulher, você é sempre lembrada também pela sua deficiência, pelo olhar dos outros. De que você é... Como é que eu vou dizer? Não quero usar a palavra inferior não, mas, que você é... Não é igual às outras mulheres! Então alguns questionamentos que são comuns ao gênero feminino, tipo: “E os namorados?”, “Quando você vai ter filho?”, e não sei o quê... Quando você tem deficiência já é esperado que você não tenha nenhum namorado e que você não tenha filhos, e que você não tenha uma vida independente. Então você é sempre uma categoria inferior, um subalterno, talvez, às mulheres sem deficiência.

**Gabriella** - *Me fala um pouco sobre como sua família lidou e lida com sua deficiência*

**Lia** - Ééé! Sempre tentaram me proteger das coisas. Na verdade até hoje isso acontece,

às vezes. Outro dia fui fazer compra com meus pais, fazer supermercado. E eu moro sozinha, tenho minha casa, tenho minha vida. E minha mãe queria me dar a mão para eu descer o degrau do supermercado, ou segurar as minhas sacolas do supermercado. Coisa que eu já faço sozinha a muito tempo... Mas sempre tem essa questão de proteção: “Ah você não consegue isso! Você não dá conta daquilo! Não vai ali! Você vai machucar!”, etc. E é uma coisa que tá na minha vida e vai estar na minha vida para sempre, eu acho. Não tem muita escapatória não. Meus pais sempre fizeram de tudo para que eu tivesse uma vida boa, mas dentro dos limites deles, no que eles dariam conta de me ajudar. Quando eu passei desse limite: “ah, eu vou viajar sozinha; vou fazer intercâmbio; vou ser jornalista”. Ai eu tive conflitos. Aí as possibilidades deles me ajudarem diminuía, porque eu ia crescendo, eu ia para além desse cercadinho deles. E isso foi muito difícil para eles lidarem também, e não foi por mal. É porque eles não teriam como me ajudar se eu precisasse.

**Gabriella** - *E como foi lidar na adolescência com sua deficiência? Na escola, na família, com você mesmo?*

**Lia** - Então, eu sempre fui à única pessoa com deficiência em todos os lugares que eu ia. Na escola eu era a única com deficiência. Ééé! No segundo grau eu era a única com deficiência... Então, assim, quando eu tava no colégio não queriam me colocar junto com a turma regular de primeira à quarta série. Aí na época não tinha lei de inclusão, não tinha nada disso. Aí minha mãe teve que chamar a secretaria de educação para obrigar a escola a me aceitar, porque eles tinham medo de eu atrapalhar a turma. Eu demorei um tempo a mais para ler e tudo. No segundo grau não tinha esse nome de “bullying” na época, mas eu sofria piada o tempo todo, porque eu andava diferente, porque eu era mais devagar. Uma vez um menino me disse que se eu tivesse um filho ele iria nascer igual um alien, porque eu era estranha segundo ele né. Ééé! Na faculdade eu também era a única, as pessoas só olhavam. Não tinha mais essa questão do deboche, da fala, da piada. Mas sempre alvo de olhar, por que o estranho chama atenção, o diferente chama atenção. Não adianta. Se você é diferente da norma, dos corpos normativos, sempre vai chamar atenção de alguma forma. Não tem como viver e ser totalmente, como eu vou dizer, misturado na multidão. Não existe essa opção para quem nasce com deficiência. A gente é sempre é alvo de alguma coisa, de chacota, de piada, de olhar, de pergunta, de curiosidade, e sempre foi assim. E é assim até hoje, e eu não

vejo como isso vai mudar em algum momento. A minha existência chama atenção, porque eu não ocupo o lugar que a sociedade me deu. Eu ocupo outros que eu quis ocupar. Então assim, sempre chama atenção, não tem jeito. Não tem como ser anônima, isso que eu queria falar. Não tem como ser anônima.

**Gabriella** - *E você gostaria de ser?*

**Lia** - Sim. Sim. Mas não existe essa opção pra mim.

**Gabriella** - *Conta quais pessoas e vivências foram importantes para você ter noção do capacitismo da sua vida e também quais pessoas e vivência foram importantes para entender que tem um lugar no mundo?*

**Lia** - Meus pais. Porque o primeiro limitador da minha vida foram os meus pais. Por mais que eles tenham sido lindos e maravilhosos. Me criaram muito bem e tudo, tem também esse lado. Era sempre: “Você não vai dar conta!”, “Não, ‘pera’ ai que eu vou fazer pra você!”. Eu não preciso que ninguém faça nada pra mim. Se eu precisar, eu peço. Porque eu sou autônoma. Então, por ser autônoma, vem com essas dores e delícias. Eu sei, hoje eu sei o que eu dou conta e o que eu não dou, e se eu precisar de ajuda eu vou pedir. Mas para eles não. Era o capacitismo o tempo todo: “Ah, você não dá conta!”. A pior coisa que uma pessoa pode falar para a outra não é o que ela não pode, é o que ela não dá conta. Porque se ela não dá conta já pressupõe que ela já não consegue. Quando te falar “você não pode”, já acham que você pode alguma coisa, mas não querem que você faça. Se você não dá conta, então você não pode. Então nas palavras dos meus pais, nos discursos dos meus pais para mim, com o intuito de me proteger, foi o meu primeiro contato com o ‘capacitismo’. Depois vieram os professores, eu acho, principalmente da primeira a quarta: “Ah não, não coloca ela na educação física que ela não vai dar conta de acompanhar a turma”, “Ah não, mas nesse livro aqui a letra é muito pequena e ela não vai da conta”. E você ouvir isso a vida inteira de pais, de professores, de familiares, você introjeta. E você acha mesmo que você não vai dar conta. Então eu acho que a escola foi muito marcante pra mim, porque ao mesmo tempo que eu era alvo de atitudes capacitistas, eu precisava sair desse lugar se eu quisesse ir pra frente, senão eu tinha parado lá na oitava série.

**Gabriella** - *Então respondendo a segunda parte da pergunta: quem mais te demonstrou que você tem lugar no mundo?*

**Lia** - Eu acho que essas mesmas pessoas, porque, pra mim pelo menos, eu sempre quis coisa, nunca fui passiva.

Eu quis coisas. Eu quis estudar, eu quis estudar inglês, eu sei lá! Quis pôr um aparelho. E as mesmas pessoas “não, você não dá conta, você não pode”, era as que me instigavam a querer essas mesmas coisas. Por que eu ficava pensando: como assim você vai colocar limite no que eu dou conta de fazer? Eu sei o que eu dou conta de fazer ou não. Esse corpo aqui é meu. Eu que vivo com ele vinte e quatro horas por dia, eu que sei. Eu não conseguia desenvolver esse raciocínio naquela época, mas era mais ou menos o que eu pensava. E também eu acho que as mesmas pessoas que eram capacitistas, eram também as pessoas que me empurraram para frente, sabe? Ou eu usei elas como trampolim, não sei...

**Gabriella** - *E como foi sua descoberta da sexualidade, da afetividade? Como você percebeu a e percebe o capacitismo nessas relações afetivo sexuais, ou sociais mesmo, de amizade, sabe?*

**Lia** - Quando eu... Quando você é mulher hétero, que é o meu caso, cisgênero, né? Você vem com alguns... Algumas coisas que você tem que fazer. Então, na época da adolescência: “ai a gente tá começando aqui, ficou com fulano, ficou com ciclano”. Eu não ficava com ninguém. Ninguém queria ficar comigo. Na época das festinhas, “ai peguei fulano, peguei ciclano”. Eu não pegava ninguém. Eu era a menina que ficava no canto, ali. Ai fui ficando mais velha: “e os namorados?”. Eu não tinha. Eu não tinha namorado. Eu sempre tava sozinha. Ah, ninguém nunca me perguntava, por exemplo, quando eu queria ter filhos. Porque já partiam do pressuposto que eu não iria da conta. Então esses lugares que são dados para as mulheres heterossexuais, cisgênero, não eram dados para mim. Porque o meu corpo era um corpo dissonante, um corpo diferente do corpo da norma. Então é um corpo errado. É como se como se eu fosse um produto com defeito. Existem teorias feministas que dizem que nós mulheres com deficiência, que nós mulheres na verdade, né? Que nós somos produtos para consumo do homem. Eu não, porque eu vim com defeito. Eu nasci com defeito. Isso sempre ficou muito claro na minha cabeça, por mais que hoje eu consiga falar de uma forma mais sistematizada e

organizada. Eu sempre soube disso, assim, que tinha uma coisa errada, no que eu estava vivendo e como eu era vista. Mas eu não sabia o quê que era. A deficiência me deixava... Me deixava (risos) mal acabada para esses padrões, e eu acho que a minha vontade de ser mulher é que me mostrou isso. Porque eu queria, não, sei lá se eu quero ter filho. Mas eu queria pelo menos ser perguntada se eu queria, porque todas as mulheres ao meu redor eram, sabe? Eu queria fazer parte daquilo. Por mais que hoje eu entendo o quanto essa construção é errada, ela é doente pra gente, eu queria fazer parte. Porquê a gente vive em sociedade, a gente quer fazer parte de alguma coisa. Mas eu não tinha referência.

**Gabriella** - *E depois, no momento em que essas relações se iniciaram? Você viu o capacitismo acontecendo?*

**Lia** - Total, total...! Já aconteceu de rapazes virarem pra mim e dizerem: "olha eu quero namorar com você e com a outra, por que você não dá conta de transar né. A outra dá. Mas você é muito inteligente, eu gosto de conversar com você. Mas você não dá conta de transar...". Já teve vezes de rapazes, falando estritamente desse tipo de relação, viraram para mim e falavam assim: "Ah não mas não dá para namorar com você, você não serve para namorar não, não dá né! Você não consegue, não tem jeito." Quando eu quis ter a minha primeira relação sexual, eu criei a situação para. Eu corri atrás. Normalmente, eu não vou generalizar, porque toda generalização é burra. Mas normalmente chega num ponto que a mulher tem isso na vida. Tem... É natural essa passagem, para mim não. Eu não era desejada. Por que assim... Quando você pensa em uma relação de afeto, dessa que você tá pensando... Dessa que você tá questionando... A primeira coisa que faz com que essa ponte seja feita, na minha opinião, é o olhar do outro. Vamos supor que você está num bar, o outro te vê, aí tem interesse. Isso não acontecia comigo. Fica de olho torto. Por que sei lá! Eu olho diferente, né? Eu sou meio vesga por causa da catarata etc. Então olhar despertado para mim não era um olhar de desejo, era um olhar de curiosidade. E a curiosidade não gera sexo, assim, normalmente né. Uma mercadoria quebrada não quer ser comprada, digamos assim, na minha metáfora. Então é muito difícil estabelecer pontes assim. É difícil.

**Gabriella** - *E nas relações sociais em geral?*

**Lia** - É mais fácil, porque as pessoas querem cuidar da gente, porque a gente não dá conta de muita coisa né? Igual eu pontuei. A relação heterossexual é muito cruel nesse sentido. Quero ver... De onde eu falo né? De onde eu sei, assim. Por que os homens querem uma mulher perfeita. Uma mulher sem pelo, sei lá! Uma mulher que não é gorda. Muita perfeição... Eu já nasci imperfeita! (Risos)

Como que faz? Agora amizade, essas coisas é mais fácil porque não tem essa relação de desejo e nem, entre muitas aspas na mercadoria, né? Outra pessoa pode cuidar de você numa boa. As vezes é abusivo. Já aconteceu de eu ter amizades meio abusivas, assim... Capacitistas também né, mas é menos. Na minha opinião não tem complicador, eu acho.

**Gabriella** - *Como foi a sua inserção no mercado de trabalho? Suas expectativas criadas na graduação foram cumpridas?*

**Lia** - Não. Eu não consegui emprego depois que eu me formei. Só consegui emprego quando eu fiz concurso público que tinha uma cota para pessoas com deficiência. E aí, eu não sei até hoje se o mercado tá ruim ou porque achava que eu não ia dar conta de fazer. Na verdade dentro do meu trabalho eu já sofri situações capacitistas. “Ah, não vamos dar essa pauta para Mari fazer não, por que ela não vai conseguir”. Mas alguém me pergunta? Não. A deficiência como ela é uma, ela é marcada no seu corpo, as pessoas sentem-se no direito de tomar decisões por você, o tempo todo. Ninguém te pergunta, pelo menos pra mim. Eu consegui um emprego hoje, eu tenho um emprego tal porque eu fiz concurso público, e dentro das leis de concurso público vagas especiais para pessoas com deficiências. Mas eu passei em sétimo lugar geral no concurso que eu fiz. Eu não precisava dessa vaga. Mas foi o jeito que eu achei de me inserir no mercado de trabalho. E isso acontece com muitas pessoas com deficiência, porque eu já tive experiências com cotas para pessoas com deficiência, das leis trabalhistas. No meu primeiro emprego eu ficava 8 horas checando se o relógio de ponto funcionava ou não. Então de meia hora eu ia lá na catraca ver se estava funcionando ou não. Mas eu não tinha mais nada para fazer. Eu era uma vaga para cumprir cota. E hoje ainda acontece, por mais que eu já tenha nome aí no mercado, já tem cinco anos lá na onde eu trabalho na TV, e tal. Mas ainda acontece isso. As vezes eu ainda tenho que me impor. Mas ninguém me pergunta.

**Gabriella** - *Eu queria voltar mais na infância... Durante a infância e a adolescência, na escola em si, você acredita ou não ter incorporado algum capacitismo?*

**Lia** - Total. Eu costumo dizer que eu to... Eu acho que eu vou passar a vida inteira para me curar da minha infância.

**Gabriella** - *Me conte um pouco*

**Lia** - Por quê... Ah! É tão difícil por que é muita coisa que a gente passa. Então eu passava dois, três meses do meu ano engessada, escutando os meninos... Eu morava no prédio na minha primeira infância, escutando os meninos brincando pela janela e eu não podia descer. As pessoas que iam me visitar, crianças, às vezes a mãe levava. E eu não estou culpando totalmente as crianças não, porque as crianças reproduzem o que elas ouvem dos adultos. E a gente vive numa sociedade doente, tóxica em relação a isso. “Ai não a gente, a gente não pode colocar ela para brincar porque ela não vai dar conta de acompanhar”, então eu ficava eu era sempre a menina do cantinho. Eu não tinha uma turma. Nem na minha família mais próxima, tipo primos assim. Até hoje eu sinto essa distância meio velada dos meus primos. Por que o brincar é um laço que você faz, é uma forma de estabelecer laço. E eu não tive isso, não aconteceu assim. As crianças iam imitar o jeito de eu andar, me zoavam né? Como a gente diz assim... Os pais eram: “coitadinha não pode fazer isso com ela etc”. Até hoje né, criança é um bicho meio complicado. Eles olham, ainda olham assim, não tem filtro. Esse filtro social, que é hipócrita, na minha opinião, dos adultos, mas as crianças não tem. Então foi uma infância que eu brinquei muito sozinha, eu imaginei meu próprio mundo, do mesmo jeito que eu criei minha própria vida, porque eu não tinha referência de como ser mulher com deficiência, na infância eu criava meus amigos, meu próprio mundo assim. E isso reflete na minha vida adulta porque hoje eu ainda tenho dificuldade, acho, em ter amizades e fazer laços porque esse meu lado e não foi tão desenvolvido na infância. Em compensação o lado de resolver coisas de meio que, de me bastar mesmo, foi desenvolvido, porque eu ficava muito sozinha. Eu passava tempos sem ir na escola, estudando em casa. E é uma vida inteira para segurar mesmo, do que ficou. Por que a infância, você tá sendo formado para vida né! E alguns machucados que você adquire lá, não tem terapia que sucede totalmente não. Você revisita essas dores as vezes.

**Gabriella** -*Como você lida com os movimentos sociais da pessoa com deficiência? E você acha ainda que são ou não capacitistas?*

**Lia** - Deixa eu pensar... O que acontece! Como são inúmeras as deficiências, inúmeras são as faltas de movimentos com deficiência. Outro dia eu tava lendo lá que eles não querem, não querem que visão monocular numa lei lá, não sei direito explicar, mas por que pessoas com visão perfeita em um olho vão ser consideradas pessoas com deficiência também. Isso pode legitimar pessoas que realmente tem deficiência. É muito difícil falar isso porque quem sou eu para julgar uma pessoa que tem visao monocular. Eu tenho visão monocular também, mesmo que o olho do outro seja perfeito, sabe? É um movimento que talvez eu ache que esse exemplo meu seja infeliz, mas o que eu quero é que ele é muito fragmentado, muitas são as faltas, as pessoas querem muitas coisas. Não é uma luta uniforme, porque os modos de vida não são uniformes. E cada modo de vida necessita de uma coisa diferente. E às vezes pessoas que estão por trás desses movimentos nem nem tem deficiências sabe, aí eles querem lucrar em cima das pessoas com deficiência, das fragilidades com pessoas com deficiência. E isso deslegitima o movimento, muito. Por eu estar aqui na federal fazendo esse mestrado eu já tô no meio do movimento, mesmo que eu não queira. A minha existência aqui já é política.

**Gabriella** -*E como você percebe a sua existência política aqui na federal?*

**Lia** - A gente aqui dentro também é visto... Não sei agora né, porque eu acho que já tenho um lugar, um nome. As pessoas que chegam, elas já são vistas como pessoas que talvez não vão dar conta de completar o programa ou que talvez não consigam ficar aqui, porque aqui não é um ambiente totalmente adaptado para pessoas com deficiência, dependendo da sua deficiência. E também as vezes a gente é visto como um ratinho de laboratório mesmo, tipo. Há fortes indícios que eu fui a primeira pessoa com deficiência no programa de comunicação aqui. Isso é visto como uma curiosidade de até quando ela vai dar conta. Quando você olha para uma pessoa e já se pergunta até onde ela vai dar conta e isso já é uma atitude muito capacitista. Por que você tá julgando a capacidade daquela pessoa de existir e de exercer, sem nem conversar com ela, só pelo que você tá vendo. Isso é cruel. E a gente é alvo disso o tempo todo aqui e em outros espaços

também. E a nossa existência aqui dentro é política no sentido de resistir ao capacitismo. Isso é pesado. Eu não queria isso para mim. Mas eu acho que estar onde eu estou, com os privilégios que eu tenho... Eu não tenho como me furtar a me posicionar aqui o tempo todo. A minha existência, meu estar aqui, já é uma forma de se posicionar também. Eu possa ocupar o espaço que eu quiser! Não é uma sociedade que vai me dizer até onde eu posso ir ou não. Isso já é uma grande luta. Já estou meio que lutando contra a sociedade, contra o sistema que você está inserido, né? Isso é cansativo.

**Gabriella** - *Pra você, o que mais diferencia o movimento da pessoa com deficiência do movimento feminista, do movimento racista? O que falta pra gente?*

**Lia** - Eu acho que falta a gente se reconhecer como mulher. Porque o quê que acontece, pelo menos na minha vivência. Eu vou falar para ti da minha vivência e não da vivência de outras pessoas com deficiência não. A gente recebe tanto diagnóstico, é tanta cirurgia, é tanta consulta, é tanto médico, que a gente se esquece de ser mulher, a gente se vê como um prontuário. A gente não se vê como mulher. Então como se a luta feminista e a luta das mulheres, como que um amontoado de diagnósticos vai querer entrar nessa luta. Se ele tá preocupado com a coluna, com o olho, como sei lá o quê! Como você se constrói como mulher? Como se fala lá Simone de Beauvoir num contexto enorme de socialismo e tal. A mulher não nasce, ela se torna, a mulher com deficiência ela tem que correr atrás de ser, porque ninguém dá para gente. Se você não se vê como mulher como você vai querer comprar as causas do feminismo? Não tem jeito. E aí também volta aquele negócio que eu tava falando mais cedo da articulação. São muitas formas de deficiência, então são muitas lutas.

**Gabriella** - *Como você acredita que o Direito (pode pensar o Direito da maneira que você quiser) influencia ou não nessa experiência da mulher com deficiência?*

**Lia** - Antes de responder, só quero dizer que eu não tenho conhecimento profundo de Direito, vou falar a partir de mim mesmo. Então assim, é complicado. Eu acho que as leis precisam ver a pessoa com deficiência, a mulher com deficiência, como sujeito de direito, porque aí a gente pode ter a ação. Eu sei que existem casos específicos em que a pessoa talvez perca essa possibilidade de ser e se decidir para si. Mas em 80% dos casos nós podemos decidir por nós mesmos, por nós 'mesmas'. Então se a gente não tem lei

que garante esse terreno seguro para que a gente se exerça, e aí eu digo lei de patrimônio, lei de inclusão, lei... Porque a gente sempre vai ser diferente, porque não adianta mesmo colocar em lei para incluir a gente... É como se tivesse passando na gente um marca texto de que a gente foi incluída. Quando você pensa numa pessoa que entra nesse programa aqui de pós-graduação, das cotas para pessoas com deficiência, que é uma lei de inclusão, todo mundo meio que vai saber que aquela fulaninha entrou nas cotas de inclusão. Então é sempre marcado que é diferente, mas ainda assim existe um esforço para que aquela pessoa exercer a busca pela autonomia dela. Então se o Direito, se as leis, e etc, não garantem a possibilidade de autonomia dentro das fragilidades daquela pessoa, não adianta. A gente sempre, sempre, vai existir um cuidador, uma curatela, uma interdição, se for subjetivo sabe. Eu não sei como resolver esse problema que eu mesmo estou trazendo aqui. Mas eu acho que as leis têm que trabalhar e existir no sentido de garantir autonomia para aquela pessoa, e a possibilidade de ela ser o que ela é. Dentro das fragilidades e das possibilidades que aquela deficiência trás.

*É isso Lia, obrigada.*

### **Entrevista 6– Lia**

Responsável pela transcrição: Gabriella Sabatini

Revisão da Transcrição: Gabriella Sabatini

Data: 29/10/2019

Entrevistador: Gabriella Sabatini

Entrevistada: Lia

**Gabriella** - *Como a autonomia está presente na sua história?*

**Lia** - Eu acho que existem pilares que ajudam agente a construir a nossa identidade e a entender nosso lugar no mundo. Um desses pilares, na minha opinião, é a autonomia, ou a construção da autonomia. Porque acho que a autonomia é uma coisa que nunca acaba. Por exemplo... E ela é mutável... Hoje estou aqui conversando com você, se eu estivesse grávida de muitos meses, eu não estaria aqui. Você teria que ir à minha casa. Então a minha autonomia é possível ser mudada. Estou pegando um exemplo pra gente ver que

autonomia não é estável. Para mim, a autonomia é importante porque foi através da construção desse mecanismo de existência que eu consegui florescer, mesmo. E ter minhas próprias opiniões, minhas próprias escolhas e vontades no mundo. Eu acho que tirar a autonomia de uma pessoa ou metaforicamente repetir pra ela a vida toda que ela "não dá conta", ou, visceralmente, amarrando uma pessoa numa cama, já ouvi relatos sobre isso: você mata a pessoa, de certa forma. Se eu perder minha autonomia completa,.. Eu sei que ela vai mudar: em certo momento da vida sei que meu joelho não vai ser tão bom. Talvez meu olho não vai ser tão bom, porque a deficiência vai aumentando. Se a velhice e a deterioração do corpo avançam, o que impede as deficiências, os graus, de piorar. Mas se me tirarem a autonomia, eu morro um pouco. E morro pouco não; eu morro muito. Porque minha autonomia me permite ser quem eu sou.

**Gabriella** - *E ser mulher? Muda algo?*

**Lia** - Muda! Porque eu enquanto mulher às vezes preciso pensar na rua mais clara para passar de noite, um homem não precisa. Por eu ser vista como produto de consumo, como algo consumível, meu sexo, meu gênero... A preservação da minha autonomia tem que ser feita com muito cuidado, eu acho. Porque ela é frágil. Se eu descer ali com uma roupa curta, teria que olhar para os lados antes de sair. E isso cresce com agente, toca agente. É mais difícil ser mulher. É mais difícil a autonomia. É mais difícil a autonomia quando se é mulher. Eu não lembro o nome do autor... Como chama gente? Da ideia do sujeito universal, você já leu sobre isso. Em que tudo é escrito, tudo é pensado... O sujeito da ciência é um homem. O sujeito que faz a ciência é um homem. Não sei! Não sou do Direito, mas fico pensando que o sujeito de Direito por muito tempo foi um homem. Para esse homem, direitos foram dados, para mim não! Para mim enquanto mulher, não. É sempre uma concessão né? Alguém me concede. Alguém faz uma lei pra mim. Olha, eu acho importantíssimo ter lei pra mulher, como Maria da Penha e tudo. Mas de certa forma, eu acho um absurdo porque: precisa de uma lei para ser respeitada? Para minha autonomia ser mantida? Isso é um absurdo! Resumindo tudo que eu falei, o exercício autônomo da mulher é mais frágil que do homem. E se pensar em mulher com deficiência, duas vezes mais frágil.

**Gabriella** - *Na sua história qual a relação existente entre autonomia, vulnerabilidade e capacidade?*

**Lia** -- Antes de responder preciso dizer que existem muitas deficiências. O meu lugar de fala é o lugar de uma mulher com deficiência leve, é o que dizem né? Eu não enxergo de um olho, do outro enxergo, faço tudo, e tenho dificuldade de locomoção leve, também. Então, estou falando deste lugar. Preciso que fique claro, pois a minha fala está baseada na minha existência. A minha autonomia foi construída pela minha necessidade de fazer coisas. A lembrança mais antiga de mim é quando eu estava engessada na cama, mas não queria ficar na cama. Eu desci da cama e arrastei até a cozinha. Queria ver o que estava acontecendo. Eu briguei muito pela minha autonomia. E minha autonomia existe dentro da minha vulnerabilidade. Eu posso chamar um Uber, sou autônoma porque posso chamar o Uber, mas não posso dirigir, porque não tenho visão pra isso. Então a minha autonomia anda junto com minha vulnerabilidade. O que liga essas duas potências, porque eu acho a vulnerabilidade uma potência também... O que liga essas duas potências é a minha noção de mim. Por isso sou fascinada pelas questões do corpo, porque entender meu corpo como mecanismo de atuação social, me fez ver as minhas vulnerabilidades e os lugares aonde não sou vulnerável, e onde posso ser autônoma. Eu acho que o que liga essas duas coisas é isso.

A partir do momento em que eu entendo minhas capacidades, eu acho. O exemplo de dirigir. Eu não posso dirigir. Ponto, não posso dirigir, se eu não posso dirigir não vou pegar um carro, posso sofrer um acidente e tal. Mas o que eu vou fazer? Vou fazer outra coisa: vou pegar Uber, pegar ônibus. Mas só consigo ter essa visão por perceber as possibilidades. As lutas são importantes. Talvez o que vou falar seja meio polêmico... Às vezes as pessoas lutam por coisas, quando eu penso nas deficiências, que elas não vai ter autonomia pra usufruir. Não seria mais potente elas entenderem a elas mesmas? O problema de entender a nós mesmas é que isso dá poder e dá autonomia também. E para você se permitir ser cuidada de maneira quase simbiótica e maléfica, você não pode ter poder sobre si. Olha que coisa engraçada... Pelo que eu sei das leis, na minha interpretação, elas estão aí para organizar e, entre muitas aspas, cuidar. Se existe uma lei que reconhece a autonomia do sujeito, de maneira equânime, não vou dizer igual porque igual nós não somos, fica difícil continuar tendo atitudes capacitistas e de menosprezar o outro pelas suas possibilidades. E de certa forma passa a ser difícil cuidar do outro de

maneira errada. Porque o cuidado quando se dá de maneira errada, ele apaga o outro. E se o outro é autônomo ele não pode ser apagado, eu acho.

**Gabriella** - *E o que seria os "corpos normativos" que mencionou na primeira entrevista?*

**Lia** - Primeiro que eu acho que normalidade não existe. Isso é uma falácia. Isso é uma coisa... Uma coisa (risos)... Uma coisa que colocaram na nossa cabeça. Não existe. Mas essas idéias falsas do social estão aí para rotular as pessoas. No livro, o Mito da Beleza da Naomi Wolf, ela fala que a beleza é algo que a mulher se ocupa para não se ocupar de outras coisas. Através dessa beleza ela procura uma perfeição. E ela não olha pra si mesmo. Ela não se empodera. Então ela se dobra a necessidade de ser normal. As mulheres com deficiência é ainda pior, eu acho, porque é como se agente corresse uma maratona amarrada. Desde nova... Se você nasce com doença congênita, você sabe que não é igual às outras mulheres. Está na nossa carne. É como se fosse uma tatuagem. É uma cicatriz, não tem jeito.

**Gabriella** - *Qual lugar você acredita estar ocupando na academia? Como é escrever de si?*

**Lia** - A minha opinião é minha, não é de ninguém. Não estou envolvendo ninguém. Eu, até onde se sabe, sou a primeira pessoa com deficiência no programa de comunicação da UFMG. Isso é uma benção e uma maldição. Porque todo mundo de alguma forma sabe da minha existência. Depois de mim... Eu entrei na ampla concorrência, mas depois de mim teve o edital suplementar e outras pessoas com deficiência entraram. Isso é um avanço. Mas eu tenho a sensação de que, primeiro; eu quis entrar no mestrado. Mas meio que entrei pra mostrar que funciona. "Olha, tem uma pessoa com deficiência aqui: funciona!". Essa é a minha sensação.

Com relação à pesquisa, eu sempre fui uma mulher com deficiência que sempre teve muito problema com o próprio corpo. Eu não queria me ver. Fui comprar minha primeira lingerie sozinha, tinha quase 25 anos. Porque eu me via como um amontoado de diagnóstico, não como uma pessoa que tem potências. Era assim que eu me via.

**Gabriella** -*E falar desse corpo?*

**Lia** - É difícil, né? Eu falo que é um rasgar-se e remendar-se o tempo todo. Como eu trabalho com experiências que eu vivi por meio do meu corpo. Eu vou no meu inferno particular e volto toda vez. Toda vez! Então não é fácil. As pessoas falam de pesquisas sobre afetos, com afetos, tem até um brilho no olho, mas é muito difícil colocar na prática. Porque eu tô vivendo o tempo todo. Não estou olhando para um tubo de ensaio e vendo aquele tanto de celulazinhas lá. Eu to dentro de mim, pesquisando o social. Poxa vida, é difícil demais. Demais da conta. Porque assim, você viver com deficiência, em muitos momentos, é uma vida cruel. E aí agente fica tentando levar na exportiva, levar numa boa, porque agente, né? Dói quando os outros olham agente com pena. Ou quando perguntam agente no metrô se nosso namorado é nosso irmão. Ou, nossa própria mãe diz que agente não pode viajar sozinho porque não vai dá conta. Ou quando não dão emprego pra gente porque também não vai dá conta. Mas agente continua viva, então as experiências continua chegam. Dá uma dor aplacada e controlada; uma ferida que esteja cicatrizando, agente vai lá abre de novo e depois tem que fechar de novo. E a pesquisa? É como se a pesquisa deixasse as feridas abertas porque eu to olhando pra elas. Não fecha completamente. Quando acabar o mestrado preciso descansar e fazer outras coisas. Fico achando que sou igual o cerrado né? O cerrado em condições normais fica seco e pega fogo, e depois verdeja de novo. Estou assim: terra arrasada. Preciso olhar pra mim e ver o que sobrou. Para o bem ou para o mal eu mudei muito com o mestrado. Agente não sai igual.

**Gabriella** - *Fala um pouco do "olhar do outro", que mencionou, no seu cotidiano?*

**Lia** - Agente só se entende como ser humano pelo olhar do outro. Pela nossa mãe, primeiro, pelo nosso pai... Então, por mais que agente seja desconstruído... Agente só se entende pelo olhar do outro. Agente existe e sabe que existe porque tem outra pessoa olhando pra gente, uma das coisas né? É no social que agente se constrói. Então, sim! Eu peguei o olhar do outro pra mim. As verdades do outro foram as minhas verdades, por mim tempo. O olhar do outro está sobre mim. Ele me olha e me dá lugar no ônibus porque tem pena de mim. O olhar do outro está em mim, porque eu sou o outro para alguém. Eu sou o outro pra você. E como eu cresci dentro da sociedade capacitista... Eu acho que toda pessoa com deficiência também é um pouco capacitista com ela mesma. Foi como ela se construiu, como ela cresceu... Essa estrutura é muito difícil de ser

quebrada, nossa. Se é que é quebrada. Porque se você se separa completamente do outro, você perde a referência de si.

**Gabriella** - *Qual o papel do feminismo pra você como mulher com deficiência?*

**Lia** - Eu acho o seguinte, não existe feminismo pra mulheres com deficiência. Vou explicar... Talvez daqui a 10 anos mude de ideia, né? Quando o feminismo nasceu lá na primeira onda, as mulheres queriam votar e ter os direitos civis. Então fizeram passeatas e mobilizações para ter esse tipo de direito. Nessa época as pessoas com deficiência não existia no social só na guarda das casas onde estavam e as mulheres com deficiência também. E as coisas foram evoluindo e tal e as mulheres foram evoluindo, então foram em busca pelo trabalho. Mulheres com deficiência não trabalham. E mais pra frente, os direitos sexuais e reprodutivos. As mulheres com deficiência não transam, nem tem filhos. Hoje essa igualdade, igualdade que pra mim é falsa, entre homens e mulheres... As pessoas com deficiência não são iguais aos outros. Tá, existe feminismos... Mas existe alguns resquícios do feminismo sobre deficiência, lá no livro da Debora Diniz, mas quem fala são as cuidadoras de pessoas com deficiência, as mães, não são as pessoas com deficiência. Onde estão as feministas com deficiência na história? Aonde é nosso lugar no feminismo? Agente não vai alcançar nunca.

Quando eu comecei a me entender como mulher, ler coisas sobre feminismo me ajudou. Mas eu tenho gratidão à moda, quando eu comecei a escolher minhas roupas. Não foi ao ler um texto feminista. O feminismo não tem lugar pra mim. Quando você entra em grupo de facebook, não tem. "Ai muito bonito isso que você disse, mana". "Ai nunca tinha pensado, mana". É sempre no tom do exótico, do diferente. E aí? Como sua pauta pode andar junto com a minha pauta? Ah não... Mas aí agente quer... E o que eu quero? Voltando na questão do desejo... Eu quis! Eu tinha uma amiga e ela abriu um sexy shopping. Ela precisava de alguém pra escrever os textos e testar alguns produtos. Eu jornalista, né... Comecei a fazer. E pensei: tem alguma coisa aí. Perdi minha virgindade com 25 anos. Então, entrei no Tinder e queria saber o que era esse trem de sexo. Na minha família isso nunca foi conversa. É uma família muito conservadora e porque Lia não dá conta. Aí achei um carinha, que parecia mais disposto. E pensei comigo: este aí que vai ser então. Ele me chamou pra ir a casa dele e já tinha escutado das amigas que quando chama pra ir a casa é porque vai acontecer... Passei na farmácia tomei dois comprimidos de dorflepra pra sentir menos dor, e fui... Não contei nada pra ele. Foi assim

que começou minha vida sexual. Porque eu quis que começasse, porque aqueles produtos e textos do sexy shopping me despertaram, pra isso. Eu quis saber como era. Mas ainda é difícil pra mim... Meu namorado, diz ele que sou muito sexy. Mas não foi assim que fui vista, a vida toda. De novo o olhar do outro. A mulher pra ser desejada tem que ter um grau de perfeição. E eu sou uma mulher quebrada. Não sou perfeita. A não perfeição corre nas minhas veias. Tá no meu joelho e no meu olho que desvia. E pra além disso: pessoas com deficiência são anjos. Anjo transam? Ah foi tudo porque eu quis. Eu achei que merecia saber o que era. Eu achei que me devia isso.

**Gabriella** - *E hoje é como?*

**Lia** - Tenho muito problema ainda com a questão do desejado. Ainda é uma questão a ser trabalhada, ainda é difícil.